



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO  
PSICOSSOCIAL - MESTRADO PROFISSIONAL

Antônio Carlos José Britto

**Avaliação de um projeto social intersetorial voltado para adolescentes em  
situação de vulnerabilidade psicossocial**

Florianópolis, SC  
2020

Antônio Carlos José Britto

**Avaliação de um projeto social intersetorial voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Linha de Pesquisa: Uso e abuso de substâncias  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Schneider

Florianópolis, SC  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Britto, Antônio Carlos José  
Avaliação de um projeto social intersetorial voltado  
para adolescentes em situação de vulnerabilidade  
psicossocial / Antônio Carlos José Britto ; orientadora,  
Daniela Ribeiro Schneider, 2020.  
128 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde,  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção  
Psicossocial, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 2. Adolescente.  
3. Projeto Social. 4. Intersetorialidade. 5. Polícia Civil.  
I. Schneider, Daniela Ribeiro. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e  
Atenção Psicossocial. III. Título.

Antônio Carlos José Britto

**Avaliação de um projeto social intersetorial voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Adriano Beiras, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Denise Cord, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

---

Prof. Sérgio Fernando Torres de Freitas, Dr.  
Coordenador do Programa

---

Profa. Daniela Ribeiro Schneider, Dra  
Orientadora

Florianópolis, 2020

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter oportunizado viver essa experiência que me fez crescer em muitos aspectos da minha vida.

Pela minha família ter sido uma base fundamental em todo esse período de estudos.

Agradecer a toda turma do mestrado: Carol Caldas, Ana Beatriz, Ana Lúcia, Carolina, Gabriela, Karina, Lívia, Marina, Mariana, Mariane, Milena, Renata e Simone.

À minha orientadora Daniela, que possibilitou trilhar novos caminhos de conhecimento para toda minha caminhada profissional.

Aos meus amigos que, com paciência e ensinamentos, me apoiaram a seguir firme nessa estrada.

Agradeço também a todos os professores do Mestrado que, com sua luta diária, contribuíram com meus conhecimentos e com toda a sociedade na luta pelos direitos de cada cidadão.

*Certa vez, numa escola da rede municipal de São Paulo que realizava uma reunião de quatro dias com professores e professoras de dez escolas da área para planejar em comum suas atividades pedagógicas, visitei uma sala em que se expunham fotografias das redondezas da escola. Fotografias de ruas enlameadas, de ruas bem-postas também. Fotografias de recantos feios que sugeriam tristeza e dificuldades. Fotografias de corpos andando com dificuldade, lentamente, alquebrados, de caras desfeitas, de olhar vago. Um pouco atrás de mim dois professores faziam comentários em torno do que lhes tocava mais de perto. De repente, um deles afirmou: “Há dez anos ensino nesta escola. Jamais conheci nada de sua redondeza além das ruas que lhe dão acesso. Agora, ao ver esta exposição\* de fotografias que nos revelam um pouco de seu contexto, me convenço de quão precária deve ter sido a minha tarefa formadora durante todos estes anos. Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?”*

*(Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia)*

## RESUMO

Com o objetivo de realizar um projeto preventivo à violência e criminalidade para adolescentes em conflito com a lei na cidade de Camboriú, a Polícia Civil estabeleceu uma parceria com a Assistência Social e com o Ministério Público, assim como com diversas instituições da região. Este projeto busca enfrentar a situação da violência da cidade que, no ano de 2012, chegou a ser proporcionalmente a mais violenta do Estado. O grande motivo desse crescimento se refere a disputas relacionadas ao tráfico de drogas por facções criminosas, que geralmente envolvem em suas atividades adolescentes das áreas de vulnerabilidade social, tornando-se um expressivo fator de risco para a qualidade de vida desses adolescentes. O objetivo do estudo é realizar uma pesquisa avaliativa de processo no que se refere a satisfação no projeto social intersetorial “Rumo Certo”, voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, na perspectiva dos diferentes atores. Foi realizado um estudo exploratório-descritivo para a estrutura do projeto e uma pesquisa avaliativa para a compreensão do indicador de satisfação dos envolvidos (adolescentes, oficinairos, gestores das instituições). Realizou-se uma triangulação dos dados baseados nas entrevistas semiestruturadas, questionários e grupo focal. Foram utilizados os métodos mistos, ou seja, quantitativo e qualitativo, sendo que o primeiro por meio da estatística descritiva e o segundo pela análise de conteúdo. Observou-se que de forma geral os adolescentes, oficinairos e coordenadores, apresentaram uma satisfação positiva pelo projeto. Algumas oficinas não produziram interesse aos adolescentes, principalmente as que eram mais teóricas que práticas. A maioria dos oficinairos demonstraram satisfação na sua atividade, ainda que alguns deles identificaram a falta de envolvimento dos adolescentes.

**Palavras-chave:** Adolescente. Projeto Social. Intersetorialidade. Polícia Civil. Pesquisa avaliativa.

## ABSTRACT

In order to carry out a preventive project on violence and crime for adolescents in conflict with the law in the city of Camboriú, the Civil Police established a partnership with Social Assistance and the Public Ministry, as well as with several institutions in the region. This project seeks to address the situation of violence in the city that, in the year 2012, came to be proportionately the most violent of the state. The major reason for this growth concerns disputes related to drug trafficking by criminal factions, which generally involve adolescents in areas of social vulnerability, becoming a significant risk factor for the quality of life of these adolescents. The goal of this study is to conduct an evaluative research of the process of the intersectoral social project "Rumo Certo", aimed at psicossocially vulnerable teenagers from the perspective of different actors. An exploratory-descriptive study was carried out for the project structure and an evaluative research for the understanding of the satisfaction indicator from those involved (adolescents, workshop instructors, institution managers). A triangulation of data was performed based on semi-structured interviews, questionnaires and focus group. Mixed methods were used, that is, quantitative and qualitative, the first by descriptive statistics and the second by content analysis. It was noted that in general, the teenagers, workshop instructors and coordinators presented a positive satisfaction for the project. Some workshops did not interest teenagers, especially those that were more theoretical than practical. Most of the instructors showed satisfaction in their activities, although some of them identified the lack of involvement of the teenagers

**Keywords:** Adolescents. Social Project. Intersectorality. Civil Police. Evaluation research.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Adolescentes em conflito com a lei.....	39
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização dos componentes, instrumentos e sujeitos. ....	52
Quadro 2 - Descrição da estrutura das oficinas do Projeto Rumo Certo .....	60
Quadro 3 - Descrição dos objetivos do Projeto Rumo Certo na visão de cada instituição ....	66
Quadro 4 - Comentários dos oficinairos sobre a satisfação com o Projeto Rumo Certo .....	68
Quadro 5 - Categorização das entrevistas e grupos focais .....	69

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de vulnerabilidades .....	37
Figura 2 - Fatores de Risco e Proteção .....	38
Figura 3 - Fluxo de Procedimento para Adolescente em Conflito com a Lei .....	48
Figura 4 - Fluxo de Encaminhamento para o Projeto Rumo Certo.....	49
Figura 5 - Média da satisfação dos participantes do Projeto Rumo Certo em relação à sua infraestrutura física .....	63
Figura 6 - Média da satisfação das instituições participantes do Projeto Rumo Certo em relação à sua infraestrutura física .....	64
Figura 7- Média da satisfação dos participantes do Projeto Rumo Certo com os recursos didáticos utilizados .....	64
Figura 8 - Média da satisfação das instituições participantes do Projeto Rumo Certo com os recursos didáticos utilizados .....	65
Figura 9 - Média da satisfação dos oficinairos do Projeto Rumo Certo com os cinco quesitos avaliados na satisfação com o projeto rumo certo .....	67
Figura 10 - Média geral da satisfação das instituições participantes com o Projeto Rumo Certo .....	67

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>22</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	22
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>23</b>
3.1 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PAÍS.....	23
3.2 PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL.....	27
3.3 ATUAÇÃO INTERSETORIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL.....	30
3.4 ADOLESCÊNCIA.....	33
3.5 VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL E OS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NA ADOLESCÊNCIA.....	36
3.6 AVALIAÇÃO EM PROGRAMAS DE SAÚDE.....	40
3.7 A ESTRUTURA EM AVALIAÇÃO DE PROGRAMA.....	43
3.8 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO NO PROJETO RUMO CERTO.....	44
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA.....	47
4.2 TIPO DE ESTUDO.....	51
4.3 INSTRUMENTOS.....	52
4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES .....	54
4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	54
4.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	57
4.7 CUIDADOS ÉTICOS.....	58
<b>5 RESULTADOS.....</b>	<b>59</b>
5.1 CATEGORIA 1: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E ESTRUTURAIS.....	70
5.2 CATEGORIA 2: OBJETIVOS DO PROJETO.....	74
5.3 CATEGORIA 3: INTERSETORIALIDADE.....	80
<b>6 DISCUSSÃO.....</b>	<b>88</b>
6.1 ANALISAR A INFRAESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INTERSETORIAL E PEDAGÓGICA DO PROJETO EM AVALIAÇÃO.....	89
6.2 ANALISAR OS OBJETIVOS DO PROJETO RUMO CERTO E SUA INTERAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE CADA OFICINA.....	95

6.3 ANALISAR A SATISFAÇÃO DE PROCESSO DO “RUMO CERTO” PARA OS VÁRIOS ATORES ENVOLVIDOS (COORDENADORES, OFICINEIROS, ADOLESCENTES), INDICANDO A ACEITABILIDADE DO MESMO.....	99
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Camboriú, décima maior cidade de Santa Catarina apresentou, proporcionalmente o maior número de violência e criminalidade no ano de 2012, com mais de 40 homicídios. Esses índices têm maior expressividade devido ao bairro empobrecido de Monte Alegre, o qual concentra a maior parte dos assassinatos. Esse local apresenta uma constante disputa do tráfico de drogas, principalmente relacionadas a uma facção criminosa de grande força em todo Brasil, chegando a ocorrer atentado contra a própria Delegacia de Polícia.

No ano de 2016, com a lotação do Psicólogo Policial Civil na Delegacia de Comarca de Camboriú, iniciou-se a construção de uma parceria entre Polícia Civil, Secretaria de Assistência Social do Município de Florianópolis e Ministério Público. O objetivo dessa parceria se direcionava a proposição de um projeto preventivo contra a violência e criminalidade para adolescentes em conflito com a lei.

A Polícia Civil já havia estabelecido parcerias semelhantes como à realizada com a Assistência Social, nos anos de 2010 e 2015 na Academia de Polícia Civil-SC, na cidade de Florianópolis. No primeiro ano, foram propostas atividades com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, de 15 a 17 anos, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2012). Com isso, foram realizadas oficinas pelos próprios policiais civis, que trabalhavam questões como: Condicionamento Físico, Artes Marciais, Primeiros Socorros, Ética e Cidadania, Informática, Qualidade no Atendimento, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Direitos Humanos, Relações Interpessoais, Legislação de Trânsito (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010). A rotina pedagógica apresentava semelhanças com a que os policiais tinham na sua formação, pois cantavam o hino nacional antes de iniciar as atividades, usavam roupas padronizadas, o conhecimento era transmitido de forma hierarquizada.

Na segunda edição do projeto na ACADEPOL ocorreram algumas mudanças, o Psicólogo Policial, ampliou-se a parceria, além da Assistência Social. Foi chamado o Conselho de Segurança Comunitário- CONSEG, a Escola Estadual da região, os profissionais da saúde para que pudessem se envolver seja de forma direta ou mesmo indireta. Com isso, a rede pode participar mais ativamente no processo, com um maior número de oficinas e sendo mais ativa na gestão das ações. Aconteceram atividades de prevenção às drogas, mundo do trabalho, informática e de esportes, sendo que, dessa vez, apenas um dia era ministrado por policiais, pois os outros três eram pela escola, pelo a ONG Instituto Nexxera e também pelo próprio CRAS. A formação pedagógica, portanto, tinha um caráter mais interdisciplinar e intersetorial,

permitindo um contato mais próximo com os atores do território (SANTA CATARINA, 2015).

Essa nova proposta de trabalho com os adolescentes, no ano de 2015, ocorreu dois anos após incidir alterações no Sistema Único de Assistência Social- SUAS na dimensão da Proteção Básica. A Resolução CNAS nº 109/2009 que descrevia a função do ProJovem, foi alterada para a Resolução CNAS nº01/2013, extinguindo esse programa e trazendo novas diretrizes para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Essa mudança na Política Nacional de Assistência Social trouxe novas finalidades aos atendimentos, pactuando também critérios de cofinanciamento federal.

Esse Serviço, vinculado ao CRAS, promove ações de grupos com os adolescentes que têm suas famílias atendidas pelos serviços da Proteção Básica, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). Busca-se, desta forma, fortalecer os vínculos familiares e sociais com adolescentes em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2014).

Assim, a proposta do projeto Rumo Certo teve inspiração nesses trabalhos realizados na Academia de Polícia Civil objetivando uma participação mais ativa da Polícia Civil no enfrentamento a violência contra adolescentes. O Psicólogo Policial, com isso, articulou junto ao Ministério Público e Assistência Social uma proposta que pudesse incrementar a política relacionada às medidas socioeducativas em meio aberto.

É fundamental destacar que uma proposta dessa natureza se conecte ao interesse dos adolescentes. Embora as oficinas tenham eixos centrais, é preciso observar a realidade dos participantes e o território que estão inseridos para adaptá-las reconhecendo a demanda de cada grupo e, com isso, gere satisfação dos mesmos. Esse balizamento teórico vem da concepção teórica de Paulo Freire (1993; 1996) a qual abre novos caminhos para que o conhecimento chegue às pessoas por dentro de suas histórias, levando em consideração suas experiências, suas expectativas, seus valores.

Nesse contexto, os adolescentes participam das atividades, no intuito de que essas práticas contribuam na superação de situações de vulnerabilidade que enfrentam na sua vida cotidiana. Estabelecem, nessa direção, maior ligação com fatores protetivos como a proximidade com a rede de proteção, o desenvolvimento de habilidades sociais, a partir das atividades propostas pelas oficinas, fortalecem vínculos comunitários e ampliam possibilidades de inserção laboral.

Além disso, no Projeto intersetorial, não apenas as oficinas procuram se tornar um fator protetivo para esses adolescentes, mas também as observações dos educadores às demandas individuais, na medida em que essas necessidades buscam ser atendidas por intervenções da

rede. Por um lado, a Proteção Básica, atende às famílias realizando estudos psicossociais e prestando assistência, por outro, questões de saúde, identificadas, podem ser encaminhadas para os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde- SUS, ou mais precisamente, a Rede de Atenção Psicossocial- RAPS, ampliando o acesso a rede intersetorial. O Ministério da Saúde destaca ainda que:

Os setores da educação, assistência social e justiça, além da saúde em geral, e da saúde mental em particular, devem se implicar na busca de processos de trabalhos mais coletivos em prol de resultados melhores e mais justos voltados para a melhoria da saúde mental dessas crianças e adolescentes (BRASIL, 2013, p 106).

A RAPS foi instituída pela Portaria nº 3.088, de 23 de Dezembro de 2011, no intuito de promover o atendimento de “pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)” (BRASIL, 2011a). Os objetivos da RAPS, no entanto, não se limitam a constituição de pontos de atenção fixos e isolados, mas em “interação sincrônica e coordenada por um objetivo comum” (KINOSHITA, 2017).

Esse envolvimento da Polícia Civil no projeto possibilita que a instituição permaneça atuante no paradigma da Segurança Cidadã. A idealização dessa proposta de trabalho, que possibilita a promoção de políticas públicas intersetoriais, busca prevenir novas situações de violência e criminalidade, junto aos adolescentes, suas famílias, ao Sistema de Garantias, e aproxima a polícia do cidadão, assegurando direitos fundamentais. Com isso, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade à violência, criminalidade, ao tráfico, ao uso e abuso de substâncias psicoativas, pode ter seus fatores de proteção ampliados.

O trabalho preventivo, além de despender menores custos, torna-se menos danoso à população por contribuir para a menor incidência da criminalidade. Dados do Instituto Pe. Wilson Groh (2014) apresentado pelo Relatório Social sustentam que o investimento num adolescente em ações de convivência e fortalecimento de vínculos custa, em média, R\$ 471,80 reais. No caso de adolescente em regime fechado, esse valor atinge a expressiva cifra de R\$ 4.231,36. Por outro lado, aproximar a polícia da população estimula a participação social na segurança. Segundo o Delegado de Polícia e professor da Academia de Polícia de São Paulo, Higor Vinicius Nogueira Jorge (2010), essa relação pode melhorar o atendimento ao público, contar com uma maior participação da sociedade, tanto com informações e denúncias, quanto com a melhor compreensão do contexto de violência que aquela comunidade está inserida, além de possibilitar maiores parcerias entre os atores sociais.

Nessa esteira, o projeto tem em vista a ampliação dos fatores protetivos em detrimento

aos de risco na vida dos adolescentes. Assim, diante a conjuntura apresentada, a pesquisa terá o intuito de identificar e avaliar se, de fato, essas ações intersetoriais estão oferecendo um espaço de acolhimento e recursos adequados, profissionais com capacitação e que estimulem a criação de vínculos com os adolescentes, ampliando assim, as possibilidades de aprendizado e a reflexão crítica, produzindo satisfação aos envolvidos e, ainda, resultados que favoreçam ao protagonismo. Nesse sentido, o intuito da presente pesquisa será de analisar a estrutura intersetorial, pedagógica e organizacional do projeto, seus processos de trabalho e se produzem satisfação aos envolvidos, sendo esse componente um indicador de aceitabilidade para as avaliações de programa em saúde. Será também analisado se os objetivos gerais do projeto Rumo Certo, apresentam ligação com os específicos propostos nas oficinas desenvolvidas pelas instituições.

O processo faz parte da tríade estrutura-processo-resultado, proposta por Donabedian (2003), que, desenvolveu essa segmentação para trazer mais clareza na avaliação de qualidade dos programas de saúde. Com isso, a pesquisa será demarcada para avaliar o processo e mais especificamente satisfação dos envolvidos em sua interação com a infraestrutura do projeto. Diante disso, a pergunta da pesquisa é: Como foi a satisfação dos vários atores envolvidos no processo do projeto social intersetorial “Rumo Certo” em Camboriú?

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Realizar uma avaliação de satisfação dos diferentes atores envolvido em relação ao projeto social intersetorial “Rumo Certo”, voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial em Camboriú.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a infraestrutura organizacional, intersetorial e pedagógica do projeto em avaliação;
- Analisar os objetivos do projeto Rumo Certo e sua interação com os objetivos específicos de cada oficina;
- Analisar a satisfação de processo do “Rumo Certo” para os vários atores envolvidos (coordenadores, oficinairos, adolescentes), indicando a aceitabilidade do mesmo.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura eleita será a narrativa, pois se considerou a importância de se buscar diferentes fontes sem um protocolo rígido para a fundamentação dessa avaliação. Devido ao projeto Rumo Certo, ter uma característica muito particular, desenvolvido pelos próprios atores da rede de proteção, construído pelas demandas daquela região, buscou-se elaborar uma análise que leve em consideração diferentes informações. A revisão narrativa apresenta essas características, na medida em que apresenta uma seleção de artigos de acordo com a eleição do autor, com uma intervenção, a partir de sua subjetividade (CORDEIRO et al., 2007).

#### 3.1 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PAÍS

Para se compreender o contexto da Segurança Pública no Brasil nos dias atuais e seu campo de possibilidades na promoção da cidadania e de uma segurança cidadã, Freire (2009) orienta que se faça um resgate histórico, de pelo menos os últimos cinquenta anos da segurança, período que envolveu a ditadura militar e a redemocratização do Estado brasileiro. Para uma melhor compreensão, a autora segmenta em três fases: Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã.

Freire (2009) afirma que a Segurança Nacional, período da Ditadura, tinha como principal finalidade a proteção do Estado, exercida pelas Forças Armadas. Para que a ordem social se mantivesse estabelecida, utilizavam-se até mesmo dos meios coercitivos. A violência era reconhecida quando à soberania do Estado era ameaçada e, com isso, as liberdades individuais e coletivas eram suprimidas. Coimbra (2015) ressalta que nesse período ocorreram cassações, prisões e torturas e, mais especificamente, em 13 de dezembro de 1968, a edição do Ato Institucional nº 5, “instituiu a ditadura sem disfarces: o terrorismo de Estado” (COIMBRA, 2015, p.7). O regime militar tornou-se cada vez mais violento principalmente através de medidas como o abastecimento de meios repressivos pelo estado, fundamentados na “Doutrina de Segurança Nacional”.

Assim, ao contrário do passado recente, três anos após a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 veio garantir direitos sociais do cidadão. Entende-se por cidadão o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem a ver (...) com o uso dos direitos e deveres de cidadão” (FREIRE 1993, p.25). Um dos pilares desses direitos destacados pela Constituição Cidadão, se apresentou já no artigo primeiro, que é a dignidade da pessoa humana (BRASIL,1988)

A Segurança Pública apresentou-se no artigo 6º da Constituição como um desses direitos sociais. Foi descrita no artigo 144 como: “Dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). Neste sentido, além da participação cidadã, o Estado proporciona sua proteção por meio das diferentes polícias que são: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Embora, esses princípios constitucionais tenham redimensionado a relação do sujeito com seu território, uma vez que Estado e cidadão deveriam participar da segurança, isso não foi suficiente. A centralidade da segurança ainda se observou nas polícias e não no envolvimento do cidadão, pois não havia ocorrido um rompimento completo com as Leis de Segurança Nacional surgidas na Ditadura Militar (REISHOFFER; BICALHO, 2009).

Contudo, Freire (2009) aponta que, o debate sobre segurança na década de 1990 na América Latina, trouxe novos caminhos para pensá-la mais profundamente e de modo que atendesse, ainda mais, os preceitos democráticos. A chamada, Segurança Cidadã, compreende a violência na sua multicausalidade e propõe que, para superá-la, é preciso atuar no controle, prevenção e por meio de políticas públicas que atendam as demandas locais. Diferentemente da época da Ditadura Militar, que observava a soberania do Estado e da própria criação da Constituição que direcionava mais para a resolução por meio da atuação direta das polícias, dessa vez a segurança é compreendida pelo reconhecimento do território e dos seus atores, para que conjuntamente busquem soluções para seus problemas. Nessa direção, as Nações Unidas, ao discorrer sobre a Segurança Cidadã afirma que o substrato dos esforços deve ser encontrado “a partir das potencialidades do território (...) é imprescindível à participação dos diversos atores locais que residem, trabalha e tem algum tipo de ligação com o território já que eles conhecem a realidade local” (PNUD, 2013, p.11).

Com esse movimento, uma reestruturação de caráter nacional na política de segurança foi sendo articulada, desde 1997, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Um dos objetivos da SENASP refere-se à organização de informações, análise, implementação e acompanhamento de ações visando uma política de segurança unificada (IPEA, 2017). Para isso foi elaborado o SUSP, Sistema Único de Segurança Pública com um viés semelhante à proposta do SUS. Esse projeto, atualmente foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, esperando apreciação do Presidente da República (BRASIL, 2018).

Dentro dessa perspectiva, o governo brasileiro lançou, em 2007, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci - com atividades vinculadas, principalmente, à

formação de agentes de segurança e de garantia de direitos para atuar com pessoas em situação de vulnerabilidade social (KUJAWA, 2016). Kujawa (2016, p.7) destaca que “o Pronasci tem como proposta a atuação nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, além da articulação das ações de segurança com políticas sociais por meio da integração da União com estados e municípios”. O programa cria projetos em territórios de violência e criminalidade, visando transformá-los em “Territórios de Paz”. Seus princípios, portanto, coadunam com a construção progressiva da Segurança Cidadã no continente latino. Assim, o Pronasci “...apresenta-se como uma política de segurança pública, baseada em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários, tendo em vista a participação da sociedade na construção de uma cultura de paz” (CARVALHO; SILVA, 2011, p.65).

Embora o Pronasci tenha obtido avanços nas políticas de Segurança Pública, alinhando-se com o panorama da Segurança Cidadã, foi um conjunto de ações alicerçado num Governo e não por uma estrutura perene de Estado. Isso fez com que as mudanças do cenário político gerassem entraves no seu prosseguimento. Dessa forma, a segurança no Brasil sofre por sua descontinuidade e falta de interligação entre os entes federativos, sujeitando-a as oscilações constantes dos Governos tanto Federais quanto Estaduais.

No entanto, dentro da perspectiva de Segurança Cidadã, a Polícia Civil, que tem por objetivo a investigação da autoria e materialidade de infrações penais, não deve se restringir a esse papel, uma vez que busca promover a cultura de paz a partir da resolução de situações de violência (FILHO, 2015) Um dos serviços prestados pela Polícia Civil de Santa Catarina que se apresenta convergindo com as novas políticas de segurança é o atendimento psicológico em algumas Delegacias do Estado. Em sua maioria, os Psicólogos Policiais Cíveis estão lotados nas Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI. Essas Delegacias procuram realizar um atendimento mais especializado a esses grupos. O objetivo do profissional nessas Delegacias é de realizar acolhimento, encaminhamento e produzir avaliação psicológica de crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas e adolescentes em conflito com a lei para subsidiar o inquérito policial. Nessas Delegacias o psicólogo atua também junto a comunidade e a rede de proteção realizando atividades que relacionadas ao contexto da Segurança Pública em vista de exercer sua função basilar que é a proteção do cidadão (SANTA CATARINA, 2009).

A legislação atual que ordena os procedimentos das DPCAMIs vem de 2013, pela Resolução nº 08/GAB/DGPC/SSP/2013, da Delegacia Geral. As Delegacias de Proteção também são regidas pela Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da

República, da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e da UNODC – Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime. Ela “tem por objetivo implementar políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e de gênero na Segurança Pública” (BRASIL, 2010a, p 11).

Baseada em tratados internacionais, essa Norma Técnica trouxe ao Brasil diretrizes, princípios e atribuições específicas para atuação das Delegacias da Mulher visando construir uma política de atenção integral. Propôs também de que maneira deveriam ser dispostos os recursos materiais e humanos, além de destacar a importância da articulação das DEAMs junto à rede de serviços de atendimento à mulher em situação de violência (BRASIL, 2010b). Sobre a rede, a Norma destaca ainda, que “a rede de atendimento é composta por todos os serviços, governamentais e não-governamentais que prestam assistência às mulheres em situação de violência (...). A parceria entre esses serviços contribui para a institucionalização da rede e para a formação de um fluxo de atendimento garantindo a qualidade dos serviços prestados” (BRASIL, 2010b, p. 45). Tal articulação intersetorial possibilita, nessa direção, a construção de uma política ampla e que atenda não apenas a mulher, mas crianças e adolescentes nos seus diversos desafios. Embora a Norma seja direcionada para as políticas de atenção a mulher, é possível estender algumas de suas orientações para os atendimentos com crianças, adolescentes e idosos em vista de cumprir os princípios constitucionais (BRASIL, 1988). Compete também ao Psicólogo Policial atuar de maneira integrada com as políticas sociais, de forma intersetorial, participando ativamente em ações de prevenção e enfrentamento a violência e criminalidade.

A Norma também instrui que quando um Estado implementar mais de dez Delegacias da Mulher, recomenda-se que seja criada uma coordenação das DEAMs “com o objetivo de promover um maior aprimoramento e articulação da Política de Atendimento e enfrentamento da violência contra as mulheres”. Por suas 31 Delegacias de proteção, uma em cada sede de Delegacia Regional (mais uma na capital) atendendo toda a extensão da mesma, em 02/06/2015, foi criada, através da Resolução nº 004/DGPC/SSP/2015, a Coordenadoria das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, em funcionamento junto à Delegacia Geral de Polícia Civil. Tal Coordenadoria, com isso, apoia todas as ações que são realizadas pelas DPCAMIs, incluindo crianças e adolescentes e idosos.

Para o quadro de profissionais numa DEAM, orienta-se que tenha: um Delegado de Polícia, vinte e uma agentes, dois apoios e um serviço geral. Embora o Psicólogo Policial Civil não seja previsto pela Norma Técnica, tem em suas atribuições: “Prestar, quando solicitado pela autoridade competente, atendimento psicológico à criança, ao adolescente, à mulher, (...), providenciar o encaminhamento aos órgãos competentes” (SANTA CATARINA, 2009). Com

isso, Santa Catarina, é um dos únicos Estados que tem em seus quadros esse profissional de carreira, oferece atendimento psicológico a criança, adolescente, mulher e idoso que tem seus direitos violados.

É possível observar, assim, que todos esses encaminhamentos avalizados pela instituição Polícia Civil se encontram alinhados com o trabalho de Psicólogo Policial Civil, ao passo que: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.7).

Nesse sentido, sua postura no envolvimento direto na área da segurança, impossibilita, pela dimensão ética, que o profissional atue apenas no campo da atividade fim, ou seja, restrito apenas a auxiliar a investigação dos crimes apurados na Delegacia. É preciso que transcenda tal condição para que vise à promoção da saúde das pessoas envolvidas na violência. Assim, quando o Delegado determina que o Psicólogo Policial realize o atendimento psicológico, é preciso que acolha a vítima, proceda com uma escuta qualificada, com o encaminhamento mais indicado àquele caso específico visando sua proteção integral.

### 3.2 PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL

A Psicologia Policial surgiu na década de 1940 nos Estados Unidos, mais precisamente em Portland (EUA), como um programa de aconselhamento. Nesse primeiro momento a polícia se aproximou da psicologia por duas funções: uma de realizar o processo seletivo de servidores, influenciado pela psicologia organizacional e o segundo, de contribuir nas investigações a partir de estudos da mente, realizados pela psicologia da saúde. (SORIA-VERDE, 2010).

Soria-Verde (2010) indica que a Psicologia Policial é uma vertente da Psicologia Jurídica. Na Espanha esse profissional tem suas atribuições aplicadas aos processos organizativos, de formação, administrativos e apoio interno, além do auxílio a investigação policial. Assim, nessas atividades se inclui seleção de profissionais, interlocução com a comunidade, apoio psicológico aos policiais e seus familiares, as negociações em tomadas de reféns, análises de comportamento criminal.

No Brasil, a Psicologia Jurídica, como campo de atuação estabelece interface com o direito, se iniciou na década de 1960 com trabalhos direcionados a adultos criminosos e adolescentes em conflito com a lei (LAGO et al., 2009). Rovinski (2007) ao trazer um estudo realizado sobre trabalhos apresentados na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São

Paulo no ano 2000, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia- CFP, busca destacar as principais divisões da Psicologia Jurídica. Fundamentado em 50 trabalhos encontrados dentro da área, subdividiu-se em: Psicologia Policial (Civil-Militar), Psicologia Jurídica junto a Infância e Juventude, Psicologia Jurídica junto ao direito de família, Psicologia Penitenciária, Psicologia do Testemunho e a Vitimologia.

Nessa direção, para se compreender de forma mais precisa o trabalho do Psicólogo Policial Civil é fundamental o entendimento das especificidades do órgão da Segurança Pública em que atua. A Polícia Civil, com jurisdição estadual, tem a função de realizar a investigação criminal, ou seja, atuar após a ocorrência do crime, apurando indícios de autoria e materialidade. A Constituição Federal de 1988 evidencia essa definição no Artigo 144º parágrafo: § 4º: “Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (BRASIL, 1988). Em Santa Catarina, a Polícia Civil conta, além do Delegado, com Agente de Polícia, Escrivão de Polícia e o Psicólogo Policial, os Agentes de Autoridade Policial (POLÍCIA CIVIL - SANTA CATARINA, 2017).

O cargo de Psicólogo Policial Civil em Santa Catarina foi criado na década de 80, mais precisamente no dia 10 de dezembro de 1985, a partir da Lei nº 6.704 1985, no grupo Policial Civil e Subgrupo “Atividades de Nível Superior”. Sua atuação, inicialmente, foi realizar a avaliação psicológica de candidatos a carteira de motorista e o atendimento de homens e mulheres na Delegacia (NIZER, 2010). Um dos lugares ocupados foi na 6ª Delegacia da Capital que, também em 1985, inaugurou um Núcleo de Proteção à Criança, Adolescente e outro à Mulher. Foi à segunda Delegacia de Polícia no Brasil, seguida pela cidade de São Paulo, a ter um atendimento especializado para Mulheres. Nizer (2010) afirma que o psicólogo realizava um atendimento psicossocial com a mulher que comunicava o boletim de ocorrência nas situações de violência doméstica no intuito de assegurar seus direitos e orientá-la na condição que enfrentava.

No dia 6 de setembro de 2006, o Decreto nº 4.704 regulamentou as atribuições do cargo, que possibilitou uma definição mais clara e ampla da carreira. O psicólogo se apresentava ainda como Auxiliar da Autoridade Policial, mantendo-o como profissional técnico-científico. Neste mesmo ano, o segundo concurso ofereceu 06 vagas para provimento. Dentre as funções, incidia realizar atendimento psicoterápico aos policiais envolvidos com álcool e drogas, realizar avaliação psicológica para porte de arma, concessão de auxílio-saúde, readaptação, aproveitamento e exoneração de policiais, desenvolver pesquisas envolvendo atividades da Polícia Civil.

No dia 05 de agosto de 2009, a carreira teve uma nova modificação devido a Lei Complementar nº453. Essa lei incluiu o cargo do Psicólogo Policial junto com os Escrivães e Agentes de Policial, todos no Subgrupo Agentes da Autoridade Policial, formato que segue até os dias de hoje. Um ano após essa lei, veio o terceiro concurso abrindo vaga para mais 67 Psicólogos Policiais. Esta nova etapa trouxe mais impulso para o cargo, devido ao número expressivo de profissionais.

Dentre essas mudanças ocorridas no cargo, construíram-se diferentes locais de atuação, bem como funções diversas. A Coordenadoria de Saúde Ocupacional - CSO conta atualmente com oito Psicólogos Policiais que realizam atendimento psicológico aos policiais civis, avaliação para porte de armas, grupo reflexivo sobre estresse. No setor de Gestão de Pessoas há uma psicóloga que atua na avaliação dos policiais no estágio probatório, na pesquisa e intervenções relacionadas ao clima organizacional nas Delegacias. Na Academia de Polícia Civil- ACADEPOL atua uma psicóloga realizando atividades junto aos concursos públicos. Na Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso - DPCAMI um psicólogo assessora o trabalho nessas Delegacias do Estado. Nas DPCAMIs, sessenta e dois psicólogos, distribuídos de acordo com a demanda de violência, atendem crianças, adolescentes, mulheres e idosos acolhendo e produzindo a avaliação psicológica, que visa contribuir com a investigação criminal. Nessas especializadas, atuam também elaborando fluxos de atendimento intersetorial, em campanhas de temas referentes à Segurança Pública e demais atividades junto a rede e a comunidade (SANTA CATARINA, 2009).

No cerne dessa atuação, Brito, Beiras e Oliveira (2012) afirmam a existência de embates éticos teóricos-metodológicos, entre o Direito e a Psicologia, pois com a ampliação dos trabalhos dentro da Psicologia Jurídica, intensificou também o debate dos limites éticos do psicólogo. A exemplo disso, os autores citam o Depoimento Especial, prática de uma inquirição, gravada por áudio e vídeo, de criança ou adolescente, vítima ou testemunha feita por um profissional capacitado, num ambiente acolhedor. Os operadores do direito, por um lado, consideram que isso garante a palavra da criança no processo, evita a repetição do relato, facilita a produção de provas, sendo ainda mais eficaz para a punição. Por outro lado, os psicólogos consideram que escuta psicológica se diferencia da inquirição e que, portanto, a última não seria prática do psicólogo, que fere o sigilo profissional, além de reduzir a compreensão de casos de grande complexidade, como os de abuso sexual, devido às falsas denúncias.

Nesse contexto, o Psicólogo Policial Civil, vem construindo sua prática ao longo dos mais de 30 anos do cargo, adequando suas práticas às transformações sociais, estruturais da

Polícia Civil, as novas leis existentes, as mudanças de paradigmas, buscando sempre alinhar as demandas que surgem, com pressupostos éticos da sua profissão. Essa interlocução com a Segurança Pública e o Direito nem sempre são fáceis e exigem que o profissional permaneça no diálogo constantemente, compreenda profundamente seu espaço de atuação e seus princípios éticos para que realize seu exercício profissional com responsabilidade e efetividade.

### 3.3 ATUAÇÃO INTERSETORIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL

É preciso, portanto, que a Polícia Civil construa sua prática pautada nos seus princípios éticos e atualizados no que se refere a esse cenário da Segurança Cidadã. A atuação intersetorial responde alguns desses dilemas na medida em que esse diálogo possibilita a ampliação de um olhar comumente setorializado, para as mais diferentes formas de observar a realidade, além de juntar esforços entre os diversos setores num objetivo que é comum a todos, a promoção da cidadania.

Frente a essa realidade, a Lei Complementar nº 453 de 2009 indica que o Psicólogo Policial também realize atividades como:

14. Integrar comissões e participar de atividades juntamente com outras entidades em assuntos de interesse da segurança pública;
16. Participar, quando solicitado pela autoridade competente, no planejamento e execução de campanhas educativas referentes à violência, prevenção e combate a drogas, trânsito, e outros assuntos atinentes à segurança pública;

É dado a esse profissional a responsabilidade de fomentar sua prática, em temáticas como a das drogas, uma ação preventiva e intersetorial possibilitando a Polícia Civil ocupar um lugar ativo nas políticas existentes na área. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2003) recomenda, de fato, que se trabalhe de forma integrada aos outros setores nas questões referente ao uso de álcool e outras drogas. Por ser um tema transversal “requer uma intensa capilaridade para a execução de uma política de atenção integral ao consumidor de álcool e outras drogas” (BRASIL, 2003, p.28). A intersetorialidade orienta a construção de redes, ou seja, a articulação de organizações com interesses comuns. Com efeito, as políticas públicas, tradicionalmente, são setoriais, centralizadas, hierarquizadas e desarticuladas, dificultando o enfrentamento dessa questão (BOURGUIGNON, 2001). Ademais, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), reforça a

necessidade de se atuar de maneira intersetorial, pois é uma forma de se responder aos desafios encontrados nas relações drogas, violência e juventude (FILHO; VALÉRIO, 2010).

No Brasil, em 23 de dezembro de 2011, foi instituído, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, pela Portaria nº 3.088, que se refere a uma rede de serviços em saúde que tem o intuito de atender “pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas”. Nessa Portaria, foi disposta também a promoção de “cuidados em saúde especialmente grupos mais vulneráveis (criança, adolescente, jovens, pessoas em situação de rua e populações indígenas)” (BRASIL, 2011a).

Um dos serviços constitutivos da RAPS, que realiza atendimento especializado com crianças e adolescentes, é o Centro de Atenção Psicossocial- CAPS, classificado, dentro dessa rede, como de Atenção Psicossocial Especializada. A Portaria 3.088 de 2011 define, ainda, que os CAPS têm uma atuação territorial, com o objetivo de atender casos de transtornos mentais graves e persistentes e a pessoas com demandas no âmbito do álcool e outras drogas para adolescentes.

Uma dessas ações práticas do Psicólogo Policial Civil junto à rede de serviços, visando contribuir com o enfrentamento de problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, foi à implementação de um projeto para adolescentes em conflito com a lei na cidade de Camboriú. Essa prática já vem ocorrendo em torno de um ano. A rede de proteção à criança e adolescente da região se reuniu para pensar numa proposta que pudesse colaborar com esses adolescentes a reconhecerem seus direitos, deveres e superarem sua situação atual de conflito. Dessa forma, Ministério Público, CREAS, CRAS, CAPS, Polícia Civil e Militar, ONGs da região, Escola, Fundação de Cultura, estruturaram oficinas, onde os adolescentes, de 14 a 18 anos, realizam atividades diversas, como aprender sobre substâncias psicoativas, sobre projeto de vida, a importância da escola em suas vidas, realizam também horta, praticam atividades físicas. Paralelo aos encontros, a assistente social do CREAS, realiza intervenções junto ao adolescente e sua família e, após a finalização os adolescentes são encaminhados para o mercado de trabalho. O projeto vem tendo uma repercussão positiva tanto com os adolescentes, que estão aderindo à medida socioeducativa, quanto com a rede que vem exercitando a relação intersetorial para solucionar os problemas que surgem (SANTA CATARINA, 2017).

Essa estratégia coopera com o enfrentamento dos problemas relacionados ao álcool e outras drogas, pois possibilita que os adolescentes tenham mais fatores protetivos em suas vidas. Tais substâncias, também conhecidas como drogas psicoativas, agem nos processos físicos do organismo, inclusive no cérebro, provocando alterações na consciência, humor,

motivação e pensamentos individuais (OMS, 2006).

O Brasil é um dos poucos países no mundo que trabalha a relação da violência com o uso e abuso de álcool e outras drogas no setor de saúde (BRASIL, 2003). Silveira, Maruschi e Bazon (2012, p.2), afirmam que “os fatores protetores podem ser definidos como influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais frente a adversidades (ou os fatores de risco) que predispõe a resultado desadaptativos”. A troca de experiência entre o grupo, a mediação da assistente social, as intervenções familiares, o reconhecimento de um repertório diversificado de lugares e atividades, buscam ser fatores protetivos para a vida desses adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Nery Filho (2012, p.16), no seu artigo Porque os Humanos usam Drogas? Propõe uma reflexão sobre a relação do homem com as drogas:

Não são as drogas que fazem os humanos – já foi dito – mas são os humanos que fazem as drogas, ou, se dissermos de outro modo, em função dos buracos/faltas que constituem a estrutura de nossas histórias. Alguns de nossos filhos terão pequenos espaços para as drogas em suas vidas; outros filhos nossos encontrarão mais facilmente nas drogas a possibilidade de suportar o horror da exclusão pelo nascimento.

Diante das diversas situações que os adolescentes enfrentam em suas vidas é possível que tenham maiores ou menores “espaços” para serem preenchidos com o abuso de álcool e outras drogas. Quanto mais possibilidades forem oferecidas, dentro do espectro dos fatores protetivos, menores poderão se tornar tais lacunas. Dentro desse conjunto de fatores que perpassam a vida do adolescente, as habilidades sociais são classes de comportamentos que, desenvolvidas, fortalecem a relação do sujeito com na sua interação social, contribuindo para se estreitar tais arestas. A droga, nesse entendimento, não é um objeto ativo “possuidor” do humano, ao contrário disso, é a experiência do “humano” com o mundo, de suas escolhas, que definirão qual a medida objetiva dessa interação.

O Psicólogo Policial Civil tem o dever, seja por suas atribuições na instituição, seja pelo seu código de ética, de se apresentar ativo nesse processo de construção de ações que promovam fatores de proteção, como, por exemplo, projetos, palestras, rodas de conversas, campanhas, protocolos. Sua maior fonte de inspiração é o reconhecimento profundo do território em que atua. Os indivíduos que habitam têm seus valores, crenças, necessidades, reconhecidos no vínculo cotidiano com o local em que transitam. O geógrafo Milton Santos (2005, p.5) ao referenciar o território, coloca que: “Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia

ao futuro”.

Daniela Schneider (ABRAMD UNEB, 2014) defende também que a prevenção ao uso de álcool e outras drogas deva levar em consideração os aspectos citados. A autora, ao discorrer sobre tema, aponta que para se elaborar propostas de intervenção, é preciso que a comunidade diga quais os valores culturais e éticos que necessitam, e não o especialista, doutor, que venha determinar os princípios a serem seguidos. Para isso, é necessário um estudo complexo sobre o local e que se exercite a escuta dos seus moradores.

Assim, para se pensar em propostas que minimizem fatores de riscos, como o uso e abuso de drogas, por adolescentes, é preciso que se debruce sobre aquele bairro que é situada a Delegacia de Polícia convocando os atores sociais a atuar de maneira conjunta com essa rede. Com isso, se compreenda suas interações sociais, a forma com que seus moradores solucionam suas questões, as principais mazelas vividas, como funciona sua rede de serviços, seus conselhos comunitários. A partir desse convívio, a Policial Civil poderá vislumbrar caminhos que atendam verdadeiramente as demandas vigentes.

### 3.4 ADOLESCÊNCIA

O filósofo existencialista, Jean Paul Sartre (1978) em sua célebre frase “A existência precede a essência” apresenta um caminho fundamental para se compreender como se constitui o homem e, mais precisamente a fase da adolescência, cuja etapa será tema deste capítulo. Quando o existencialista aponta essa direção, permite compreender que as características de uma personalidade não são definidas a priori, mas sim no seu movimento dialético no mundo. Um bebê nasce apenas com seu corpo e sua consciência sem possuir uma capacidade reflexiva para se apropriar das experiências que passa. Quando se torna criança, vive ainda na alienação sem conseguir totalizar suas vivências, dadas pelas condições materiais e sociais. A mediação articulada entre seu grupo de origem e os objetos, o tempo e mesmo com seu próprio corpo possibilitam que gradativamente se aproprie da realidade e vá formando sua essência, ou seja, sua personalidade, enquanto dimensão que lhe confere a identidade e idiossincrasia. Com isto, forja suas escolhas, seu desejo de ser, suas emoções, seus projetos de vida (SCHNEIDER, 2002).

Essas elaborações que o sujeito experimenta na direção de constituir sua personalidade, desde sua infância até a vida adulta, regularmente, passam de consciência reflexiva espontânea a uma consciência reflexiva crítica. A primeira se refere ao posicionamento da consciência para o objeto, sem que se faça uma reflexão sobre seu próprio Eu. É vivida na espontaneidade, como,

por exemplo, assistir um filme e se ater ao enredo, seus personagens, as emoções que ele permite viver. Nesse caso, a consciência está direcionada ao objeto e não ao Eu. Ao acabar o filme e a consciência se voltar para o Eu, refletindo sobre si mesmo, como que sentimentos foram possíveis despertar sobre aquela mensagem, a consciência toma uma posição reflexiva crítica (BERTOLINO et al., 1996).

Ademais, Sartre destaca que as ações humanas ocorrem por uma consciência espontânea “que não há necessidade de ser consciente de si como agente para agir - muito pelo contrário” (SARTRE, 2008, p.61). O filósofo francês usa o exemplo do ato de escrever que não é de modo algum inconsciente. O sujeito apenas não reflete sobre si mesmo ao ir delineando cada palavra, pois na ação “os objetos a realizar” aparecem como devendo ser realizados por certos caminhos “Os próprios meios aparecem como potencialidades que reclamam a existência” (SARTRE, 2008, p. 62). Com isso, as palavras traçadas no momento em que escrevo vão tomando forma pelos objetivos que são demarcados pela pesquisa e não pela reflexão que faço sobre mim mesmo na ação.

Nesse sentido, a emoção “só pode ser consciência dela mesma no modo não- posicional” (SARTRE, 2008, p.56). O homem quando emocionado, num mundo em que contém os objetos emocionantes, estabelecem uma relação indissolúvel. Quando tem medo, não reflete sobre si, mas fica absorvido por todo o enredo que os objetos emocionantes estão engendrados. O sujeito derrotado nas ações que pretendia realizar, irrita-se, frustra-se pelo fracasso que experimenta. Essa emoção, não precisa necessariamente ir de uma consciência espontânea para uma consciência posicional de si (SARTRE, 2008).

Assim, as emoções vão definindo a forma com que o homem percebe o mundo. Um exemplo clássico utilizado por Sartre é o das uvas verdes, onde, o filósofo descreve como a emoção pode modificar a relação do sujeito com o mundo para que o mundo transforme suas qualidades:

Estendo a mão para pegar um cacho de uvas. Não consigo pegá-lo, está fora do meu alcance. Sacudo os ombros, torno a baixar a mão, murmuro “estão muito verdes” e me afasto. Todos esses gestos, essas palavras essa conduta, não são percebidos por eles mesmos. Trata-se de uma pequena comédia que represento debaixo do cacho para conferir às uvas característica “muito verde”, a qual pode servir de sucedâneo à conduta que não posso executar. Elas se apresentam de início, como as uvas a serem colhidas. Mas essa qualidade urgente logo torna insuportável, por que a potencialidade não pode ser realizada. Essa tensão insuportável, por sua vez, torna-se motivo para ver na uva uma qualidade “muito verde” que resolverá o conflito e suprimirá a tensão. Só que não posso conferir quimicamente essa qualidade às uvas, não posso agir sobre o cacho pelas vias ordinárias. Então capto o amargor da uva muito verdade através da conduta de aversão. Confiro magicamente à uva a qualidade que desejo. Aqui a comédia só em parte é sincera. Mas, se a situação é mais urgente e a conduta encantatória for efetuada com seriedade, eis a emoção (SARTRE, 2008, p. 66).

As uvas, que eram desejadas pelo sujeito, têm suas qualidades alteradas na medida em que ele não obteve êxito em sua empreitada. Obviamente, não modificaram as propriedades químicas da constituição das uvas, mas sim a forma com que o sujeito qualificou sua relação com a fruta. Da mesma forma ocorre com as emoções cotidianas em que as dificuldades ou potencialidades que o indivíduo encontra, nas experiências que vivencia, vai qualificando a forma com que se relaciona com os objetos, trazendo consequências na sua visão de mundo e, principalmente, na forma com que age.

Essas diversas situações em que a consciência se posiciona sobre o objeto ou posiciona sobre o Eu, permite a constituição de unidade chamada de saber de ser. Assim, determinadas experiências relacionadas a um dado objeto, como por exemplo, ser um cinéfilo, possibilita um saber de ser relacionado, como ser crítico de cinema. O Ego, por consequência, se constitui por esses diversos saberes e que, por uma consciência reflexiva crítica, faz uma nova apropriação dessas unificações. Contudo, não é na reflexão que o Ego se sustenta, pois ele é transcendente a essas e se consolida nas experiências psicofísicas, na relação direta com as vivências (BERTOLINO et al, 1996).

Nesses termos, a adolescência, definida pela faixa etária dos 12 aos 18 anos, é um estágio fundamental no desenvolvimento humano, posto que é um momento em que se concretiza a apropriação de suas vivências e vai definindo a direção do seu futuro. O adolescente passa por transformações físicas e psicológicas, constata-se um ser em liberdade, no sentido de não estar determinado, mas que pode fazer algo diferente do que fizeram dele nas suas experiências anteriores. Delineia-se suas possibilidades existenciais, se é alguém que se preocupa com os outros, se têm participação política ou não, se vai casar ou ficar solteiro, os caminhos profissionais que elegerá. Compreenderá também que suas escolhas terão implicações nos outros (SCHNEIDER, 2002).

O grupo familiar, que media a relação do adolescente com o mundo, tem um papel muito importante nesse desenvolvimento. Castro (1998) aponta que “Negada ou confirmada pelas mediações fundamentais, a criança irá vivenciar-se capaz ou incapaz de ser alguém, irá demarcar suas possibilidades e impossibilidades no mundo” (CASTRO, 1998, p 5). Essas trocas terão desdobramento na adolescência uma vez que vão definindo como o sujeito vai se implicar com os outros grupos, com ou sem limites por dentro, se vai ser na segurança ou insegurança de ser.

Em vista de se obter êxito nessa empreitada, é preciso que ocorra um tecimento entre o grupo familiar e a criança nas suas ações, para que ela compreenda, veja sentido em sua

educação, sem que os limites se restrinjam apenas ao aprendizado de regras sociais. Castro (1998, p. 2) diferencia o aprendizado de limites das regras sociais, pois “quando falamos de limites, estamos falando de limites psicológicos, limites de ser, e não limites de comportamento simplesmente”. A autora continua destacando que:

Aprender limites é aprender a poder ser e não simplesmente a dever ser; é aprender a olhar para a realidade, a levar em conta a objetividade e mover-se com recurso a ela, a fim de realizar sua personalidade. Aprender regras sociais ou de comportamento é só um perfil do aprendizado dos limites (CASTRO, 1998, p. 2).

Dessa forma, se os limites dados pela família, escola se reduzirem a imposições ou a permissividade, o sujeito não caminhará para constituir sua autonomia, sendo um mero seguidor de normas sociais, sem compromisso efetivo com sua história. Essas mediações, implicadas num dado contexto material e social, vão formando sua personalidade de modo que ele pode se tornar mais vulnerável ou não aos acontecimentos (SCHNEIDER, 2002).

### 3.5 VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL E OS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NA ADOLESCÊNCIA

Os constantes problemas sociais colocam o adolescente a exposição de diversos tipos de violência seja como vítima ou como agressor (SILVEIRA; MARUSCHI; BAZON, 2012). A adolescência, muitas vezes pode ser um período vulnerável na vida do sujeito. A vulnerabilidade pode ser definida como um “conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos” (AYRES et al., 2003, p.123). Já a abordagem psicossocial:

Focalizará a compreensão da “intersubjetividade em cena” implicada em cenários socioculturais; nos encontros em serviços e programas de saúde, abordará as cenas cotidianas e a trajetória de cada pessoa, concebida como sujeito de discursos e de direitos (SILVA; ZANGARI, 2017, p.167).

Ayres et al. (2006) indicam três dimensões interdependentes relacionadas a vulnerabilidade: individual, social e programática (institucional). A individual diz respeito ao nível e qualidade de informação que cada sujeito apresenta, sua capacidade de elaborá-las e incorpora-las em suas ações diárias, e, ainda, suas possibilidades objetivas de fazer com que tais oportunidades possam ser efetivadas. A social busca contextualizar a vulnerabilidade de

modo a demonstrar que as circunstâncias individuais dependem também dos meios disponibilizados (escola, materiais, decisões políticas, a cultura). Já a programática refere-se às condições estruturais que as instituições (saúde, educação, segurança) oferecem os seus serviços à população e como elas contribuem para a superação da vulnerabilidade de indivíduos e grupos. Silva e Zangari (2017), propõem que o entendimento da abordagem psicossocial leva em consideração esses três fatores.

Figura 1 - Quadro de vulnerabilidades.

**Dimensões e Aspectos Relevantes das Análises de Vulnerabilidade ao HIV / SIDA**

Dimensão individual	Dimensão Coletiva	
	Social	Programático
Valores	Normas sociais	Compromisso do governo com as respostas ao HIV / AIDS
Interesses	Referências culturais	Definição da política de HIV / AIDS
Crenças	Relações de gênero	Planejamento e avaliação da política de HIV / AIDS
Desejos	Relações raciais	Participação social nos processos de planejamento e avaliação
Conhecimento	Relações geracionais	Recursos materiais e humanos relacionados à política de HIV / AIDS
Atitudes	Crenças e normas religiosas	Governança política da política de HIV / AIDS
Comportamentos	Estigma e discriminação	Controle público da política de HIV / AIDS
Networking e amizade	Bem-estar social	Sustentabilidade política, institucional e material da política de HIV / AIDS
Relações conjugais	Emprego	
Relações familiares	Renda	Conexões multisetoriais
Redes sociais	Suporte social	Atividades intersetoriais
Saúde mental	Acesso aos cuidados de saúde	Organização do setor de saúde
Constituição física	Acesso à educação	Acesso ao serviço de saúde
	Acesso a cultura, lazer e esportes	Qualidade dos serviços de saúde
	Acesso a mídia	Equipes multidisciplinares
	Liberdade de pensamento e expressão	Abordagens interdisciplinares
	Participação política	Integração de prevenção e cuidado
	Direitos da cidadania	Equipe de formação técnico-científica
	Responsabilidade do setor público e privado	Sensibilização e sensibilidade dos direitos humanos da equipe
	Acesso ao sistema legal	Controle público e participação nos serviços de saúde
	Compromisso do governo com a saúde e o bem-estar social	Responsabilidade dos serviços de saúde
		Planejamento e avaliação de serviços de saúde

Fonte: AYRES et al., 2006.

Assim, a exposição de adolescentes a essas variadas situações de vulnerabilidade relaciona-se aos recursos disponíveis as dimensões individuais, sociais e programáticas. Sapienza e Pedromônico (2005) mostram que as situações de vulnerabilidade estão relacionadas aos fatores de risco e proteção. Quanto mais se apresenta fatores de risco em suas vidas mais vulnerável torna-se o adolescente a circunstâncias, como uso e abuso de substâncias. O inverso também se equivale na medida em que fatores de proteção são redutores de desordens no comportamento.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2013) divide os fatores de risco e proteção em 3 dimensões: Social, Biológico e Psicológico. Dentre essas dimensões, os fatores de risco se encontram, por exemplo, nos conflitos familiares excessivos, na violência doméstica, no abuso sexual, físico e emocional, em doenças crônicas e nas condições socioeconômicas

desfavoráveis. Por seu turno, os fatores de proteção estão relacionados aos seguintes aspectos: fortes vínculos familiares e comunitários, habilidades sociais, boa saúde física, oportunidade do uso construtivo do lazer, experiências culturais positivas e oportunidades de envolvimento com a vida da escola.

Figura 2 - Fatores de Risco e Proteção.

**Quadro 2 – Fatores de risco e de proteção selecionados para saúde mental de crianças e adolescentes**

<b>Domínio</b>	<b>Fatores de risco</b>	<b>Fatores protetores</b>
<b>Social</b>	<b>a) Família</b>	– Vínculos familiares fortes; – Oportunidades para envolvimento positivo na família.
	<b>b) Escola</b>	– Oportunidades de envolvimento na vida da escola; – Reforço positivo para conquistas acadêmicas Identificação com a cultura da escola
	<b>c) Comunidade</b>	– Ligação forte com a comunidade; – Oportunidade para uso construtivo do lazer; – Experiências culturais positivas; – Gratificação por envolvimento na comunidade.
<b>Domínio Psicológico</b>	– Temperamento difícil; – Dificuldades significativas de aprendizagem; – Abuso sexual, físico e emocional.	– Habilidade de aprender com a experiência; – Boa autoestima; – Habilidades sociais; – Capacidade para resolver problemas.
<b>Domínio Biológico</b>	– Anormalidades cromossômicas; – Exposição a substâncias tóxicas na gestação; – Trauma craniano; – Hipóxia ou outras complicações ao nascimento; – Doenças crônicas, em especial neurológicas e metabólicas; – Efeitos colaterais de medicação.	– Desenvolvimento físico apropriado à idade; – Boa saúde física; – Bom funcionamento intelectual.

Fonte: BRASIL, 2013.

Nesse sentido, é possível observar que um adolescente que tem em sua vida preponderantemente fatores de proteção tende a se desenvolver de maneira mais saudável e, com isso, mais chance de apresentar comportamentos adaptativos ao seu meio. Uma desses fatores, conforme indica a figura acima, são as Habilidades Sociais, inserida no domínio psicológico. As Habilidades contribuem para que adolescentes tenham melhor desempenho escolar e no trabalho, sendo um importante fator de proteção para as dimensões individuais e sociais no que se refere a vulnerabilidade.

Da mesma forma, adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidades têm maior possibilidade de apresentar comportamentos de risco, como a prática de ato infracional e uso e abuso de substâncias psicoativas. Tais correlações encontram sonoridade nos princípios do ECA, na medida em que suas diretrizes indicam que, para o adolescente ter um desenvolvimento saudável, é indispensável o acesso à saúde, à educação de qualidade, à

segurança e à boa convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). A OMS (2014) corrobora essas afirmações ao apontar que uma das possibilidades do uso inadequado de álcool e outras drogas está relacionado ao esforço do sujeito em lidar com situações de sofrimento psicológico, como essas em que fatores de risco são preponderantes.

Velho (2003, p. 84) acrescenta ao entendimento de vulnerabilidade e os fatores de risco e proteção quando cita a expressão “mundo das drogas”. O autor afirma que este “mundo” perpassa pela “observação das redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo, bem como pelo conjunto de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressariam modos particulares de construção social da realidade”. Tal compreensão, leva em consideração os aspectos culturais, sociais e individuais, tangenciando a vida concreta do sujeito, assim como é preconizado pelos conceitos de vulnerabilidade e de fatores de risco e proteção.

Uma das consequências das situações de vulnerabilidade psicossocial é o ato infracional, cometido pelo adolescente. A tabela abaixo revela dados importantes referentes aos adolescentes, em Santa Catarina no período de 2017 até 2019:

Tabela 1 - Adolescentes em conflito com a lei.

<b>Adolescentes apreendidos</b>			
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019 (novembro)</b>
Santa Catarina	1031	908	507

<b>Adolescentes apreendidos por decisão judicial</b>			
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019 (novembro)</b>
Santa Catarina	447	507	515

Fonte: SSP/SC, 2019.

Esses atos infracionais incluem envolvimento com o tráfico, homicídios, furtos e roubos, configurando um quadro de violência e criminalidade que afeta o dia a dia dos catarinenses. Em locais de vulnerabilidade, a ausência de políticas públicas Estado e as condições socioeconômicas desfavoráveis favorecem o aliciamento de adolescentes por organizações criminosas. O uso e tráfico de substâncias psicoativas constituem um dos fatores que levam à reincidência do ato infracional (BRASIL, 2016).

Fogaça (2015) demonstra, a partir de um levantamento realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça em 2012 sobre o perfil do adolescente em conflito com a lei, que 60% têm idade entre 15 e 17 anos, 54% reincidiram no ato infracional e 60% dos que cumpriam foram infrações relacionadas a roubo e tráfico de drogas.

### 3.6 AVALIAÇÃO EM PROGRAMAS DE SAÚDE

Diante esse cenário em que adolescentes estão envolvidos em violência e criminalidade, o projeto Rumo Certo se torna um caminho possível para contribuir com a transformação daquela realidade. No entanto é importante que tal intervenção seja avaliada em suas diversas dimensões para que seja aferida sua capacidade de efetividade.

Uma intervenção em saúde tem por objetivo produzir serviços ou bens, com vistas de modificar uma situação problema de um dado contexto. Para isso se utiliza de estrutura física, humana, financeira e simbólica das instituições envolvidas. É importante que esta intervenção seja avaliada, uma vez que a avaliação se refere ao julgamento de valor desse trabalho, no intuito de subsidiar decisões a serem tomadas (HARTZ, 1997).

Nesse sentido, uma pesquisa avaliativa se constitui pela:

Aplicação sistemática de procedimentos oriundos das ciências sociais para fazer julgamentos sobre os programas de intervenção, analisando as bases teóricas, a o processo operacional e a implementação dos mesmos em sua interface com o contexto no qual os constituem (ARREAZA; MORAES, 2010).

A avaliação se constitui por elaborar, negociar e seguir a aplicação de parâmetros objetivos, com princípios metodológicos rigorosos visando “conhecer, medir, determinar ou julgar o contexto, mérito, valor ou estado de um determinado objeto, a fim de estimular e facilitar processos de aprendizagem e de desenvolvimento de pessoas e organizações” (SILVA; BRANDÃO, 2003, p. 3) Serapioni (2016, p. 62) em sua análise da literatura internacional, afirma que pelo menos três pressupostos são comuns ao avaliar programas em saúde, políticas sociais e educacionais:

a) a avaliação surge no sentido de formular juízos sobre o valor ou mérito de uma intervenção que visa modificar a realidade social das comunidades; b) é colocada ênfase na sistematicidade e rigorosidade dos procedimentos de recolha de dados que suportam o julgamento do mérito e valor das ações; c) confere-se destaque à avaliação como ferramenta indispensável para a tomada de decisões, já que oferece aos gestores todas as informações necessárias para aprimorar o processo de planejamento e de gestão dos programas, serviços e políticas.

Para se estruturar uma avaliação de programas, Silva e Brandão (2003, p. 6) propõem que a metodologia siga sete passos: “(1) a elaboração de perguntas avaliativas, (2) a elaboração de indicadores, (3) a escolha das fontes de informação, (4) a escolha das formas de coleta de informações, (5) a coleta de informações – trabalho de campo, (6) a análise das informações coletadas e (7) a comunicação dos resultados”.

O primeiro passo, a elaboração das perguntas é um dos principais pontos, pois vai direcionar para qual caminho a avaliação vai seguir. “É preciso lembrar sempre que não existe boa avaliação sem uma boa pergunta. Contudo, uma boa pergunta não garante uma boa avaliação” (SILVA; BRANDÃO, 2003, p. 7). Nesse sentido, a qualidade da pergunta contribui com o tom que será dado a avaliação em si.

Os indicadores no processo avaliativo serão os critérios balizadores para que se julgue determinado programa. É o recorte feito em determinada pesquisa que indica estados, comportamentos que serão analisados no intuito de responder a pergunta avaliativa. Dessa forma os indicadores precisam ser muito bem descritos para que o julgamento realizado na pesquisa possa ser correlacionado entre os resultados obtidos na coleta e os critérios estabelecidos para avaliar determinado programa.

O terceiro passo se refere a definição da fonte, ou seja, como se chegará as informações, as quais serão equiparadas aos indicadores definidos. Poderá ser os participantes de um projeto, gestores do programa, educadores, documentos. No quarto passo, cujo objetivo é definir as formas de coletar essas informações, é preciso que se respeite os contextos culturais, sua viabilidade na pesquisa para que se atinja seus objetivos. Tais informações poderão vir de fontes variadas como, por exemplo, entrevistas telefônicas ou presenciais, questionários, grupos focais, testes, análise de registro, dentre outras.

Na etapa em que se realizará a coleta de dados, o quinto passo, o pesquisador irá a campo. Tal momento se constitui de grande complexidade, uma vez que se precisa cuidado no manuseio das informações e planejamento para se obter o maior sucesso possível. Sugere-se nesse momento que se construa um cronograma, se tenha bons instrumentos, seja estruturado um roteiro para orientar as visitas e se defina a forma de se organizar as informações.

O penúltimo passo, a análise das informações, sugere que essas sejam analisadas de acordo com sua característica, ou seja, as quantitativas, podem, por exemplo, serem aferidas por métodos estatístico, já as qualitativas, podem ter como mote as análises de discurso. O último estágio, se refere a comunicação, que finaliza os passos anteriores ao ser estruturado, em formato de monografia, relatório, onde ocorre a exposição dos dados que foram alcançados no processo avaliativo.

Desta forma, a pesquisa avaliativa diz respeito a uma importante maneira de se avaliar programas, pois produz conhecimento científico sobre determinada intervenção, colaborando substancialmente para as tomadas de decisão por seus gestores. Elas podem ser divididas ainda em avaliações formativas e somativas.

Nos casos em que ocorre um processo avaliativo de programas em saúde, Donabedian

(2003) propõe que se decomponha na tríade “estrutura-processo- resultado”, pois considera que traz clareza metodológica para se realizar esses procedimentos. A estrutura inclui, por exemplo, os recursos materiais, humanos e suas características organizacionais, como os tipos de supervisões e revisões de desempenho. A abordagem de processo sugere avaliar as várias atividades desenvolvidas, que constituem os cuidados tomados pelos profissionais envolvidos no programa para atingir seus objetivos. Já os resultados referem-se às mudanças, sejam elas as esperadas ou as não esperadas, nos indivíduos ou na população que incidiram a partir do programa de saúde (DONABEDIAN, 2003)

Estrutura, processo e resultados estão interligados e um tem influência sobre o outro de modo que para se inferir algo sobre a qualidade do serviço é preciso levar em consideração as três abordagens. A estrutura age sobre o processo e o processo sobre o resultado. Não existe uma divisão tão precisa que demarque quando um começa e o outro termina. O mais importante é compreender como essas abordagens se correlacionam (DONABEDIAN, 2003).

Na avaliação de processo de programas em saúde é possível monitorar e documentar sua implementação, além de ajudar a compreender a relação entre os elementos específicos e os seus resultados (SAUNDERS, EVANS; JOSHI, 2005). Os principais elementos do processo a serem avaliados são: fidelidade, dose, alcance, recrutamento e contexto. Murta et al (2015) afirmam que num plano de avaliação de processo são envolvidas tomadas de decisões, como por exemplo, a inclusão dos componentes a serem avaliados, posto que devido a limitação de recursos, nem todos os itens propostos por Saunders, Evans e Joshi (2005) terão o alcance na mesma pesquisa. Os autores destacam ainda que diversos estudos da área da prevenção, sejam eles nacionais ou internacionais têm avaliado somente algum desses componentes.

Na presente pesquisa, será avaliado o componente relacionado a satisfação, que está incluído na dose recebida. A exposição, parte também da dose recebida pretende apontar o número de participações de determinado público. Já a satisfação diz respeito ao quanto que as pessoas interagiram, foram receptivos, usaram ou não os materiais disponibilizados (SAUNDERS; EVANS; JOSHI, 2005).

Outro ponto que se apresenta dentro da perspectiva de Donabedian, a estrutura será descrita, em seus insumos e recursos humanos, pedagógicos, organizacionais e financeiros envolvidos no projeto e em sua dimensão intersetorial: participação e articulação entre diferentes órgãos de setores diversos: segurança, assistência social, educação, Ministério Público, terceiro setor.

### 3.7 A ESTRUTURA EM AVALIAÇÃO DE PROGRAMA

Ainda que o foco esteja na avaliação da satisfação dos envolvidos, busca-se realizar uma descrição da estrutura para se compreender melhor como o serviço é oferecido, uma vez que a organização do projeto avaliado é composta pela participação de diversos setores. De acordo com Donabedian (2003), a estrutura, ou seja, a forma com que o sistema em saúde é organizado, tem uma importante influência na forma com que as pessoas se comportam dentro de determinado programa, apresentando consequências na qualidade do atendimento oferecido.

Para exemplificar Donabedian (2003) propõe elementos que integram a estrutura de programas. Podem ser eles: recrutamento profissional, educação, treinamento e certificação, número de equipamentos, organização e licenciamento de estabelecimentos de saúde, testes, produtos, financiamento, atendimento, acesso a serviços de saúde, proteção legal dos interesses dos consumidores e provedores dentre outras características que compõem o sistema.

Nesse sentido, a partir das exemplificações propostas pelo autor, optou-se por descrever a organização do serviço, a partir dos setores envolvidos, as características das suas oficinas e seus objetivos, os insumos utilizados, os setores que foram envolvidos no processo, como se organizam e se planejam, os critérios de participação dos profissionais envolvidos e dos adolescentes, materiais didáticos, local de trabalho.

As oficinas, atividade que materializam as ações do projeto, serão detalhadas a partir da descrição dos materiais utilizados, do local realizado, da organização proposta, dos objetivos traçados. Nesse último aspecto, além de se descrever os objetivos de cada uma delas, procura-se compreender com os gestores, quais os objetivos que o projeto apresentava em sua concepção geral. Com isso pretende-se observar se existe integração entre o objetivo geral do projeto e o de cada uma das oficinas e uma possível relação com a satisfação dos envolvidos.

Se a intenção fosse realizar uma avaliação dos objetivos do projeto, o item que poderia ter maior correlação é a fidelidade proposta por Saunders, Evans e Joshi (2005), pois a partir de toda sistematização prévia, seria avaliado se isso foi ou não posta em prática. No entanto, torna-se incipiente tal intento, já que se trata de um projeto ainda em fase de construção, sem manualização de sua estrutura e processos, tornando imprecisa uma discussão dessa ordem. Por isso, descrever sua estruturação a partir desse comparativo é mais adequada ao desenho e à fase de desenvolvimento do projeto preventivo em questão e poderá contribuir para os gestores definirem com mais clareza o planejamento das ações futuras do projeto.

Os objetivos de uma intervenção correspondem às mudanças que se pretende atingir. Esses objetivos podem ser gerais e específicos. Os gerais são o guarda-chuva dos específicos

que apresentam minúcias de como se buscará os resultados. O segundo é o detalhamento do primeiro e ambos precisam ser contextualizados em sua ação, sendo esses possíveis de serem postos em prática “com referência temporal e da população-alvo e integrado aos resultados gerais esperados com a intervenção” (SCHNEIDER; FLACH, 2016). Assim, os projetos precisam proporcionar atividades práticas que permeiam os objetivos gerais e específicos, pois caso contrário, tais procedimentos podem levar a qualquer lugar menos a mudança que a intervenção se propõe a alcançar (SCHNEIDER; FLACH, 2016).

No caso do projeto em questão, sua organização estrutural tem objetivos que têm seus desdobramentos nas ações das oficinas realizadas. Ao descrever tais oficinas, será possível compreender se existe uma conexão entre o que os gestores pensam de metas para o projeto e o que de fato vem ocorrendo nos encontros realizados com os adolescentes participantes.

### 3.8 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO NO PROJETO RUMO CERTO

O projeto, diz respeito a construção de uma proposta intersetorial em benefício de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Permite, dessa forma, o encontro de diferentes setores sociais que comungam o mesmo objetivo, apesar de constitucionalmente apresentarem funções distintas. Esse propósito, ligado a promoção da cidadania, ganha fôlego quando a troca de experiências aprofunda o entendimento dos diferentes serviços e possibilita o compartilhamento de esforços para os desafios cotidianos.

Contudo, o entendimento dos atores envolvidos, diante um determinado impasse, podem ser diversificadas, pela própria condição do lugar que ocupam. As instituições policiais, conforme visto no capítulo que discorre sobre a segurança, vem de uma história marcada fortemente pela Ditadura Militar, que tinha como foco a proteção do Estado, exercendo intervenções repressivas. Ainda que venha se constituindo numa força mais próxima do cidadão, o foco é a repressão ao crime, trazendo um viés mais punitivo em suas ações. Por outro lado, a Assistência Social e as ONGs envolvidas têm uma postura de acolhimento e mediação das histórias de vida dos sujeitos. Apesar de cada prática ser fundamental em sua atribuição, as concepções de mundo nem sempre atingem um mesmo entendimento. Da mesma forma, insurge a relação dos adolescentes com a polícia, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade em comunidades empobrecidas. Costumam se guiar por uma figura representativa opressora, pelo próprio exercício profissional da polícia em realizar incursões mais incisivas nas áreas de risco social. Essa construção intrínseca às relações diárias, muitas vezes, cria situações de tensionamento difíceis de flexibilizar. Se nos serviços que seguem seus

ritos tradicionais exigem a necessidade de uma avaliação, essa conjuntura favorece ainda mais a premência de reconhecer como vem ocorrendo os processos de trabalho, diante a diversidade de fatores relacionados. Uma das medidas possíveis que se apresenta é a satisfação dos envolvidos. Saunders, Evans e Joshi (2005), nomeiam a satisfação como a dose recebida, (exposição e satisfação), onde inclui a quantidade de oficinas que cada adolescente participou, o quanto utilizaram os recursos oferecidos pelos oficinairos. Igualmente, se verificará do ponto de vista dos adolescentes como esta dose foi recebida, referindo à satisfação dos mesmos, assim como, também a satisfação dos coordenadores e oficinairos pelas ações realizadas. Esses dados de satisfação fornecerão indícios da aceitabilidade do projeto pelos seus participantes, conforme Silva e Brandão (2003) apontam que para existir uma avaliação é preciso que se definam indicadores. Com isso, diante idiosincrasias apresentadas pelo projeto e pela delimitação necessária que uma pesquisa de mestrado impõe, a avaliação se centrará, na satisfação dos envolvidos.

Hollanda et al (2012) apontam que as pesquisas de satisfação ocorreram massivamente da década de 1990, na administração pública, trazendo o conceito de qualidade para o controle de resultados. Embora existam divergências em sua definição, uma das questões concordantes é que a satisfação tem que levar em consideração a percepção do usuário com relação a suas expectativas, valores e desejos. Ao se realizar uma pesquisa de satisfação, o sujeito é colocado ativo no processo de construção do conhecimento sobre determinada avaliação, posto que é legitimada suas opiniões, expectativas e demais elementos que considera importante para todo o processo (HOLLANDA et al., 2012).

Esperidião e Trad (2006), depois de suas revisões literárias, contribuem com o debate ao observarem também que, embora a definição de satisfação não tenha um consenso, ela costuma ser apontada como uma forma de compreender a relação entre o que usuário espera do serviço e como foi efetivamente prestado, desde as questões estruturais como o conforto, alimentação quanto sua qualidade. Os autores ainda destacam que:

Qualidade de processo, refere-se, sobretudo, à relação interpessoal entre profissional de saúde e usuário (...) da avaliação da qualidade, a satisfação de usuário constitui-se em um componente da aceitabilidade social; esta aceitabilidade representa a aceitação e aprovação de um serviço de saúde por parte de uma população (ESPERIDIÃO; TRAD, 2006, p. 1272)

Com isso, observa-se que a satisfação se torna um importante componente para compreender se o projeto está tendo aceitabilidade em sua implementação, uma vez que se os sujeitos envolvidos relatam que suas expectativas estão sendo atendidas ele apresenta

indicativos que está sendo bem aceito. Dessa forma, a partir da concepção dos envolvidos, a satisfação se encontra como um caminho para compreender se o serviço está sendo aprovado em seu processo de construção prática. De fato, Ariza et al. (2011) defende que existem diversos métodos para avaliar a implementação de um processo, dentre eles, variáveis e indicadores, como a satisfação e a aceitação do programa.

No contexto de avaliação do SUS, por exemplo, as pesquisas de satisfação, possibilitaram o fortalecimento da cultura participativa, dos direitos do usuário e de um atendimento que leve em consideração suas necessidades. O Programa Nacional de Humanização do Atendimento foi uma das iniciativas geradas por essas pesquisas, visto que valoriza a qualidade na interação entre profissionais da saúde e o usuário do sistema (HOLLANDA et al., 2012).

Saunders, Evans e Joshi (2005), ao descreverem a avaliação de processo num projeto fictício de prevenção às drogas numa escola, no intuito de exemplificar suas concepções, propuseram que as possíveis fontes de dados para se compreender a dose recebida, ou seja, quantidade de aulas e a satisfação dos envolvidos, poderiam ser com professores, funcionários, administradores e alunos da escola, métodos e ferramentas, sendo que o método poderiam ser escalas de satisfação, entrevistas, grupo focais.

A dose recebida dessa fase, segundo Saunders, Evans e Joshi (2005), seria a satisfação dos participantes com o programa, suas interações com a equipe e/ou pesquisadores, demonstrada a partir do feedback dos envolvidos. É incluída também a avaliação da presença dos adolescentes, se eles têm interesse nas atividades propostas, se os professores conseguiram realizar seu planejamento, que tipo de comportamento os adolescentes apresentaram.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

Diante desses fatores que possibilitam adolescentes cometerem atos infracionais, dentro dos contextos de vulnerabilidades como, por exemplo, envolvimento com tráfico e abuso de substâncias, o Estatuto da Criança e Adolescente propõe formas de responsabilização, denominadas de medidas socioeducativas. O seu artigo 112 afirma que a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente certas medidas, como a advertência, a obrigação de reparar o dano, apresentação de serviços comunitários e a liberdade assistida. Além dessas, incluem-se o regime de semiliberdade e a internação, que são formas de privação da liberdade do adolescente.

No intuito de sistematizar as medidas que apresentavam algumas lacunas, em 18 de janeiro de 2012, surgiu a lei 12.594, conhecida como SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Essa lei trouxe princípios, regras e critérios mais objetivos às medidas socioeducativas, em vista de garantir seu caráter pedagógico. Buscou-se, assim, o alinhamento das medidas socioeducativas ao Sistema de Garantia de Direitos, organizando os procedimentos práticos da aplicação da medida. Sendo assim, a responsabilização do adolescente em conflito com a lei deve ocorrer “de maneira pedagógica, para o acesso a direitos e para a mudança de valores pessoais e sociais” (BRASIL, 2015).

O Ministério Público, instituição autônoma, responsável por observar e defender a ordem constitucional apresenta uma divisão específica junto à infância e a juventude que tem em suas atribuições lutar pelos direitos da criança e adolescente. É imbuído ainda da tarefa de apurar fatos e responsabilizar o adolescente que seja autor com a medida socioeducativa proporcional ao ato praticado (BRASIL, 2016). Após tais procedimentos o Juizado da Infância e Adolescência determina se de fato a proposição feita pelo Ministério Público foi correspondente ao ato praticado pelo adolescente (BRASIL, 2015).

O atendimento dessas medidas, quando em meio aberto (prestação de serviço à comunidade ou liberdade assistida), será realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, focando seu trabalho, inclusive, nas famílias em busca de potencializar os cuidados destes adolescentes. O CREAS, de acordo com a Lei 12.435 de 2011, tem por finalidade a prestação de serviços aos indivíduos e suas famílias quando se encontram em risco social ou pessoal, devido a violações de direitos ou contingência, que necessitam de intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 2011b).

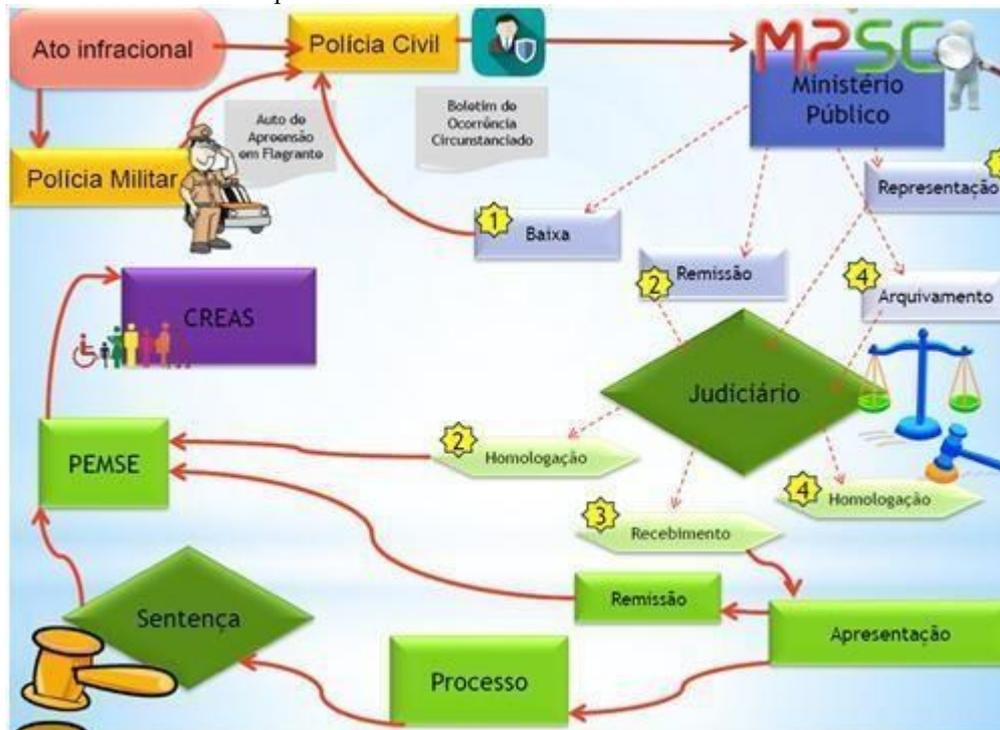
Nessa perspectiva, a aplicação das medidas não pode se ater a meros atos administrativos, mas sim ao seu caráter pedagógico. É fundamental ainda que a atuação observe

o Sistema de Garantias de Direitos. Tal Sistema foi definido pela Resolução 113/CONANDA/2006 (BRASIL, 2006):

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Na cidade de Camboriú, considerando a perspectiva de atuação intersetorial junto ao Sistema de Garantias, foi lançado pela Delegacia de Polícia Civil, em parceria com CREAS, executor da medida **socioeducativa** em meio aberto, o Ministério Público e o Judiciário, órgãos competentes para aplicação da medida, o projeto Rumo Certo, que procura atender os preceitos indicados pela Constituição, pelo ECA e pela lei do SINASE. Nesse sentido, trabalha os fatores de proteção em detrimento aos de riscos para adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio aberto.

Figura 3 – Fluxo de Procedimento para Adolescente em Conflito com a Lei.



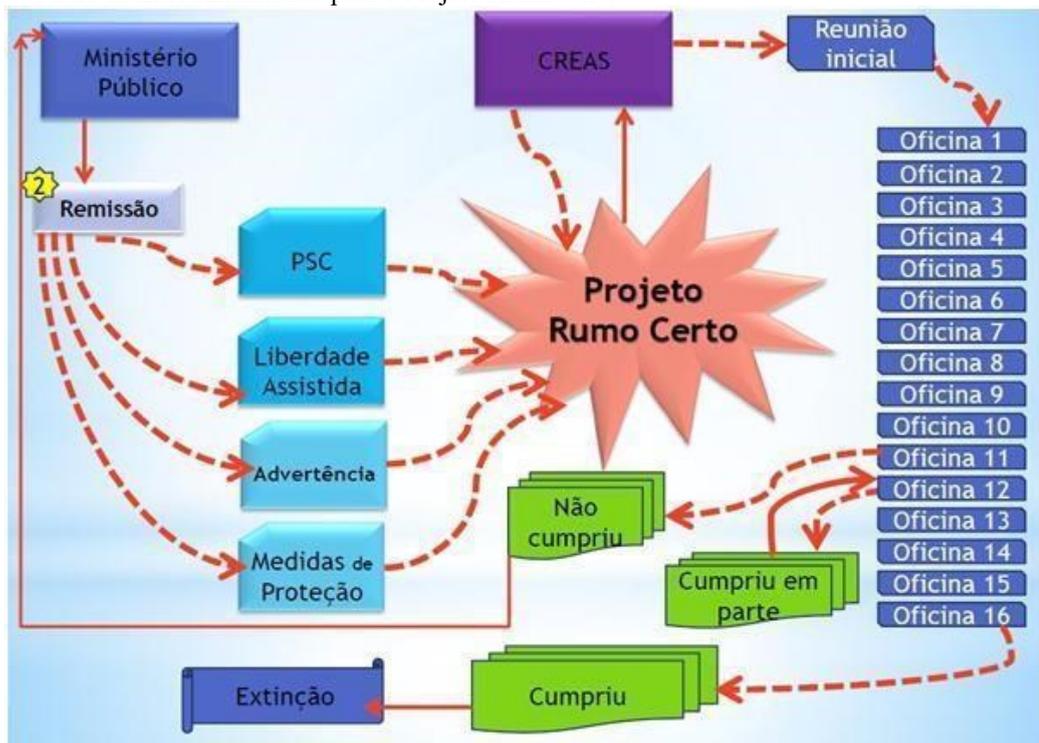
Fonte: SOFT (2016).

Conforme o fluxograma apresentado acima, os encaminhamentos desde ato infracional até o atendimento no CREAS serão definidos pelo Ministério Público e Judiciário, a fim de que o adolescente cumpra a medida em meio aberto (PEMSE: liberdade assistida e prestação de

serviço comunitário) e também no projeto. Com isso, a Promotoria da Infância e Juventude, convoca a família do adolescente para orientações sobre a participação do projeto Rumo Certo.

O projeto, assim, consiste numa forma de complementar às medidas socioeducativas em meio aberto já estipuladas pelo ECA e o SINASE proporcionando ao adolescente em conflito com a lei a prática semanal de atividades esportivas, culturais e relacionadas ao mundo do trabalho. Cada instituição ou pessoa física (educação, saúde, fundação do meio ambiente, Polícia Civil e Militar, Ministério Público, ONG Kadiz, ONG Musicor, voluntários sem qualquer vínculo institucional) disponibilizou um profissional do seu quadro para compor o grupo de voluntários que ficariam responsável por uma oficina de 2 horas, totalizando um ciclo de atividades de 32 horas dividido em 16 encontros. Assim, um grupo de adolescentes finaliza um ciclo dando vez ao próximo grupo em cumprimento.

Figura 4 – Fluxo de Encaminhamento para o Projeto Rumo Certo.



Fonte SOFT (2016).

Com isso, depois de muitas reuniões, debates, capacitações, para a preparação, o projeto foi iniciado. Como a execução da medida socioeducativa é responsabilidade do CREAS, essa instituição ficou responsável por coordenar o grupo de voluntários cedidos pelas demais instituições. O Ministério Público, que determina a medida e a Polícia Civil que, ajudou na criação do projeto, desenvolveram oficinas e apoiaram a coordenação do CREAS na construção de toda a proposta e na avaliação do desenvolvimento do projeto. Foram trabalhados temas

pertinentes como, projeto de vida, postura profissional, kung fu, musica, esportes radicais, conhecimentos sobre a polícia civil, militar, funções do CRAS e do CREAS, ética e cidadania, drogas. Essas oficinas vêm sendo realizadas por membros de cada instituição junto com o acompanhamento da assistente social que contribui, a partir do vínculo, na mediação entre instituições e adolescentes.

As atividades têm como um dos objetivos contribuir com habilidades sociais, como, a empatia, autocontrole, civilidade, assertiva, abordagem afetiva, desenvoltura social, nos adolescentes em vista de se fortalecer os fatores protetivos pessoais em suas vidas. O trabalho em grupo, mediado pela assistente social e os educadores, envolvendo os participantes numa proposta que motivem a participação, possibilita que se gere o vínculo entre eles mesmos e com o território que habitam. Kohl (2010) destaca que a mediação ocorre a partir da intervenção de um elemento numa relação que deixa de ser direta e passa a ser mediada. A mediação, ainda segundo a autora, permite que as relações se tornem mais complexas. No caso do projeto, busca-se com a mediação ampliar o repertório dessas habilidades sociais.

No projeto Rumo Certo, os adolescentes também se aproximam do Sistema de Garantias, reconhecendo seus direitos e deveres. A própria rede intersetorial pode reconhecer os adolescentes e suas demandas mais específicas, contribuindo para a relação de vínculo apregoado pelo ECA. Uma vez identificados, o CREAS, por meio da assistente social responsável, produz as intervenções necessárias. Com isso, além das oficinas que promovem os fatores de proteção para o grupo, as intervenções individuais possibilitam que os adolescentes tenham seus dilemas escutados.

A participação dos adolescentes no primeiro ciclo de 32 horas proporcionou não somente a preparação direta ocorrida nas atividades motivadoras, mas também encaminhamentos para o mundo do trabalho, para aulas de música, atividades esportivas, além do atendimento dos adolescentes em suas particularidades (família, intervenção psicológica, etc). Um dos pontos que chamou atenção da rede intersetorial de Camboriú foi à elevada adesão dos adolescentes à medida socioeducativa.

O projeto Rumo Certo, desenvolvido numa articulação com outras instituições envolvidas com a proteção social da população vulnerável, também possibilita que a Polícia Civil permaneça atuante no paradigma da Segurança Cidadã. A construção de políticas públicas intersetoriais, ao promover uma proposta que previne novas situações de violência e criminalidade, junto aos adolescentes, suas famílias e ao Sistema de Garantias, aproxima a polícia do cidadão, assegurando seus direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, reprime o crime, ou melhor, o ato infracional, devido cumprimento da medida socioeducativa. Com isso,

jovens e famílias em situação de vulnerabilidade à criminalidade, ao tráfico e ao uso de drogas serão beneficiários do projeto. Nesse contexto, os adolescentes vêm participando do projeto, complementando a medida socioeducativa em meio aberto, em vista de contribuir na superação de diversas situações de vulnerabilidade que enfrentam.

A contextualização acima procurou esclarecer como ocorreu o projeto destinado a adolescentes em conflito com a lei em sua prática e, com isso, apresentar maior clareza aos pontos que foram pesquisados. No entanto, é importante destacar que o Psicólogo Policial, proponente desta pesquisa e um dos criadores do projeto, hoje não atua mais diretamente, já que em meados de 2017 foi transferido para outra cidade com a finalidade de trabalhar no setor de coordenação das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso. Diante disso, o pesquisador não atuou em atendimentos ou avaliações com os envolvidos na pesquisa. Sua participação se limitou em acompanhar junto aos gestores, o andamento do projeto.

#### 4.2 TIPO DE ESTUDO

O desenho utilizado para análise da estrutura do projeto é exploratória-descritiva, pois segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória busca ter maior familiaridade com o problema, aprimora ideias, possibilita a construção de hipóteses. Já a pesquisa descritiva procura levantar as características de uma população ou fenômeno. Assim, tal proposta ensejou descrever as características da estrutura do projeto e, também, aprofundado a compreensão do seu processo de intervenção.

Outro ponto em que a pesquisa se propôs a seguir é a direção avaliativa, pelo fato de visar desenvolver uma avaliação do processo de implementação do projeto Rumo Certo, na esfera da sua aceitabilidade perante os envolvidos, a partir da satisfação.

Para isso, descreveu-se a estrutura do projeto: ambiente físico, recursos materiais e humanos, materiais socioeducativos, trabalho social essencial ao serviço, intersetorialidade. Avaliou-se como foi o trabalho intersetorial, se contribuiu para fazer o projeto melhor, se consideraram interessantes as oficinas ofertadas, se a metodologia foi adequada, quantas oficinas foram dadas e se foi suficiente, como era o acesso a elas, como foram osicineiros, quais oficinas tiveram mais adesão, discutindo a satisfação dos adolescentes, coordenadores eicineiros com sua implementação.

Quanto a abordagem, optou-se pelo uso de métodos mistos, com dados quantitativos e qualitativos. Foram colhidas informações por um questionário com escala de satisfação e com perguntas abertas, além de entrevistas e grupo focal contando com a percepção dos atores

envolvidos. Com isso, foi utilizada a abordagem qualitativa que revelou crenças, valores dos envolvidos, conforme descreve Minayo (2001, p. 22), que, para esse tipo de investigação, “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Já a abordagem quantitativa será feita pela análise da escala Likert de satisfação. A mesma autora destaca que a abordagem quantitativa busca compreender a realidade social de forma objetiva, trazendo a linguagem de variáveis para detalhar características e qualidades do objeto investigado. Dessa forma, a estrutura e o processo do projeto, serão analisadas por métodos mistos que, de acordo com Creswell e Clark (2013) às duas abordagens conjuntas, quantitativas e qualitativas, ampliam a compreensão do estudo, uma vez que combinadas, podem contribuir ainda mais para análise dos dados.

Diante os três instrumentos utilizados, questionário, entrevista e grupo focal, será realizada uma triangulação que, de acordo com Figaro (2014, p. 1551):

A triangulação é uma abordagem metodológica que requer um desenho de pesquisa, cujo desenvolvimento pode contar com técnicas de recolha de dados diferentes, tanto com instrumentos para a pesquisa quantitativa quanto para a pesquisa qualitativa ou ainda mobilizando instrumentos quantitativos e qualitativos em uma mesma pesquisa.

A triangulação possibilitou uma troca de informações a partir de diferentes instrumentos, envolvendo a visão de todos os grupos de participante. Com isso possibilitou também o cruzamento de informações qualitativas e quantitativas ao longo da análise.

### 4.3 INSTRUMENTOS

Quadro 1 - Organização dos componentes, instrumentos e sujeitos.

<b>COMPONENTE</b>	<b>INSTRUMENTO</b>	<b>SUJEITOS</b>
ESTRUTURA	Questionário	Oficineiros
	Entrevista semiestruturada	Coordenadores
	Grupo focal	Adolescentes
PROCESSO	Questionário	Oficineiros
	Entrevista semiestruturada	Coordenadores
	Grupo focal	Adolescentes

Fonte: Autor.

Como visto no quadro acima os instrumentos utilizados foram os seguintes:

- a) Questionário com características mistas, com escalas de satisfação para a estrutura e o processo, assim como com questões abertas sobre estes itens.

O questionário foi elaborado pelo pesquisador a partir de sua experiência na

implementação de projetos intersetoriais com adolescentes.

As escalas de satisfação foram compostas com quatro pontos de análise, passando pelos critérios de ótimo, bom, regular ou ruim.

As questões abertas eram descritivas do desenvolvimento das oficinas.

Foi aplicado com os oficinairos, através do qual descreveu-se aspectos tanto da infraestrutura organizacional, didática e física envolvida no projeto, assim como a percepção dos oficinairos sobre a satisfação dos estudantes e a execução do projeto.

b) Entrevista com roteiro semiestruturado.

Segundo Trivinos (1987, p 146), a entrevista semiestruturada possibilita aprofundar:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

As entrevistas, dirigidas para os coordenadores do projeto, membros da rede intersetorial, tiveram o intuito de avaliar tanto a satisfação quanto os objetivos do projeto, além de relatar a estrutura oferecida, principalmente no que se refere sua dimensão intersetorial. Dessa maneira, foram realizadas perguntas que seguiram essa direção.

c) O grupo focal, de acordo com Gatti (2005) possibilita a compreensão de um determinado tema, pelos mais variados pontos de vistas, sendo ainda um bom instrumento de pesquisa para avaliar o impacto de uma prática. Entrelaçado na abordagem qualitativa, o grupo focal:

“(…) é uma importante técnica para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado”. (GATTI, 2005, p. 11)

Os grupos focais foram direcionados para os adolescentes, sendo debatidos temas relacionados à satisfação com as atividades realizadas nas oficinas, como se sentiram diante cada uma das que participaram, sobre os objetivos que entendiam de todo o projeto e das oficinas. Aos poucos foram lembrando cada uma delas. Sempre tinha alguns que falavam mais sobre o projeto, outros mais calados, mas observou-se a participação de todos em algum momento do grupo.

Dessa forma, esse instrumento, oportunizou abordar os assuntos atinentes à pesquisa

subsidiando a análise dos indicadores com seu contexto social, a partir das suas visões de mundo, seus valores, crenças, suas histórias. E, por isso, destaca-se a importância de ouvi-los, pois a satisfação está relacionada à percepção dos gestores e oficinairos sobre o processo do projeto, mas também aos adolescentes que protagonizam os objetivos da criação das atividades.

#### 4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa oito adolescentes que realizaram as oficinas do projeto Rumo Certo. Estes adolescentes se caracterizam por estar em conflito com a lei, sendo residentes da cidade de Camboriú e encaminhados pelo Ministério Público ao CREAS, conforme visto item acima que corresponde a caracterização do contexto da pesquisa. Suas famílias são acompanhadas pelos técnicos de referência que trabalham articulados com a equipe do CREAS. A faixa etária desses participantes é de 15 a 19 anos.

Os coordenadores do projeto entrevistados consistiram nas seguintes pessoas: representante da Polícia Civil, psicólogo policial civil, representante do CREAS, psicólogo que acompanha os adolescentes e representante do Ministério Público, a assessora do gabinete da promotora. Buscou-se entrevistar um representante de cada uma dessas três instituições, pois impulsionada pela Polícia Civil, contribuíram para a criação do projeto. Embora o CREAS, devido a política nacional ter a responsabilidade pelas medidas em meio aberto, coordene o projeto, conta com o apoio da Polícia Civil e do Ministério Público. Com isso, tais Instituições apresentam maior engajamento no funcionamento do projeto.

Os oficinairos são pessoas que desenvolveram diretamente as atividades com os adolescentes, compondo as instituições da região, voluntários no projeto Rumo Certo. As instituições proponentes das oficinas foram: Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Secretaria Municipal da Saúde, ONG Musicor, Fundação do Meio Ambiente- FUCAM, Centro de Referência da Assistência Social –CRAS, Associação Catarinense de Judô- ACAJ, Pastoral, Instituto Federal Catarinense- IFC e Instituto Gerar. Nem todos responderam o questionário, como os representantes da ONG KADI, UNIVALI e a Secretaria de Educação.

#### 4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados aconteceu em espaços variados, de acordo com a disponibilidade de cada integrante e o manejo do instrumento. A maior dificuldade que se obteve foi a demora das respostas dos questionários e a entrevista com o psicólogo do CREAS. Essas ações foram

realizadas após submissão dos instrumentos de coleta ao Comitê de Ética.

Entrevistou-se três profissionais: um representante da Polícia Civil, o Psicólogo Policial da Delegacia da Comarca de Camboriú na própria delegacia de polícia, a qual trabalho esse profissional; um do CREAS, na sua própria sede e a assessora da promotora, na sede da promotoria da infância e juventude.

O grupo focal ocorreu com oito adolescentes com idade entre 15 e 19 anos na sede do CREAS, na sala que costuma ocorrer as oficinas. Portanto, conhecido dos participantes. Esse local apresenta tamanho adequado para compor até 12 cadeiras em círculo, com mesa, ambiente climatizado e que oferece sigilo para viabilizar o objetivo do grupo e gravar os diálogos. O tempo de duração grupo do foi em torno de uma hora e meia.

O tempo de duração de cada reunião grupal e o número de sessões a serem realizadas dependem da natureza do problema em pauta, do estilo de funcionamento que o grupo construirá e da avaliação do pesquisador sobre a suficiência da discussão quanto aos seus objetivos. Alguns autores recomendam que os encontros durem entre uma hora e meia e não mais do que três horas, sendo que, em geral, com uma ou duas sessões se obtêm as informações necessárias para uma boa análise (GATTI, 2005, p.28).

Conforme orientou a teoria, realizou-se o grupo com esse número, pois além de ter sido os participantes que aceitaram o convite, girou em torno da orientação de Gatti (2005) que recomenda que o número varie entre 6 a 12, sendo o ideal 10 participantes.

Planejou-se realizar o grupo após a última oficina, para que fosse avaliada todas as 16, conforme segue o cronograma. No entanto, o CREAS incluiu o grupo focal como a última oficina do projeto, sendo ela a décima sexta. Tal circunstância se deu, ainda que se tenha explicado para a equipe do CREAS a necessidade de se avaliar todas elas. Dessa forma, por uma questão de logística interna da instituição, principalmente por não conseguirem chamar novamente os adolescentes após o último encontro, a equipe decidiu que o grupo focal precisaria ser a décima sexta oficina.

O pesquisador e uma psicóloga, com experiência em trabalhos de grupo, após a devida apresentação realizada pelos integrantes do CREAS, iniciaram-se os trabalhos. Para o registro é importante que se tenha um ou dois relatores, que não interfiram no grupo, mas que façam anotações do que acontece, seja a comunicação verbal e não verbal (GATTI, 2005). A psicóloga exerceu a função de facilitadora e com isso, foi conduzindo o trabalho, sendo que o pesquisador se ateu a observações, anotações. Os adolescentes puderam se apresentar e foi feita a leitura do termo de assentimento para que fosse lembrado cada item elencado e já assinado por eles e os pais.

O moderador tem um papel muito importante. Ele pode ser o pesquisador ou outro profissional que seja didático ao se comunicar, demonstre segurança, sabendo lidar com as diferentes situações que apareçam, manter a produtividade do debate, sem julgamentos e sem expor opiniões. Ele deve iniciar fazendo uma pequena apresentação de si e pede aos demais participantes o mesmo. Explica-se o motivo do encontro, a escolha dos participantes. Pode-se lançar, como estratégia, o tema de força geral para ir aquecendo as falas (GATTI, 2005).

Para que os participantes se sintam engajados no processo, precisam integrar o grupo de modo voluntário. Além disso, para uma boa dinâmica interacional e que os dados levantados sejam adequados, é preciso que o facilitador tenha certa formação em grupo e consiga conduzir de tal maneira que se crie um clima de confiança, aberto a opiniões, mas que também que se permaneça no foco dos temas. Tal foco vem de um roteiro prévio que orienta e estimula o grupo. No entanto, não necessariamente precise ser inflexível, pois as interações existentes podem estimular caminhos que contribuam com o objetivo, mas que não seja linearmente previsto. Orienta-se que o facilitador não detalhe o objeto de pesquisa em suas explanações (GATTI, 2005).

Todos os adolescentes convidados que compareceram aquele dia, decidiram participar do grupo focal. Ficaram posicionados em volta da mesa do CREAS, junto com a facilitadora e o pesquisador, onde puderam fazer a gravação por áudio. As características do local são importantes também para o sucesso do grupo. O local tem de ser confortável e que seja em círculo, preferencialmente em torno de uma mesa para facilitar as anotações e gravações de áudio e vídeo. O mais comum é a gravação em áudio (GATTI, 2005).

Para início da coleta de dados com os adolescentes, diferentemente do planejado, diante a alteração proposta pelo CREAS, não se precisou entrar em contato com os adolescentes do projeto, pois eles já foram até o CREAS realizar as oficinas conforme seguia o cronograma do projeto. Assim, para se respeitar os critérios estabelecidos pelo comitê de ética, foi encaminhado ao CREAS os termos de assentimento para que fossem assinados adolescentes e seus pais, nos casos em que teriam menos de 18 anos.

Tal debate, de alguma forma já ocorre nas diferentes atividades, pois o projeto busca promover o vínculo e a troca de experiências entre os envolvidos. Em vista disso, o grupo focal permitiu uma dinâmica próxima ao que vivenciaram nos quinze encontros, diante a troca de experiências que foi recorrente, nas oficinas, as quais a fizeram ao longo dos dois meses.

Quanto ao questionário, foi realizado uma explicação do mesmo numa reunião da rede no CREAS, que serviria para iniciar o ciclo. Combinou-se com os representantes das instituições envolvidas que seria encaminhado por e-mail o questionário bem como o termo de

consentimento para que pudessem assinar e retornar o e-mail com as respostas. Assim ocorreu procedimento, embora nem todos os representantes tenham respondido. Pelo fato do grupo focal ter sido a décima sexta oficina, restaram quinze questionários, ao invés dos dezesseis para serem enviados. As respostas foram em sua maioria demoradas. Em sua maioria, foi necessário entrar em contato com cada um deles por mais de uma vez para que enviassem, conforme solicitado. Mesmo com o esforço de ligar, enviar mensagens via aplicativo, pedir apoio ao CREAS, não foi possível ter acesso a todos os questionários. Das quinze oficinas, quatro não entregaram, totalizando, portanto, onze questionários para avaliação. Os oficinairos que não entregaram foram: ONG KADIZ (realiza duas oficinas no projeto), Secretaria da Educação e UNIVALI.

#### 4.6 ANÁLISE DOS DADOS

O item estrutura foi apresentada de forma descritiva, pois foi colhida as informações com os diferentes atores sobre o projeto, para se obter um maior detalhamento e compreensão de como se sucedeu sua organização.

Foi realizada uma análise de conteúdo para a avaliação de processo, no que se refere essencialmente a satisfação, de todos os envolvidos. Para estes dados advindos de grupos focais, entrevistas e perguntas abertas do questionário foi utilizada a análise de conteúdo.

Segundo Bardin (1977, p.42) a análise de conteúdo se refere a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo, portanto, busca sistematizar o conhecimento, a partir de um conjunto de técnicas, em vista de estruturar as informações coletadas para os fins específicos a que forem demandadas.

Bardin (1977) propõe critérios para a realização da análise de conteúdo. A primeira é a organização da análise, onde é realizada a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na pré-análise, é separado o material de pesquisa, de acordo com os objetivos do estudo e lidos para que se norteie a organização estrutural que se vislumbra. São formuladas hipóteses, elaborados indicadores “do recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados” (BARDIN, 1977, p.100). A segunda fase é posta em prática o que foi

definido na fase anterior, ainda que possa surgir a necessidade da leitura de novos materiais. Dessa maneira essa fase propõe que sejam efetivamente codificadas, categorizadas, enumeradas as informações analisadas na fase anterior. A terceira fase o pesquisador tem a missão de compreender o que se manifesta por trás de determinado conteúdo originado da investigação. Com isso “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1977)

Já parte quantitativa será aferida a partir das escalas de satisfação do questionário. Para isso a análise dos dados será feita por estatísticas descritivas, com frequência e média. Rodrigues, Lima e Barbosa (2017) afirmam que:

A estatística descritiva é uma parte da estatística que auxilia os pesquisadores e os leitores a entenderem as informações de dados coletados por meio da sua organização e sumarização(...) é usada para a descrição de dados por meio do uso de números ou medidas estatísticas que possam melhor representar todos os dados coletados durante a execução de uma pesquisa.

Dessa forma será analisado os dados, a partir da mensuração dos resultados da coleta, no intuito de cruzar as informações quantitativas, com as qualitativas e compreender com maior clareza a satisfação dos envolvidos no projeto.

#### 4.7 CUIDADOS ÉTICOS

No intuito de cumprir os ritos éticos da pesquisa, foi encaminhado à Delegacia Geral da Polícia Civil e o CREAS solicitando autorização para desenvolver a pesquisa com os adolescentes participantes do projeto e com as instituições envolvidas.

A coleta de dados teve início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSC, parecer nº 3.296.556, em acordo com a Resolução CNS 466/2012. Dessa forma, foi esclarecido aos sujeitos envolvidos sobre o objetivo do estudo, sobre as atividades a serem realizadas, a garantia do sigilo, o livre direito de participar e que poderão desistir em qualquer momento. A autorização para participarem da pesquisa será obtida pela concordância livre e espontânea dos mesmos e expressa mediante a concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme apêndices.

## 5 RESULTADOS

Conforme previamente apresentado, a presente investigação se propôs a fazer uma descrição da estrutura, bem como buscar compreender a percepção dos atores envolvidos sobre ela, no intuito de aprofundar o entendimento da relação que estabeleceram o projeto. Além disso, foi realizado uma avaliação de processo com o recorte específico do indicador de satisfação dos diversos participantes. Assim, após a descrição de itens da estrutura e processo, foi realizada uma avaliação cuja análise levou em consideração a percepção dos envolvidos. Tal percepção teve como referência o indicador de satisfação, que foi organizado através da análise de conteúdo.

O quadro 2 introduz a descrição do projeto com as principais informações apresentadas nos questionários, no que se refere às oficinas desenvolvidas. Outros pontos descritos no questionário ou nas outras fontes de dados, que não estejam contempladas no quadro, serão retratados na sequência das descrições. As informações apresentadas são trechos literais que contemplam os principais pontos levantados nos questionários respondidos pelosicineiros, no que se refere a estrutura e processo que compõem o projeto. Correspondem, portanto, aos aspectos pedagógicos das oficinas, seus objetivos, atividades realizadas, seguimento do planejamento ou não, tempo, número de participantes. Ainda que o centro da avaliação seja a satisfação no processo, tais informações contribuem para compreensão do indicador a ser aferido.

As entrevistas e o grupo focal também trouxeram elementos referentes à estrutura e processo do projeto. Nas três entrevistas, com o Ministério Público, Polícia Civil e CREAS, pode-se compreender mais profundamente a dinâmica intersetorial que compõe a organização do projeto. O Ministério Público, embora não ministre nenhuma oficina, contribui para a seleção dos adolescentes participantes, uma vez que seguindo o fluxo da medida, determina qual o encaminhamento será realizado para o adolescente. Segundo a assessoria da promotora, “normalmente todos são encaminhados para o projeto. Tem casos que são casos mais graves, daí é representado e o processo segue, mas quando são casos mais tranquilos, assim, é aplicado a liberdade assistida e o projeto”. Dessa forma, o Ministério Público tem a primeira participação ao decidir quais adolescentes participarão do projeto. A assessora relatou sobre casos com maior gravidade que são representados e seguem o processo.

Quadro 2 - Descrição da estrutura das oficinas do Projeto Rumo Certo.

Instituição	Oficina	Tempo (h) / n. participantes	Objetivo citado	Resposta se o objetivo foi atingido?	Descrição atividade	Seguiu planejamento?
Polícia Civil	Projeto de Vida	2 / 10	Reflexão em relação aos objetivos de vida de cada	Difícil avaliar os seus efeitos	Os adolescentes, em conjunto com o oficineiro, refletiram sobre seus sonhos e objetivos	Sim
FUCAM	Horta programa Tatu	2 / 16	Trabalhamos o meio ambiente, fazemos a horta	Sim	Apresentação do documentário “Ilha das Flores” em sala e trabalho de plantio e cuidado dos canteiros da horta do CREAS	Sim
ACAJ	Aula de Judô	2 / 13	Mostrar a eles um pouco desta disciplina que as artes marciais oferecem	Sim	Foram ministradas aulas de judô (...) e também foram ministradas aulas de defesa pessoal	Ministradas aulas de defesa pessoal para atrair a atenção dos desinteressados
Bombeiros	Esportes Radicais	2 / 20	Através do exemplo de uma postura correta, longe da criminalidade e das drogas	Não sei o resultado após a visita ao quartel	Conhecendo o quartel de Bombeiro Militar de Camboriú. Conhecendo os materiais das viaturas e as rotinas de trabalho	Alteração da atividade por causa do mal tempo
Musicor	Ritmos Brasileiros	1,5 / 16	Pelos encontros que tivemos percebemos que muitos tem afinidade com a música, seja só pra ouvir, para participar ou até mesmo querer executar um instrumento	Foram sim pois após alguns contratempos, que seriam com que a turma toda participasse da oficina, tivemos um jovem que deu continuidade e está dando as aulas	Foi ministrada por 3 professores. Foram reproduzidos vídeos sobre ritmos brasileiros, de onde originaram e sendo cultura vinda de estados específicos, ritmos como a Capoeira e o Maracatu, como e quem trouxe esses ritmos para nossas terras.	Sim
Pastoral	Ética e Cidadania	2 / 16	Mostrar ao público alvo a evolução do ser humano no meio em que vive e como deve se comportar perante a comunidade a que pertence e agir com respeito aos valores éticos e morais	Sim, pois entendemos que os participantes interagiram e demonstraram interesse pelo conteúdo da oficina	Histórico da evolução do ser humano, das dificuldades nos primórdios, a evolução e satisfação das necessidades, busca de soluções para atendimento dos anseios dos povos. O que é cidadania, a inclusão de cada um no meio em que vive. O que é ética e como devemos nos portar para respeitar e sermos respeitados, ECA,	Sim, pois já estávamos no quinto evento.
Instituto Federal Catarinense	Visita e palestra sobre a Instituição	2,25 / 15	Desmistificar a ideia de que o IFC é uma instituição de ensino a qual eles(elas) não podem ter acesso; fazer com que se sintam bem e	Sim, os objetivos propostos foram atingidos	Explicação sobre os cursos oferecidos pelo IFC - Campus Camboriú e as formas de ingresso em cada curso, abordando também as características de cada curso	Sim

			acolhidos(as) no IFC; mostrar que, se quiserem, podem desfrutar de tudo que o IFC oferece para sua formação acadêmica e profissional.			
CRAS	Heróis x Vilões; Querer x Poder x Dever	3,25 / 10	Apresentar alternativas, abrir a visão através de entendimento e apresentar alternativas existentes dentro da lei e do convívio sadio na sociedade. Buscar mais experiência para a lida com casos futuros	Foram atingidos e ainda superaram as expectativas, tendo em vista a grande e efetiva participação dos adolescentes	Apresentação de slides durante Palestra Socioeducativa de forma participativa, com muito diálogo entre todos os participantes. Comentários, questionamentos, trocas de informações, depoimentos e sugestões como base da atividade inicial. Encerramento com lanche	Tudo conforme de costume
Instituto Gerar	Palestra sobre postura profissional	3 / 12	Objetivo é equiparar as oportunidades, para que TODOS tenham as mesmas chances de conquistar essa desejada vaga, dando início a um ciclo de desenvolvimento, de mudança e de transformação	Sim	Promover a formação humana, por meio de práticas pedagógicas interativas abordando temas de interesses juvenis a fim de fomentar nos participantes o desejo por aprender, o gosto pela escolaridade e incentivar um projeto de vida próspero, saudável e cidadão, conscientes de seu papel protagonistas na construção da realidade (...) trabalhamos questões sobre ética, relacionamento, postura profissional, currículo, entrevista Palestra de motivação	Sim
Conselho Tutelar	Jovens- escolhas certas, futuro feliz	1 / 12	Nosso objetivo é levar aos jovens desse projeto (...) que as escolhas que fazemos podem ter consequências boas ou ruins. a importância de uma boa amizade	Acreditamos que sim		Sim
CAPS/ CERTA	Palestra sobre substâncias psicoativas	2 / 9	Orientação referente os malefícios do uso SPA e suas consequências no ambiente familiar, social e físico	Foram atingidos, pois houve participação dos adolescentes através de questionamentos e partilha de suas dificuldades	O desenho animado do Popeye que o personagem usa recorre ao uso de uma determinada substância para alcançar seu objetivo de conquistar Olivia	Não, pois em atividade surgem dúvidas e questionamentos imprevistos

Fonte: Autor.

Nem todos os casos ditos graves seguem para o projeto, sendo alguns direcionados para internação. Cada caso é avaliado individualmente para, de fato, encaminhar para o projeto. O que se observou é que, segundo a visão do integrante do CREAS, adolescentes “com uma problemática muito forte socialmente, já praticamente com a mente feita pro crime”, participam do projeto. Dentre esses casos, incluem-se adolescentes com envolvimento no crime organizado, chamados de faccionados.

Assim, após o encaminhamento do Ministério Público, seguem para o CREAS onde serão melhor orientados acerca do projeto, data de início, local, número de encontros, dentre outras informações. O CREAS realiza também o atendimento com o adolescente e sua família para conhecer sua realidade. O psicólogo do CREAS relata sentir que:

“Em alguns que precisam só de certas condições, eles vêm de lares destruídos, geralmente a presença paterna é nula. Nós temos uma mãe, heroína assim, eles têm falta de tudo. E a gente tenta, eu como psicólogo e a G. como assistente social, recuperar os cacos quebrado. A gente cria um novo vaso. G. é a assistente social que acompanha os adolescentes nas oficinas e também realiza os atendimentos individuais com os adolescentes e suas famílias.

Com isso, o ponto de encontro, independentemente do local que será a oficina, é o CREAS, onde estão a assistente social e o psicólogo que acompanharão os adolescentes. Quando a atividade é externa ao CREAS, se deslocam com o micro-ônibus e seguem para encontrar o oficinairo. Segundo o psicólogo do CREAS em entrevista, “é a prefeitura que dá o lanche, dá o transporte”. O primeiro, possibilita que os adolescentes se alimentem ao final de cada encontro, e o segundo, promove o deslocamento para as diferentes atividades, possibilitando que realizem as ações em espaços variados. Ainda que o transporte em muitas falas tenha apresentado dificuldade, tem-se um micro-ônibus exclusivo para o projeto: “do ponto de vista operacional, segundo o pessoal lá do CREAS, esbarrou um pouco no transporte, mas já com uma superação porque parece que a gente já tem agora um transporte só para o projeto, né?”, afirma o psicólogo da Policial Civil.

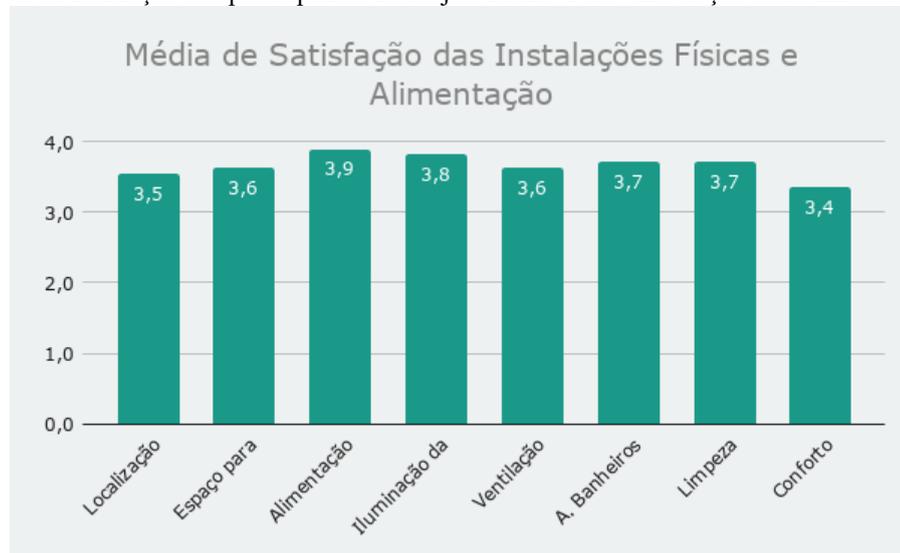
Antes de iniciar cada ciclo, é realizada uma reunião com os parceiros para avaliar o ciclo anterior e organizar o próximo. Essa reunião é chamada pelo CREAS e conta com o apoio da Polícia Civil e do Ministério Público. O momento da reunião possibilita a troca de experiências entre os parceiros, onde são apresentadas as dificuldades, facilidades e as potencialidades que observam. Agenda-se a data, local dos encontros e demais questões relacionadas à logística das atividades. A primeira oficina costuma ser na sede do CREAS, com o psicólogo da Polícia

Civil, debatendo sobre o projeto de vida dos adolescentes. A sequência das oficinas segue conforme descrito no quadro 2.

Outro ponto levantado pelo questionário diz respeito às instalações físicas e os recursos didáticos. Indagou-se se tais itens foram adequados para o desenvolvimento das atividades. Os itens eram, por um lado, relacionados aos recursos didáticos: acessibilidade a computador, qualidade do conteúdo do material didático, quantidade do material didático apresentado, recursos audiovisuais. Por outro lado, estavam relacionados às instalações físicas do local da oficina e alimentação: localização, espaço para atividades coletivas, alimentação, iluminação da sala, ventilação, acesso a banheiros, limpeza e conforto. Dessa forma, os gráficos abaixo apresentam a média da satisfação tanto por oficina, quanto por item avaliado. Essas informações serão aprofundadas e terão seus dados cruzados com as informações das entrevistas e do grupo focal, no momento em que forem discutidos os resultados.

Foi utilizada uma escala de 4 pontos para a avaliação da satisfação em relação a vários aspectos do projeto: ótimo, bom, ruim ou regular. Empregou-se o número 4 para “ótimo”, 3 para “bom”, 2 para “regular” e 1 para “ruim”, para ser aferida a média tanto por item quanto por instituição.

Figura 5 - Média da satisfação dos participantes do Projeto Rumo Certo em relação à sua infraestrutura física.

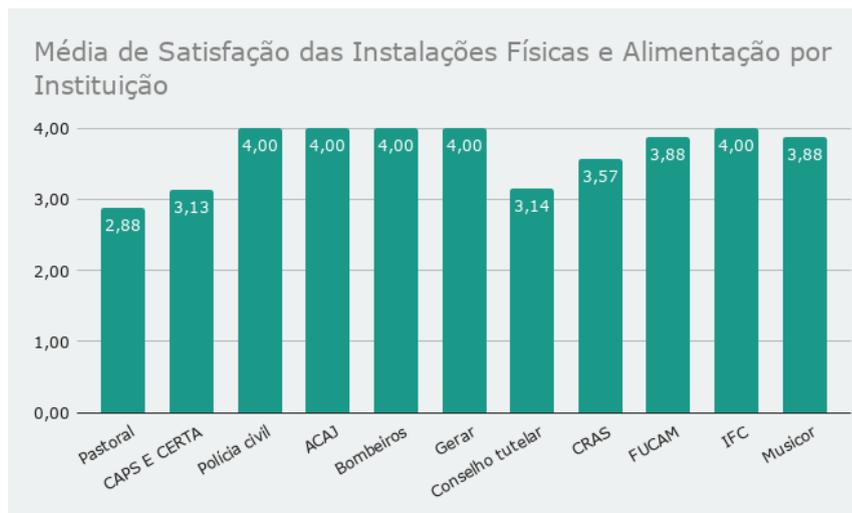


Fonte: Autor.

Observa-se no gráfico acima que as instalações físicas de forma geral foram consideradas com um *status* entre “ótimo” e “bom”, destacando a alimentação, que teve conceito quase “ótimo”, e o conforto, que apresentou o menor das avaliações, ainda que esteja entre “bom” e “ótimo”.

A figura 6, acerca da satisfação das instalações físicas por instituição, demonstra que das 11 instituições que avaliaram, cinco consideraram “ótimo” os itens indagados. Outras cinco tiveram uma avaliação entre “ótimo” e “bom”. Por outro lado, a Pastoral foi à única que considerou “de regular à bom” as instalações oferecidas pelo projeto, seguida do CAPS e do Conselho Tutelar, que também avaliaram com índice menor este critério.

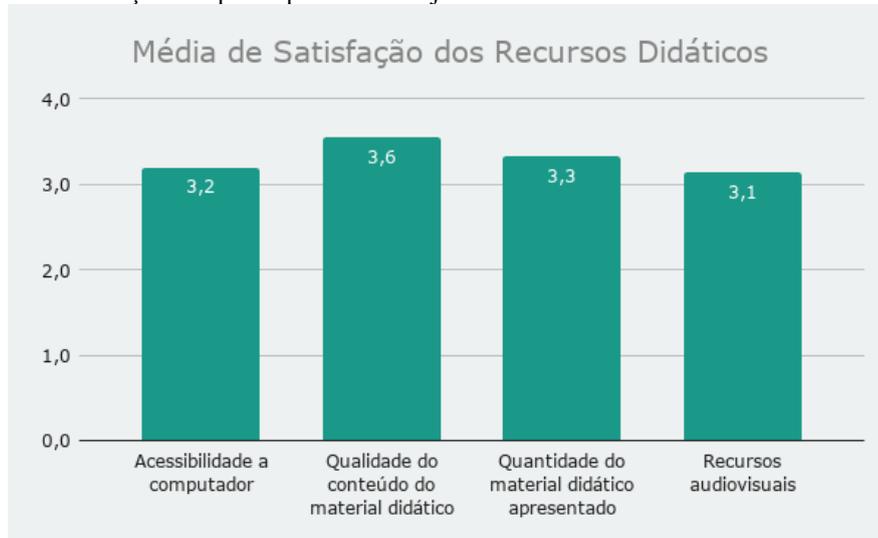
Figura 6 - Média da satisfação das instituições participantes do Projeto Rumo Certo em relação à sua infraestrutura física.



Fonte: Autor.

Os recursos didáticos também apresentaram uma boa média de satisfação, uma vez que variaram entre os conceitos “bom” e “ótimo”. Nem todos os oficinairos avaliaram esse item, posto que tal avaliação não se aplicava à necessidade apresentada pela oficina (figura 7).

Figura 7 - Média da satisfação dos participantes do Projeto Rumo Certo com os recursos didáticos utilizados.



Fonte: Autor.

Conforme observado na figura 8, categorizada por instituições, o IFC não indicou nenhuma nota, por conta de realizar atividades externas, além de não necessitar dos itens relacionados. Já o CRAS, que em sua oficina utilizou slides para apresentações (e.g., recursos visuais, computadores, material didático), avaliou tais itens como “regular à bom”, por exemplo.

Figura 8 - Média da satisfação das instituições participantes do Projeto Rumo Certo com os recursos didáticos utilizados.



Fonte: Autor.

No questionário, entrevistas e grupo focal, também foram abordados os objetivos gerais e específicos das atividades. Foi indagado aos oficinairos, coordenadores e adolescentes, quais os objetivos gerais do projeto, no intuito de observar se havia um alinhamento na percepção que tinham, se a forma com que o projeto era conduzido levava a uma compreensão minimamente semelhante, ainda que se tenham instituições com perfis muito diferentes. Com isso, o quadro abaixo segue com as respostas contida nos questionários, categorizadas por instituição. Em relação às informações provenientes das CREAS, Ministério Público e Polícia Civil, são falas advindas das entrevistas realizadas.

Quadro 3 - Descrição dos objetivos do Projeto Rumo Certo na visão de cada instituição.

Instituições	Objetivo Geral Projeto Rumo Certo
Pastoral	Resgate da cidadania dos adolescentes e reinserção no convívio social salutar
CAPS e CERTA	Conscientização de suas escolhas, promovendo uma nova perspectiva de vida para futuro
Polícia Civil	Objetiva apresentar possibilidades de desenvolvimento social, acadêmico e profissional aos adolescentes. Traçar novos objetivos para suas vidas, a partir de seu próprio território
ACAJ	Dar a eles oportunidade de se desvincularem de maus caminhos
Bombeiros	Mostrar para os adolescentes que sempre há um novo caminho para ser tomado, fora da criminalidade
Gerar	Qualificar os jovens, dar uma oportunidade para eles se sentirem importantes, estimular eles a terem uma expectativa boa de futuro
Conselho Tutelar	Dar oportunidades aos jovens em conflitos com a lei de terem um futuro melhor
CRAS	O único objetivo cumprido foi a obrigação em realizar o Projeto, sem preocupação com atingir objetivos reais
FUCAM	Fornecer uma boa ferramenta de aproximação dos adolescentes com as instituições participantes e a sociedade
IFC	Oportunizar a vivência de novas realidades de interação social Oportunizar alternativas de objetivos de vida Possibilitar o acesso a projetos de qualificação, treinamento e aperfeiçoamento em atividades em grupo Mostrar que ele(ela) possui opções de escolhas
Musicor	Oferecer algo melhor para ensiná-los a viver em um sociedade disciplinada
CREAS	Ressocializar. Mas faltaria... é... emprego para eles.
Ministério Público	Inserir o adolescente na sociedade por meio das oficinas...é... do retorno à escola

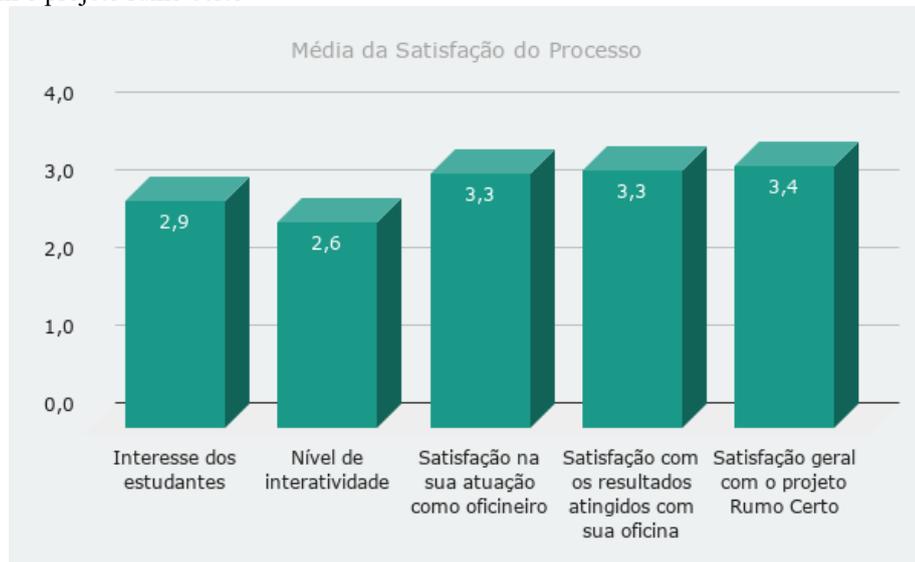
Fonte: Autor.

Os adolescentes também puderam expor como identificavam os objetivos do projeto. No grupo focal relataram: “Melhorar a nossa vida, né? Melhorar o nosso caminho antes de fazer alguma coisa, a gente pensa” (maiores detalhamentos serão descritos na análise de conteúdo).

No questionário, respondido pelos oficinairos, apresentou-se uma escala likert de satisfação. Essa escala obteve a mesma característica da já descrita acima, avaliando instalações físicas e recursos materiais, com a mesma escala e pontuação anterior.

Quando a categorização é determinada pelos itens avaliados, observa-se que a satisfação geral pelo projeto ficou entre “ótimo” e “bom”, sendo o mais alto índice entre outros quesitos de satisfação analisada. A mais baixa foi observada pelo nível de interatividade, situando-se entre “bom” e “regular” (figura 9).

Figura 9 - Média da satisfação dos oficinairos do Projeto Rumo Certo com os cinco quesitos avaliados na satisfação com o projeto rumo certo



Fonte: Autor.

Já na divisão por instituição, observou-se que a resposta do questionário apresentada pelo IFC, são as mais altas, chegando ao nível “ótimo” em todas, enquanto a satisfação da Polícia Civil e FUCAM foram as mais baixas, ficando entre “regular” e “bom” (figura 10).

Figura 10 - Média geral da satisfação das instituições participantes com o Projeto Rumo Certo



Fonte: Autor.

A parte qualitativa, no que se refere à percepção dos oficinairos sobre a satisfação nas oficinas, pode ser observada no quadro abaixo, com as respostas literais contidas nos questionários.

Quadro 4 - Comentários dos oficinairos sobre a satisfação com o Projeto Rumo Certo.

<b>Oficina</b>	<b>Comentários sobre o item satisfação no questionário</b>
Pastoral	Os participantes, de um modo geral, já tiveram passagens em processos de ato infracional. Há algum preconceito da sociedade e isto reflete no comportamento individual, daí a conveniência da oficina, que tem por objetivo traçar parâmetros de convivência na comunidade em que vivem
CAPS e CERTA	É gratificante participar deste projeto com adolescentes, pois podemos compartilhar experiências e realizar orientações em relação ao uso de SPA e suas consequências, promovendo assim informações pertinentes
Polícia Civil	A interação dos adolescentes e seu nível de interatividade foram restritos a alguns participantes. Outros adolescentes permaneceram durante as reflexões, mas pouco participaram. O planejamento da oficina e sua execução foram realizados com zelo e cautela, de forma que a satisfação com a minha oficina pode ser considerada boa. De maneira geral, o Rumo Certo se apresenta como um projeto relevante para os adolescentes do município. A satisfação dos resultados atingidos pela minha oficina não são de fácil detecção, me parece que há certa dificuldade em precisá-los
ACAJ	Como já explicado anteriormente, houve um certo receio de integração por parte do grupo. Depois, consegui fazer com que os mesmos se interessassem pelo projeto. Desta forma, saímos satisfeitos com a participação. Como oficinairo e professor de judô, fazer o que se gosta não tem preço e dar aos adolescentes uma oportunidade é muito gratificante
Bombeiros	Satisfação com os resultados atingidos com sua oficina: não fui informado se houve algum tipo de resultado com os adolescentes
Gerar	Os jovens, no início, tiveram uma participação tímida, estavam um pouco resistentes a participarem, mas com o passar da oficina, foram se soltando. Procuramos trabalhar com assuntos da realidade deles, para assim conseguirmos ganhar a confiança e atenção dos participantes. Ao término da oficina, todos os jovens participaram, colocaram seus objetivos de vida e participaram do debate. Foi muito rico esse trabalho. Nos sentimos realizados em participar de projetos assim, onde podemos auxiliar na mudança de atitude desses jovens. Acreditamos que eles precisam de atenção e alguém para mostrar qual rumo deve ser seguido
Conselho Tutelar	Sem Resposta
CRAS	Surpreendente até. Através da interatividade intensa, pude despertar ainda mais o interesse dos adolescentes quanto aos assuntos abordados, esclarecendo suas muitas dúvidas. Totalmente satisfeito. Foi uma turma muito agradável para se trabalhar. Até os mais rebeldes renderam-se aos conteúdos apresentados, interagindo com o grupo. Creio que esta etapa está cumprida e os objetivos da oficina foram totalmente atingidos. Quanto ao Projeto Rumo Certo, já citei acima alguns pontos que realmente nada acrescentam. Torno a salientar a participação de pessoas totalmente sem preparo ou capacitação para tal. A logística também é falha. Áreas de maior vulnerabilidade geralmente ocasionam maior demanda no trato de medidas socioeducativas e, em Camboriú, está tudo invertido. Por exemplo: a maioria das oficinas sendo realizadas muito distantes do domicílio dos participantes, pois o CREAS fica do outro lado do município, enquanto o CRAS está no ninho, no olho do furacão da maioria das ocorrências. Tudo isso gera despesas desnecessárias com transporte, além de maior tempo dispensado em transporte. Percebo ainda uma superficialidade quanto às aplicações das medidas, pois através de escolinhas de futebol, lanchinhos e outros mimos somente fortalecem a crença de que a justiça é pouca e parca, frágil e fútil. Na minha opinião, o adolescente que cometeu Ato Infracional sente-se premiado pelo feito. As sanções são tão superficiais que imagina não ter problemas em repetir ou até cometer delitos maiores. Essas oportunidades de “lanchinhos” e “escolinhas” de futebol deveriam se ofertadas aos melhores alunos das escolas da Rede Pública, por exemplo, como prêmio por boa conduta e aplicação no aproveitamento escolar. Porém, estes ficam a ver navios, somente terão alguma oportunidade após cometer algum delito. É assim que eles entendem, e eu percebo também. Infelizmente. “Educai as crianças para não punir os homens”
FUCAM	Interesse dos estudantes: regular, pois praticamente não interagem para saber se houve entendimento. Nível de interatividade: regular, não interagem. Satisfação: alguns poucos comentam o que aprendem comigo e levam o conhecimento para suas famílias. Satisfação geral com o Projeto Rumo Certo: bom. A interação com as instituições para que, juntas, tentem resgatar de forma positiva estes adolescentes, é um passo muito importante para a sociedade de Camboriú
IFC	Os adolescentes desse grupo foram bem receptivos, educados e demonstraram interesse durante toda a oficina

Musicor	O interesse dos estudantes é regular, porque eles acham que ali estão pagando uma punição. Por isso, a maioria não interage com os professores. Minha satisfação é boa por ter me esforçado para dar algo de melhor a alguém. Os resultados atingidos: acho bom, por que me preparei para dar a eles o melhor. Minha satisfação com o projeto é ótima porque além de ensinar, aprendi muito, além de conviver estes momentos com pessoas com educação e comportamento diferente do que se é acostumado
---------	--

Fonte: Autor.

Nos comentários acima provenientes dos questionários, verificam-se diferentes posições dos oficinairos sobre a satisfação com suas oficinas no Projeto Rumo Certo e com o projeto de maneira geral. A grande maioria sentiu-se satisfeito com sua oficina, mas observam dificuldades na interação com os adolescentes. Mais adiante, estes comentários serão abordados em relação ao conjunto dos dados, no processo de descrição e discussão dos resultados.

Na continuidade, são analisados os conteúdos das entrevistas e grupo focal, relacionados à satisfação com várias dimensões do Projeto Rumo Certo. Tais falas variaram em função do perfil dos participantes. Assim, na fala dos coordenadores, observou-se pontos relacionados à satisfação referente à relação entre membros da rede e desses com os adolescentes, sobre os objetivos do projeto e seus recursos materiais, sobre a forma que compreendem os adolescentes e as possíveis mudanças de pensamento e atitudes da participação dos mesmos. Na fala dos adolescentes, observaram-se questões referentes à linguagem didática, ao tema das oficinas, os objetivos do projeto, a atuação dos oficinairos, seus interesses pessoais, suas possíveis mudanças e as novas possibilidades de vida, a alimentação e o transporte.

Os dados dos discursos coletados serão apresentados a partir de categorias e contextualizados no próximo estágio, incluindo a fala de todos os envolvidos com o projeto, ou seja, adolescentes, coordenadores e oficinairos (quadro 5).

Quadro 5 - Categorização das entrevistas e grupos focais.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
1 Aspectos Pedagógicos e estruturais	1.1 Temática das oficinas 1.2 Percepções dos adolescentes sobre os oficinairos 1.3 Planejamento e execução 1.4 Metodologias das oficinas 1.5 Transporte
2 Objetivos do projeto	2.1 Objetivos gerais do rumo certo 2.2 Objetivos de cada oficina 2.3 Projeto de vida
3 Intersetorialidade	3.1 Interatividade entre as instituições 3.2 Relação entre a rede e os adolescentes 3.3 Percepção dos atores da rede sobre os adolescentes

Fonte: Autor.

## 5.1 CATEGORIA 1: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E ESTRUTURAIS

Essa categoria compõe o item relacionado à estrutura pedagógica e processo de execução das oficinas. Conforme já descrito, ocorreram quinze oficinas ministradas por diferentes instituições que puderam trazer as mais diversificadas temáticas, modos de conduzi-las, variando assim tanto a satisfação dos adolescentes quanto a dosicineiros, além da própria relação que estabeleceram ao longo dos encontros.

Para a subcategoria “Temática das oficinas”, foi possível reunir informações que abordassem tanto dos temas quanto do interesse ou desinteresse dos adolescentes pelas propostas. Algumas oficinas se apresentaram como mais interessantes para os adolescentes, como a dos Bombeiros: “*Eu gostei da do bombeiro*”, afirmou uma das adolescentes. Nessa oficina, os Bombeiros puderam apresentar “o quartel, os materiais, as viaturas e sua rotina de trabalho”. Outra oficina que parece ter adesão dos adolescentes foi a do Instituto Gerar: “*Eu gostei da Gerar que foi quarta-feira*”. Quando questionado qual seria o tema, o adolescente respondeu: “*É aquela para poder entrar no mercado de trabalho, de jovem aprendiz*”. De fato, o Instituto Gerar, segundo a descrição no questionário, buscou trabalhar sobre postura profissional, currículo e entrevistas de trabalho.

Mais uma temática que foi considerada interessante pelos adolescentes foi a trazida pelo IFC. De acordo com oicineiro, foram apresentados os cursos, suas características e formas de ingresso. Um dos adolescentes pôde sintetizar em seu relato como foi a oficina:

*Foi dito sobre os tipos de agropecuária, né? Pra ver como é os animais, boi, vários tipos de bicho né. Nós vimos tudo. Como que faz queijo certinho que eles fazem lá dentro, lá dentro mesmo. Eles produzem várias coisas lá dentro e oferecem vários cursos, tipo EJA, CEJA, pra fazer de noite, estudar à noite.*

A oficina do CAPS, que trabalho sobre substâncias psicoativas possibilitou trazer a reflexão dos adolescentes sobre o assunto. Quando eles trouxeram a oficina para relata-la no grupo focal, iniciaram rindo, mas depois disseram “*Teve coisas que a pessoa não sabia e a gente acabou aprendendo. Afirmaram também que:*

*Abordou ali mais ou menos sobre, tipo assim, o convívio, como é que a gente vive induzido por grupinhos. O grupinho que leva a gente pra lá. “Ah, experimenta isso aqui”. Ele falou várias coisas, várias coisas ele falou. Eu não me lembro de muita coisa. Alguma coisa eu lembro.*

Por outro lado, a oficina Musicor, cuja atividade proposta era de trabalhar instrumentos musicais, afirmou não ter gostado tanto. Quando um falou, mais três pessoas do grupo

concordaram: “Aquela que nós fomos na fanfarra foi a pior de todas”, disse um deles. Outro adolescente complementou: “Os caras começaram a tocar como que é? Capoeira, jogaram capoeira no bagueio. Mano, botaram uma música que parecia macumba”. Qualificaram de maneira desinteressante, pois “o instrumento musical não interessava ninguém”. É possível que, se outro instrumento fosse apresentado, estes teriam demonstrado uma outra relação com a oficina, pois justificaram da seguinte maneira: “Não é que não tem interesse, é porque o que eles tocam ninguém é interessado, não tocaram uma bateria”. Quando perguntado estes teriam interesse se a oficina fosse de bateria, afirmaram que sim, e incluíram também a guitarra, com todo o grupo concordando.

A subcategoria “Percepção dos adolescentes sobre osicineiros”, mostra que os participantes consideraram acontecer uma relação harmoniosa com os representantes das instituições: “Sim, tipo, todo mundo respeitava, todo mundo conversava normal, nunca faltaram com o respeito. Pelo menos quando eu fui nunca vi, eu acho”. Mais que uma relação de respeito, observaram também o cuidado e a preocupação que os profissionais envolvidos tem para com eles. Um dos adolescentes trouxe que:

*Trata a gente o melhor possível, né? Essa é a verdade. O que eles criaram pra gente do jeito que a gente quer aprender. Eles tentam tipo cada vez mais tentar entrar num jeito que a gente anda, não no jeito deles. Eles tentam fazer a mesma coisa que a gente faz (...)*

Além do cuidado, outra questão relatada foi sobre as diferentes visões apresentadas nas oficinas, estimulando a todos a reflexão:

*Ah, tipo assim, as pessoas que passaram osicineiros são pessoas assim muito diferentes praticamente, né? E explica coisas diferentes, uma nova visão pra abrir a mente da gente, pra poder ver o que é bom, entendeu? Pra você saber mais pra frente o que você quer pra você, o que você não quer.*

Essa perspectiva trazida pelos adolescentes sugere que osicineiros buscam demonstrar novos caminhos a eles, incrementando, dessa forma, seu campo de possibilidades de existir.

Na subcategoria “Planejamento e execução”, buscou-se verificar se osicineiros conseguiram seguir o que tinham pensado como estratégia de atuação nas oficinas. O quadro 5 traz alguns pontos dessas questões, mostrando que a maioria dosicineiros conseguiu colocar em prática seu planejamento. Houveram algumas exceções, como por exemplo, a ACAJ, que adaptou sua atividade por conta da falta de adesão de alguns dos adolescentes. Com isso,

realizaram também uma parte de defesa pessoal para aqueles que não quiseram realizar o judô. A ONG Musicor, pelo mesmo motivo, teve que readequar também sua atividade, apresentando outras técnicas rítmicas. Segundo o oficinairo, “começaram a participar com as adaptações de práticas de rítmica instrumental”.

Já os Bombeiros, alteraram sua atividade por um motivo diferente, o clima não favoreceu o planejamento. Com a chuva, não fizeram a tirolesa, esporte em que se coloca uma corda de ponta a ponta pendurada ao ar livre em dois pontos, onde o usuário se desloca por meio de roldanas. Seguiram, assim, com a atividade de reconhecer o quartel. O CAPS e CERTA também relataram não ter seguido à risca o planejamento, mas por conta das perguntas que foram surgindo ao longo do encontro, direcionaram a atividade para a necessidade dos adolescentes.

A subcategoria “Metodologias das oficinas” variou muito, pela diversidade de temáticas, pelas características de cada instituição e também por características individuais dos oficinairos. Ao se referir sobre a estratégia de condução dos oficinairos, um dos adolescentes informou que “eles tentam se encaixar na nossa linguagem pra ficar tudo confortável”. Outro, disse também: “Ah, eles falaram de tudo”. Dessa forma, para atingirem seus objetivos, utilizaram das mais diferentes formas de proceder nas atividades. Os adolescentes puderam cultivar uma horta, jogar futebol (não está descrita nas atividades acima, pelo fato do oficinairo não ter entregue o questionário), praticar judô, realizar roda de conversa para o debate de temas como projeto de vida, drogas, mercado de trabalho, ética e cidadania. Puderam também assistir filme, manusear instrumentos musicais, visitar locais diferentes que eles afirmaram não conhecer: “Eu não conhecia quase nada lá dentro, mas eu fui uma vez, mas eu não sabia como eram tratados os animais, pra tirar até leite de vaca lá, lá eu não conhecia muito não”, destaca um dos adolescentes referindo-se à visita ao IFC. Por outro lado, também trouxeram que algumas oficinas foram um pouco mais cansativas, como a da Polícia Civil: “Teve umas coisas que também não foi muito interessante não. Foi só falaceira”, referindo-se ao fato de ser predominantemente teórica, sem práticas envolvidas. Ideia que foi confirmada pelo oficinairo.

O próprio oficinairo da Polícia apresentou aspectos sobre a metodologia, as quais apresentou conteúdos mais intelectualizados, segundo ele: “No plano das ideias e menos dinâmico, que podem ter se tornado mais cansativo a eles”. Citou o exemplo do ciclo anterior em que um dos policiais pôde trabalhar a aula de Muay Thay:

*Ele falou também da história de vida dele, mostrou uma série de questões e foi bem interessante essa oficina. Assim, houve um envolvimento muito maior. Então, de fato*

*aquela questão da dinâmica das oficinas, de não serem oficinas muito intelectualizadas, digamos assim, de você tentar levar a mensagem da oficina através de alguma atividade.*

Quando foi citada a oficina de Muay Thai, os adolescentes demonstraram interesse citando outros tipos de lutas também como atrativas.

Na subcategoria “Transporte”, ainda que exista um transporte específico para os adolescentes, micro-ônibus cedido pela prefeitura, ele não é exclusivo e, com isso, gera alguns transtornos por conta do horário de chegada e saída das oficinas, principalmente. Os adolescentes reclamaram do transporte ter atrasado nas oficinas da UNIVALI e dos Bombeiros: “O pior do transporte mesmo foi na UNIVALI e ali nos bombeiros, né?”. Outro concordou dizendo que “a gente ficamos horas esperando”. Mais um disse: “a gente ficou lá no sol uma hora, a gente teve que ficar lá na rua”.

O representante da Polícia Civil também chamou atenção pelo fato de que:

*Do ponto de vista operacional, segundo o pessoal do CREAS, esbarrou um pouco no transporte, mas já com uma superação, porque parece que a gente já tem agora um transporte só para o projeto, né? Ai um dia ou outro foram detalhes assim, né? Ai teve o problema do transporte, mas do que começou pro que tá hoje parece que já tá bem melhor assim na área do transporte.*

Da mesma forma, a assessora do Ministério Público trouxe a questão do transporte como um dos impasses: “Então, dificuldades pelo que eles me passaram foi muito o transporte, o deslocamento do CREAS até o local, né?”. Observa-se que os deslocamentos que foram explicitados de forma negativa se mostraram os que vão do CREAS até a atividade, pois os adolescentes vão por conta própria até CREAS e de lá para o outro espaço.

A ida dos adolescentes até o projeto foi motivo de crítica do oficineiro do CREAS, que colocou:

*A Logística também é falha, áreas de maior vulnerabilidade geralmente ocasionam maior demanda no trato de medidas socioeducativas e em Camboriú está tudo invertido. Por exemplo, a maioria das oficinas sendo realizadas muito distantes do domicílio dos participantes, pois o CREAS fica do outro lado do município, enquanto o CRAS está no ninho, no olho do furacão da maioria das ocorrências.*

Seu apontamento foi mais direcionado ao fato de que o CREAS não se encontra num espaço de maior vulnerabilidade social, que é onde seu equipamento social se encontra. Com isso, ficam afastados da realidade dos adolescentes, e estes, distantes do espaço em que frequentam a maioria das oficinas.

## 5.2 CATEGORIA 2: OBJETIVOS DO PROJETO

Na categoria sobre os objetivos do projeto, foi possível identificar como os coordenadores, oficinairos e adolescentes compreendem o sentido de existir um projeto como o Rumo Certo. Esse item propõe descrever como os envolvidos concebem de forma geral a existência do projeto e também a finalidade das oficinas. Para os adolescentes, buscou-se ainda relacionar o objetivo do projeto com o seu projeto de vida.

Com isso, em cada uma das subcategorias buscar-se-á verificar se existe uma lógica comum na visão dos diferentes atores, uma vez que, embora exista uma reunião inicial para um planejamento, não se tem uma capacitação continuada que objetive debater sobre o caminho pelo qual o projeto vai seguir.

Diante disso, para a subcategoria “Objetivos gerais do rumo certo”, se observou nos questionários, entrevistas e grupo focal, semelhanças na visão dos coordenadores, oficinairos e adolescentes, posto que muitos colocaram que o projeto visa dar oportunidades para o futuro dos adolescentes em conflito com a lei. A ACAJ, por exemplo, afirmou que o projeto visa “dar oportunidade aos adolescentes, oportunidades essas que lhes foi privada ou não tiveram acesso. Desta forma, dando a oportunidade de se desvincularem de maus caminhos”. Da mesma forma, o Instituto Gerar indicou que seria “Qualificar os jovens, dar uma oportunidade para eles se sentirem importantes, estimular eles a terem uma expectativa boa de futuro”. Uma visão muito próxima do Conselho Tutelar: “Sabemos que ele visa dar oportunidades aos jovens em conflitos com a lei de terem um futuro melhor”. Assim, também relacionou o IFC que propôs ser uma forma de “Oportunizar a vivência de novas realidades de interação social; oportunizar alternativas de objetivos de vida”.

Os próprios adolescentes também identificam que o projeto visa dar oportunidades, pois quando questionados sobre os objetivos do Rumo Certo, destacaram que seriam “novas oportunidades”, e que essas seriam “de emprego, na vida, no trabalho”. De fato, dentre elas, a de conseguir um emprego foi a mais citada e apareceu entre os coordenadores, oficinairos e adolescentes. O psicólogo do CREAS trouxe essa palavra ao ser questionado sobre os objetivos do projeto “emprego”, completando assim a citação dos três grupos envolvidos no projeto.

Outra questão trazida foi à inserção dos adolescentes na sociedade. A fala do Ministério Público foi nessa direção: “Inserir na sociedade por meio das oficinas, apresentar possibilidades além do que se apresenta em suas vidas, reintegrar na sociedade”. Os oficinairos também trouxeram, como a Pastoral, que apontou ser também a “reinserção no convívio social salutar”. Destaca-se que os próprios adolescentes também tiveram esse tipo de fala no grupo focal.

Quando questionados sobre os objetivos do projeto, falaram “como a sociedade te vê, né?”, indicando que também carregam consigo o estigma de serem colocados numa condição marginalizada, pelo lugar que ocupam no conflito com a lei.

Outra instituição que fez parte do apoio ao CREAS na coordenação, a Polícia Civil, trouxe aspectos que envolvem os temas já elencados, como acesso a oportunidades e também ao desenvolvimento individual e coletivo:

Eu entendo que o Rumo Certo objetiva apresentar possibilidades de desenvolvimento social, acadêmico e profissional aos adolescentes. Nesse sentido, o fato de diversas instituições da rede de proteção participarem representa um ponto importante. Os adolescentes podem observar, de perto, como podem traçar novos objetivos para suas vidas, a partir de seu próprio território.

Uma das falas que não se alinhou com as demais foi a do CRAS, uma vez que afirmou que “Na minha observação, o único objetivo cumprido foi à obrigação em realizar o Projeto, sem preocupação com atingir objetivos reais”. Continuou tecendo críticas ao projeto considerando que conceber um projeto como o Rumo Certo, centra-se numa ideia que não prospera na medida em que acredita que a intenção dos envolvidos é mudar de maneira imediata o comportamento de adolescentes com uma extensa problemática:

*Primeiro momento, o discurso é de uma ideologia utópica, onde as aparências teóricas estão convictas em transformar, da noite para o dia, comportamentos de adolescentes envolvidos nas mais diversas formas de atos infracionais e nas mais diversas formas de convívios diários, seja com seus familiares e/ou grupos afim.*

Tal discurso não encontrou alinhamento com os outros envolvidos, mas trouxe um ponto de vista que também se observa como importante destacar, pois faz parte da forma de pensar de muitos profissionais que atuam na implementação de medidas socioeducativas, projetos sociais e que produzem impacto no alcance dos objetivos dos projetos.

A subcategoria “Objetivos de cada oficina”, traz os elementos que foram descritos nos questionários sobre a intenção de que osicineiros se propuseram a realizar no momento que estiveram com os adolescentes. Nesse quesito, os objetivos não se tangenciam praticamente devido à variedade de atividades promovida pelas instituições, cada um com uma característica específica.

No entanto, o que se pode observar de comum entre todas é que, de alguma forma, buscaram alinhar suas práticas com o que acreditavam ser o objetivo geral do projeto. Portanto, buscou dar oportunidade ao adolescente desenvolver algo que fosse novo e que fosse

consistente para seu futuro, para sua vida e, assim, ampliar suas possibilidades de inserção social.

Com isso, serão descritos alguns dos objetivos das oficinas. A Pastoral, que propôs uma oficina de ética e cidadania, teve como objetivo “mostrar evolução do ser humano no meio em que vive e como deve se comportar perante a comunidade, agir com respeito e valores”. O CAPS, junto com a ONG CERTA, trabalhou o tema drogas e, com isso, buscaram realizar a “orientação sobre drogas e suas consequências no ambiente familiar, social e físico”. No grupo focal, os adolescentes trouxeram que essa oficina contribuiu para a reflexão. Sobre o tema, quando questionados, falaram: “é, o cara fica pensativo”. Pensam sobre “o que causam com os outros, o que causam na família”.

Já o IFC procurou:

*Desmistificar a ideia de que o IFC é uma instituição de ensino a qual eles(as) não podem ter acesso. Fazer com que se sintam bem e acolhidos(as) no IFC. Mostrar que, se quiserem, podem desfrutar de tudo que o IFC oferece para sua formação acadêmica e profissional. Motivá-los(las) a participar dos processos de ingresso nos diversos cursos oferecidos pelo IFC.*

O objetivo proposto parece ter surtido efeito positivo para os adolescentes, visto que eles afirmaram ter gostado de conhecer um espaço que não tinham conhecimento e ainda com a possibilidade de ter acesso aos cursos: “O IFC, eu gostei porque eles também dão curso”. O outro complementou dizendo sobre a importância da acessibilidade: “Pra quem quiser, tipo, começar agora, tipo começar um curso, é bom que seja gratuito”.

O Instituto Gerar informou no questionário que “o objetivo é equiparar as oportunidades, para que TODOS tenham as mesmas chances de conquistar essa desejada vaga, dando início a um ciclo de desenvolvimento, de mudança e de transformação”. E fizeram isso a partir das atividades relacionadas ao mercado de trabalho. Isso pareceu despertar o interesse dos adolescentes e a reflexão sobre a proposta que se dispusera a oferecer, pois viram na instituição uma ponte para o mercado de trabalho: “A moça que veio aqui, a S., ela encaminha, né, a gente pra poder fazer o processo seletivo”. Quando perguntado se já tiveram a oportunidade de serem encaminhados ao mercado de trabalho, disseram que não.

No intuito de compreender como os adolescentes identificavam os objetivos do projeto Rumo Certo, revelaram-se diversos objetivos pessoais que se conectavam com os do projeto. Com isso, a subcategoria “Projeto de vida” mostra um pouco dessas questões trazidas por eles. Um dos adolescentes, ao falar sobre os objetivos, disse que “esse projeto serve pra levar a gente pro caminho certo”. Quando indagado sobre o que seria esse caminho certo, continuou: “Todo

mundo que tá aqui fez parte do caminho errado, então, esse projeto aí quer tentar direcionar a gente pro caminho certo”. A facilitadora do grupo tentou aprofundar um pouco o significado do que foi dito, e ele respondeu que, na prática, “era arrumar um trampo, né?”“. Esse tema foi muito falado pelos adolescentes, mostrando que era uma das formas que viam a intenção do projeto com eles.

As oficinas que tinham esse caráter de capacitação para o mercado de trabalho, seja oferecendo cursos, instrumentalizando para a inserção em vaga de trabalho, evidenciaram o interesse deles. Como já mostrado, o Instituto Gerar, que teve como tema a preparação ao mercado de trabalho, despertou o interesse: “Pra poder arrumar serviço, pra poder levar nosso currículo no mercado de trabalho, para poder arrumar um serviço”. Disseram também que “era mais fácil eles encaminhar do que nós mesmos entregar o currículo”, referenciando dessa forma para a possibilidade deles serem encaminhados para uma entrevista de emprego com mais facilidade e, com isso, terem maior sucesso na seleção. E quando questionados se consideravam importante essa inserção, um deles disse: “100%, 100% porque é um negócio que ele leva a gente pras empresas, né? Que vai gerar, vai arrumar serviço pra quem não, pra quem tem o primeiro emprego, né? Pra poder correr atrás do primeiro emprego”.

A possibilidade de ingressarem em cursos também se revelou motivador ao frequentarem o projeto, uma vez que participando tem uma chance maior de se conectarem ao futuro que desejam. O IFC, que tinha como um dos objetivos apresentar cursos, proporcionou a eles a possibilidade concreta disso, na medida em que mostrou aos adolescentes que era possível acessá-los. Um exemplo dessa condição é o fato de que um dos adolescentes foi espontaneamente procurar o diretor do IFC para ingressar no curso apresentado no projeto: “fui lá semana passada, fui para conversar direto com o diretor pra saber quando vai abrir as vagas de agropecuária, que eu me interessei lá. Me interessei por isso aí, quero fazer”. Esse mesmo adolescente disse que já recebeu a ligação do IFC para iniciar sua bolsa:

*É, ganhei bolsa também. Ganhei bolsa no IFC e no Gerar (...) A bolsa eu vou começar a ir no IFC, na agropecuária. Já me ligaram semana passada, perguntando se eu já poderia fazer a minha inscrição pra começar a estudar”.*

Outra oficina que despertou interesse, por conta também das possibilidades futuras, foi a dos Bombeiros. Uma das adolescentes se interessou pela possibilidade de ingressar na corporação: “Eu gostei da do bombeiro, pelo menos porque eu quero fazer curso”.

Uma das questões reveladas tanto pelos coordenadores, oficinairos e até mesmo os adolescentes, citada na parte dos objetivos gerais do projeto, foi a inserção social desses

adolescentes em conflito com a lei. Eles mesmos colocaram sobre a possibilidade do projeto contribuir com a forma de como são vistos pela sociedade.

*É tipo que nem ele tá dizendo, te via como uma forma antes lá atrás e agora te vê de uma forma diferente, tipo assim, um exemplo que vou dar, não é ninguém aqui dentro, é um exemplo. A pessoa tá com uma visão, com a mente pra frente, que nem diz o topo, o topo tá dizendo que é o topo da vitória, da conquista, né? Que nem tá dizendo que é o rumo certo. É o rumo pra gente pensar e ir avante, entendeu? É o rumo certo pra pessoa tentar novas oportunidades de emprego, entrar num negócio de colégio.*

O projeto, nesse sentido, na concepção dos adolescentes, pode contribuir para a forma com que a sociedade os percebe. Com isso, na continuidade da fala do adolescente, pode abrir caminhos para novas oportunidades de trabalho e estudo.

Ainda que possa parecer importante para eles uma forma diferente da sociedade os enxergarem, também foi citada uma mudança de pensamento proporcionada pelo projeto: “Só que tu pensa antes agora. Antes tu não pensava, agora tu pensa”. Tal frase foi dita quando perguntado a eles se alguém percebeu mudanças em suas vidas depois de iniciar a participação no projeto. Outro complementa dizendo: “Eu também, a mesma coisa. Sei lá, eu penso, repenso de novo, tudo muda né? Tem coisas que na verdade a gente não sabia, daí a gente começou a aprender”. Uma das reflexões proporcionadas pelas oficinas foi:

*Eu acho que agora, depois da oficina, eu acho que antes de fazer alguma coisa, a pessoa vai pensar entendeu?... vai pensar duas vezes antes de fazer. Porque, muitas vezes, as pessoas tipo faz por raiva ou por coisa e não para pra pensar e, tipo, depois que a gente faz o projeto a gente pensa mais, entendeu? Ah será que é isso mesmo? Ao que vai me levar a fazer isso? Vai me levar a nada então não adianta eu fazer. Tipo é isso, é esse pensamento que a gente tem depois do projeto.*

Destacaram também a comunicação como um dos aprendizados: “o jeito de se comunicar”. E ao serem questionados sobre onde poderiam aplicar esses conhecimentos do projeto, afirmaram: “É na escola, no trabalho, isso na família, amigos, colegas”.

Essas mudanças de pensamentos e atitudes frente a um futuro se revelam não apenas em conquistas pessoais, mas na relação com seus familiares, na medida em que, com o aprendizado no projeto, podem orientar seus familiares com os conhecimentos adquiridos, contribuindo com uma mudança de compreensão de si e de seus parentes. Com isso, afirmaram também que poderiam colaborar com orientações em casa sobre drogas. Uma das falas foi nessa direção:

*Saber orientar alguém sobre o uso de drogas como eu aprendi lá no negócio lá, se eu ver algum parente que começar nisso daí eu consigo alertar, entendeu? Sobre o efeito e as causas, porque é bem melhor alguém falar do que ele escutar, né? Eu chegar dá um pontapé nele do que um louco por aí. Por que a pessoa vai prestar mais atenção*

*se a gente for algum familiar. Se for da rua, vai ser tipo a pessoa “ah tanto faz”. Se for um familiar, sentar e conversar seria muito diferente. Eu acho né.*

Ainda na direção de uma mudança de postura frente ao mundo, é possível observar a partir das falas que essa forma diferente de pensar e agir tem ressonância em diversos aspectos:

*Na minha vida, parece que agi diferente com tudo o que ta acontecendo, porque que nem eu digo, não é que a gente temo aqui, a gente tamo pra aprender né? Pra pensar bem o que que vai prejudicar e o que não vai prejudicar nossa vida mais pra frente, né? Daí eu fiquei aqui nesse projeto porque eu gostei, porque é um projeto legal. Gosto muito porque coisas que a gente aprende, coisas novas. Várias coisas a pessoa aprendeu. Muita coisa a gente vai aprender muito mais pra frente, com pessoas que já passou por esse tipo de coisa nas suas vidas e vai aprender com eles. Eu mesmo já aprendi com várias pessoas, de me explicar tudo certinho e hoje eu aí firme forte.*

Nesse sentido, as falas com relação à mudança na forma de pensar e agir frente ao futuro, a partir da reflexão fomentada pelo Rumo Certo, indicam que os adolescentes podem tecer um caminho que lhes proporcionem uma conexão com seus desejos de vida, posto que qualificam o aprendizado como uma forma positiva de encarar os desafios cotidianos da sua vida.

A próxima fala coaduna com a anterior, mas manifesta algo ainda mais concreto sobre as mudanças que o projeto pode proporcionar na direção do projeto de vida:

*O projeto também no começo eu encontrei, eu achei que não iria fazer diferença, tipo, pra vida. Tipo eu pensei, ah, seria só uma coisa pra eu pagar e não, mas foi diferente, porque tipo ó, eu tô no segundo ano do ensino médio, então eu não pensava em fazer um curso, eu não pensava em fazer. E depois que eu entrei, tipo, eu tenho uma meta de querer fazer um curso, de querer uma faculdade. Eu não teria, eu não tinha isso antes, então o negócio leva a gente pra frente, entendeu? A gente pensa, a gente pensa no agora, a gente pensa lá na frente, entendeu? A gente pensa uns anos daqui pra frente. A gente vem pensando antes, antes de chegar lá a gente já sabe o que quer, o que vai fazer, então é mais fácil, mas ajuda bastante as pessoas.*

Essa fala sintetiza parte da conexão entre os objetivos do projeto e o projeto de vida dos adolescentes, uma vez que por um lado se buscou contribuir com o desenvolvimento dos adolescentes, apresentar oportunidades para suas vidas e, por outro, os adolescentes absorvendo o conhecimento de modo prático para construir novos caminhos pautados no que o Rumo Certo revelou a eles.

### 5.3 CATEGORIA 3: INTERSETORIALIDADE

Nessa categoria, serão descritas três subcategorias que são: “Interatividade entre as instituições”; “Relação entre a rede e os adolescentes” e “Percepção dos atores da rede sobre os adolescentes”.

A primeira, busca apresentar a forma com que as instituições foram se relacionando antes de iniciar o ciclo, desde a construção na primeira reunião, do desenrolar ao longo do projeto até o seu fechamento. Conforme citada em fundamentação teórica, cada instituição tem sua atribuição constitucional apresentando formas muito diferentes de avaliar o mesmo fenômeno, ainda que de forma geral tenham a finalidade de promoção da cidadania. Nesse sentido, a organização desses setores de forma conjunta se mostrou um desafio desde o início da constituição do projeto, uma vez que da primeira reunião até o dia em que ocorreu o primeiro encontro do primeiro ciclo, houve um lapso temporal.

É possível observar que muitos veem de forma positiva a cooperação mútua dos parceiros na construção de uma proposta para adolescentes em conflito com a lei. Identifica-se tal perspectiva em diversas falas, como as do psicólogo do CREAS: “Eu penso muito que a parceria é a única coisa que salva a gente nesses casos”, colocando a necessidade de se trabalhar em rede para que se possa atender casos complexos como os de adolescentes em conflito com a lei. O Ministério Público também corrobora esse posicionamento do CREAS, colocando que uma das facilidades do projeto é justamente o engajamento da rede em benefício do projeto: “Facilidade é o engajamento dos oficinairos. Pelo que eu vi, nenhum assim, né? Sempre se dispuseram a ajudar, a fazer o que fosse possível pra fazer o projeto dar certo”. Acrescenta ainda a necessidade de empresas locais contribuírem mais na inserção dos adolescentes no mercado de trabalho:

*Quanto mais pessoas se unirem num propósito, vai ser mais benéfico pra eles, pro município, né? Quanto mais pessoas engajadas... nessa última reunião, eles citaram uma.. Agora eu lembrei sobre trazer as empresas também do município para comporem e se tornarem parceiros do Rumo Certo pra facilitar o jovem aprendiz. Na minha percepção, quanto mais pessoas se envolverem, melhor vai ser pros adolescentes.*

Como já foi apontado na categoria sobre objetivos do projeto, a inserção ao mercado de trabalho apareceu como importante nas falas de todos os grupos. A Polícia Civil, que apoia a coordenação do CREAS, coaduna com a intenção de atuar junto à rede, ao dizer que “minha opinião geral é que é um projeto que tem ajudado as instituições a conversarem. Isso é bem

fundamental, que leva os adolescentes pra conhecerem outras realidades, o que também é bem importante”. Ele acrescenta que inicialmente as coisas pareciam ser mais difíceis, no entanto, a articulação foi ocorrendo de tal maneira que os parceiros foram construindo um bom alinhamento na comunicação, na troca de experiências:

*Talvez o maior desafio seja, digamos assim, inicial, quando ainda a rede não está acostumada a se reunir. A partir do momento que é vencida essa primeira barreira, daí é que começa a se reunir. Eu nem entendo mais assim a existência muito de desafio porque fica bem natural a convivência, o recurso de um ao outro, com grupo no whatsapp, as pessoas conversando, parece até que tem de fato assim uma vontade da rede se encontrar assim. Eu não sei se eu tô falando só de mim, mas eu vejo assim, que as reuniões não são marcadas como um fardo.*

O mesmo profissional complementa que a interação vem se fortalecendo ao longo dos ciclos do projeto:

*Nesse sentido, eu acho que assim, o projeto já está um tanto quanto amadurecido assim, né? Então tem uma avaliação positiva assim, de que as oficinas estão acontecendo, os parceiros continuam juntos, e isso acho que também mostra pra eles, também é um termômetro do resultado representativo do projeto pros próprios parceiros também que acreditam e continuam.*

Outro ponto que o psicólogo da Polícia Civil apontou foi o fato de que a rede, reconhecendo esse adolescente, suas questões, pode intervir de maneira que não se restrinja apenas às oficinas. Assim, como o Instituto Gerar veio a oportunizar vagas de trabalho, a Secretaria da Educação que, identificando adolescentes fora da escola, puderam também encaminhá-los ao retorno para o estudo. Com isso, ele observa que “tinha alguns adolescentes fora da sala de aula e a gente tem parceria com a educação, né? Com a Secretaria de Educação, e essas vagas foram criadas assim, e aí me parece que diversos adolescentes que estavam fora da escola já tiveram vagas”. Em sua opinião “acelera e potencializa o funcionamento das coisas”. Tal fala aponta direcionamentos do projeto que vão além da atividade da oficina, em vista de trazer novas possibilidades aos participantes. O Ministério Público também se mostrou satisfeito com o projeto visto na fala da assessora da promotoria: “Inclusive, a doutora quando foi na primeira, no início do ciclo, adotou o projeto, gostou muito, tanto que as outras promotoras também, né? E sempre quando é aplicada a medida aqui, é incluído o Rumo Certo até pro adolescente poder ter essa percepção”.

Entre os oficinairos, verificou-se também a relevância da rede estar construindo tal projeto de maneira conjunta. A oficinaira da FUCAM em sua fala apontou que: “A interação

com as instituições para juntas tentar resgatar de forma positiva estes adolescentes, é um passo muito importante para a sociedade de Camboriú”.

No entanto, a interação da rede parece apresentar também alguns desafios que necessitam serem debatidos. As informações trazidas, a partir da coleta, puderam pontuar alguma dessas questões. O psicólogo do CREAS avalia que trabalhar com diferentes setores é:

*É muito heterogêneo, né? É muitas pessoas pensando de maneira diferente e nós, como psicólogos, temos que unir tudo isso, tentar homogeneizar tudo, né? E eles entendem, apesar de alguns parceiros, principalmente, entendem a mensagem. Tem alguns casos com alguns preconceitos iniciais, né?*

Na presente análise de conteúdo, em diferentes categorias já descritas, de fato foi possível identificar essa heterogeneidade de atuações, visões de mundo. O debate entre as instituições pode contribuir para que sejam organizadas as ações do projeto, no intuito de construir um tecido da rede cada vez mais firme.

Tal conversa pode contribuir para que a ação prática do projeto se reverta em resultados cada vez melhores. Uma das falas do Ministério Público faz suscitar o pensamento de que pode não existir um engajamento efetivo de algumas das instituições:

*Na minha percepção, nem todo mundo tá tão engajado na causa, mas às vezes parece que é uma obrigação, um compromisso que foi firmado e não querem ser deixado de lado. Mas assim, talvez foi só uma primeira impressão nessa última reunião que a gente teve do último ciclo. Foi isso o que eu percebi, mas fora isso todo mundo tá... foi só uma primeira impressão na verdade. Tanto que na última reunião não aconteceu por falta de pessoas, cada um tinha um compromisso. Talvez seja pela falta de convocação oficial né, foi feito por meio do grupo, eu me dispus a ir, mas talvez uma comunicação oficial seria mais válida, né? As pessoas dão mais importância a um ofício do que simplesmente num grupo de whatsapp.*

Ainda que a representante do Ministério Público tenha se questionado pela falta de participação de alguma das instituições, o fato é que alguns dos envolvidos não foram à reunião e causaram tal impressão. Foi mencionada a comunicação pelo grupo via aplicativo whatsapp, chamado SINASE. É uma das formas que as instituições compartilham experiências, fotos e agendam as reuniões. Talvez, a sistematização de alguns fluxos, como o ofício citado, possa contribuir para que se tenham ações mais eficazes.

Outro ponto que é possível observar no tensionamento das relações é a relação do CREAS com a Polícia. O representante do CREAS, ainda que tenha demonstrado admiração pela Polícia Civil e reconhecido a idealização do projeto: “Vocês foram os idealizadores de

tudo isto, e conjuntamente com nós, foi uma coisa que eu não participei, mas que eu admiro muito agora”. Continuou ainda dizendo que:

*Eu sou muito favorável à nossa parceria, sempre. Porque o policial é um homem, é um ser humano, e não é o que eles pensam assim. “Eles são os maus e nós somos os bonzinhos”. Eu sempre digo isso: Não é assim, se não houver policiamento o que seria de uma sociedade?*

Embora tais falas demonstrem uma relação positiva, afirmou também que alguns dos integrantes do CREAS não gostam da polícia e que não gostariam de envolvê-los na parceria.

Ocorreram outras críticas mais diretas também com relação à participação, como por exemplo, o representante do CREAS que já havia dito sobre o preconceito de alguns possíveis parceiros e que detalha:

*Tem muita entidade que não quer ser parceira, tem preconceito... e quando se explica que são meninos, que podem sim ser reabilitados, alguns duvidam e outros não. Outro problema que é que o nosso CREAS está ficando pequeno, precisamos de mais espaço. Temos o novo CREAS lá no Rio Pequeno...*

O Ministério Público, ainda que não soubesse de detalhes, chamou atenção que duas oficinas não estavam cumprindo seus objetivos e, com isso, poderiam ter que ser retiradas: “Eu ouvi o pessoal do CREAS né, falando que tinha algumas pessoas que não gostavam, né? Tendo uma conduta insatisfatória, algumas oficinas foram acho... duas, mas não sei quais eram, não chegaram a mencionar, na verdade”. Ao ser questionada para se compreender os detalhes, ela não soube responder o motivo e quais as oficinas.

Outra crítica que se direcionou à articulação entre a rede veio do oficinairo do CRAS. Ele se referenciou ao projeto em sua concepção geral, os oficinairos e a rede como um todo, tecendo críticas ao objetivo do projeto e a sua articulação, como já foram assinalados.

Observou-se, deste oficinairo, crítica ampla, que se dirige para toda a concepção do projeto, desde a sua lógica de oferecer recursos como transporte, lanche, até se buscar trazer oficinas aos adolescentes, promovendo novas oportunidades e aprendizado aos participantes. O oficinairo do CRAS aponta que tais adolescentes, por conta do ato que cometeram, deveriam ser punidos, pois adverte que ações como a do projeto poderão gerar uma sensação a eles de fragilidade da justiça.

Essa última compreensão demonstra expressa divergência com as outras visões que acreditam que o projeto pode ser um passo para outros caminhos a serem trilhados pelos participantes. Duas lógicas se apresentam, visto que por um lado, o oficinairo do CRAS julga

necessária uma punição bem demarcada e, por outro, todos os outrosicineiros que responderam os questionários revelaram a necessidade de oportunizar aos adolescentes espaços pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento de habilidades, abrindo, assim, caminhos para inserções como trabalho e estudo. Esta divergência se coloca com um desafio em qualquer projeto intersetorial, pois representa que a interlocução não é somente de atuar junto em um projeto, mas de compartilhar seus rumos, senão a contradição impacta a sua dimensão pedagógica e prática.

A subcategoria “Relação entre a rede e adolescentes” aborda justamente a interação que ocorreu ao longo dos dois meses do ciclo, possibilitando uma troca de conhecimento e experiências de ambas as partes. Nesse sentido, observa-se que a maioria das falas é numa direção positiva frente ao envolvimento que tiveram. O CAPS, por exemplo, pontuou ser “gratificante participar deste projeto com adolescentes, pois podemos compartilhar experiências e realizar orientações em relação ao uso de SPA (substâncias psicoativas) e suas consequências, promovendo assim informações pertinentes”. Conforme visto sobre o trabalho realizado por essa instituição, muitos dos adolescentes demonstraram interesse na oficina afirmando, de fato, terem refletido sobre esse tema. Na oficina do IFC, a qual o interesse foi muito citado no grupo focal pelos adolescentes, teve com seuicineiro uma percepção semelhante, pois considerou que “os adolescentes desse grupo foram bem receptivos, educados e demonstraram interesse durante toda a oficina”.

O Instituto Gerar, cuja oficina se destacou positivamente no grupo focal, também apresentou uma avaliação na mesma direção pelaicineira:

*Os jovens, no início, tiveram uma participação tímida, estavam um pouco resistentes a participarem, mas com o passar da oficina eles foram se soltando. Procuramos trabalhar com assuntos da realidade deles, para assim conseguirmos ganhar a confiança e atenção dos participantes. Ao término da oficina, todos os jovens participaram, colocaram seus objetivos de vida e participaram do debate. Foi muito rico esse trabalho, nos sentimos realizados em participar de projetos assim, onde podemos auxiliar na mudança de atitude desses jovens. Acreditamos que eles precisam de atenção e alguém para mostrar qual rumo deve ser seguido*

Foi possível observar que, no grupo focal, os adolescentes trouxeram elementos alinhados aos citados pelaicineira, em virtude de enxergarem nessa oficina uma possibilidade concreta de inserção ao mercado de trabalho, seja através dos conhecimentos adquiridos, seja pela ponte mais acessível ao jovem aprendiz. A motivação pela oficina pareceu estar em sintonia com essa perspectiva apresentada. Corroborando esse cenário, aicineira ainda complementou que:

*Alguns dos participantes vieram nos procurar para agradecer as informações passadas e entenderam que, para passar em uma entrevista de emprego, eles precisam mudar algumas atitudes. Alguns solicitaram para fazer o cadastro com a GERAR, para participar do programa Aprendiz Legal.*

A oficina da Musicor, cuja atividade os adolescentes apontaram certo desinteresse, pôde-se observar também que foi declarado pelo oficinheiro como “interesse dos estudantes é regular”. No entanto, ele associou a desmotivação pela obrigatoriedade do projeto: “Acham que ali estão pagando uma punição. Por isso, a maioria não interage com os professores”. O mesmo complementa afirmando que, por estar engajado numa proposta que considera contribuir para a vida dos participantes, lhe motiva: “Minha satisfação é boa por ter me esforçado pra dar algo de melhor pra alguém. Os resultados atingidos acho bom, porque me preparei para dar a eles o melhor”. Destaca também o grande aprendizado nesse período: “Minha satisfação com o projeto é ótima porque além de ensinar, aprendi muito, e a conviver estes momentos com pessoas com educação e comportamento diferente do que se é acostumado”.

O psicólogo do CREAS relatou um pouco sobre como os adolescentes percebem a polícia:

*Eles veem o policial como um inimigo. Muitos deles, não todos. Eles falam até que o policial dá medo: “Dá medo do policial porque ele vem e bate na gente e tal”, mas porque que acontece isso? Você já se perguntou? “Nós também somos fogo”. É, então é uma resposta deles, se tu faz mal a alguém, essa pessoa vai reagir.*

Um dos oficinheiros que apresentou discordâncias em vários aspectos do projeto com relação aos outros oficinheiros demonstrou ter uma boa impressão do comportamento deles e sua interação na oficina. Chegou a afirmar que foi “surpreendente até”, continuou dizendo que:

*Através da interatividade intensa, pude despertar ainda mais o interesse dos adolescentes quanto aos assuntos abordados, esclarecendo suas muitas dúvidas. Totalmente satisfeito, foi uma turma muito agradável para se trabalhar. Até os mais rebeldes renderam-se aos conteúdos apresentados, interagindo com o grupo. Creio que esta etapa está cumprida e os objetivos da oficina foram totalmente atingidos.*

Dessa forma, diferente de muitos dos oficinheiros que demonstraram satisfação com o projeto, ainda que os adolescentes não apresentassem uma interação satisfatória, o oficinheiro do CRAS apontou ter observado interesse dos adolescentes na sua atividade, com boa participação.

Sob a perspectiva dos adolescentes, quando foram questionados como seria participar de um projeto com diferentes setores envolvidos e com oficinas variadas, afirmaram que:

*Ah, tipo assim, as pessoas que passaram os oficinas são pessoas assim muito diferentes praticamente, né? E explica coisas diferentes, uma nova visão pra abrir a mente da gente, pra poder ver o que é bom, entendeu? Pra você mais pra frente o que você quer pra você, o que você não quer.*

Demonstraram que a forma como o projeto foi constituído se apresenta como um caminho possível para aprenderem e se motivarem a participar. As diversas visões de mundo que se apresentam a eles não foram identificadas de forma negativa, ao contrário, uma possibilidade concreta de desenvolverem seus pensamentos e ações, na sua relação concreta com o mundo na direção de um futuro.

A última subcategoria, “Percepção dos atores da rede sobre os adolescentes”, caracteriza-se pela forma com que os oficinairos e coordenadores observam o comportamento, o perfil e a participação dos adolescentes. Pela percepção do psicólogo do CREAS, a variedade de oficinas possibilita que os adolescentes tenham maior adesão sobre o projeto: “Eu vejo, Antonio, que alguns gostam de música. Gostam de funk, gostam de pagode, de rock. Então, a gente tem aquelas, aqueles momentos muito musicais, e eles curtem muito”. Mesmo que os adolescentes tenham apresentado desinteresse pela oficina de música do projeto, chamaram atenção que, se fosse bateria, guitarra, teriam maior satisfação em participar. Dessa forma, pela percepção do representante do CREAS, ele tem interesse em música, mas talvez a adequação da oficina pudesse obter maior adesão à prática e um comportamento mais interativo e diferente da constatada pelo oficinairo da Musicor.

O mesmo profissional chama atenção também que “eles curtem muito a UNIVALI também, porque eles querem estudar, só que eles sentem que eles não são dignos de repente de ser um psicólogo, um médico”. A UNIVALI, diferente do IFC, apresenta majoritariamente cursos universitários que exigem um caminho acadêmico mais longo que o dos cursos oferecidos pelo IFC. Isso pode ter tido reflexo na percepção, uma vez que o psicólogo indicou que eles não se veem seguindo essa direção. O que se observou com os adolescentes foi que eles, de fato, apresentaram um maior interesse nos cursos do IFC. Foi citado até por um deles quando perguntado se eles gostariam de frequentar uma faculdade. Um deles disse: “Curso sim, faculdade não”, corroborando de certa forma o que o psicólogo avaliou.

O oficinairo da Pastoral disse que os adolescentes, por terem praticado ato infracional, sofrem preconceitos e que “isto reflete no comportamento individual”. O psicólogo do CREAS já havia trazido em uma das falas citadas que “em muita entidade que não quer ser parceira, tem, tem preconceito”, por conta do ato que cometeram.

Mas na própria concepção do psicólogo, ele coloca algumas de suas percepções sobre o perfil que acredita que os adolescentes apresentam: “Eles são bandidos, eles não têm o eixo que nós temos, ou que nós tínhamos quando éramos crianças, com pai e mãe, e ele não tem isso, e para o rumo certo tem que ter isso”. Ele complementa afirmando que leu num artigo da internet sobre “como pensa o bandido”, e se diz impressionado com “o equipamento mental para as atividades deles”.

Ainda sobre a percepção acerca dos adolescentes, o Ministério Público trouxe que no ciclo em análise, “o comportamento dos adolescentes, eu vi que eles reclamaram bastante”. Uma das explicações que ela trouxe foi por conta da já citada relação com o transporte, pois o atraso gerou diversos problemas de comportamento ao longo da espera: “Ficavam correndo pela rua, inclusive”.

Pelo fato do representante do CREAS acompanhar as oficinas, este tem maior conhecimento sobre algumas das possíveis mudanças dos adolescentes. Quando perguntado sobre as mudanças que podem ter ocorrido nos adolescentes, foi categórico em dizer que, dos vinte e quatro, quatro mudaram substancialmente: “Tão bem bonitinhos, vestimenta, indo trabalhar, tão bem. Os outros continuam alguns com alguma melhora, mas 4 foram fantásticos”. Ainda que ele tenha observado mudanças, considerou mais expressiva a dos quatro. E ao que ele atribui essas mudanças, afirma que:

*Autoestima. A gente tenta em cada encontro, a autoestima... elevar a autoestima. Eu acho que nosso povo a autoestima. Eu viajo um pouquinho a América e vejo a autoestima alta na América Latina, e não nos criam pensando que somos bons, nos criam, os nossos pais vendo nossos defeitos.*

Nesse sentido, sua percepção frente às mudanças dos adolescentes se relaciona a autoestima destes. É possível identificar que as intervenções procuram provocar o autoconhecimento dos mesmos na direção de um fortalecimento de seus projetos de vida.

## 6 DISCUSSÃO

Nessa etapa, será realizada a discussão dos resultados dessa pesquisa avaliativa, na direção de compreender a satisfação dos envolvidos no projeto intersetorial Rumo Certo. Conforme demarcado na fundamentação teórica, a avaliação visa, a partir de parâmetros objetivos “conhecer, medir, determinar ou julgar o contexto, mérito, valor ou estado de um determinado objeto, a fim de estimular e facilitar processos de aprendizagem e de desenvolvimento de pessoas e organizações” (SILVA; BRANDÃO, 2003). O indicador, eleito para a pesquisa, é a satisfação dos participantes que, de acordo com Esperidião e Trad (2006), é uma forma de compreender a relação entre o que o usuário espera do serviço e como foi efetivamente prestado, desde as questões estruturais, como o conforto, alimentação, quanto sua qualidade. Saunders, Evans e Joshi (2005) complementam indicando que a avaliação da satisfação no processo de um programa envolve também a interação dos participantes com a equipe e/ou pesquisadores, demonstrada a partir do feedback dos envolvidos, se eles têm interesse nas atividades propostas (e.g., se os professores conseguiram realizar seu planejamento, que tipo de comportamento os adolescentes apresentaram).

A pesquisa teve como guia a tríade proposta por Donabedian (2003) de estrutura-processo e resultado, e buscou realizar uma avaliação eminentemente de processo, ainda que tenham sido avaliados alguns itens da estrutura. Será também descrita a estrutura para que se tenha maior clareza metodológica dos pontos a serem avaliados no processo do projeto. No entanto, é importante destacar que o próprio autor considera que os itens que compõem a tríade se tangenciam e, por isso, apresentam influência direta um sobre o outro.

Os dados abaixo não serão exaustivamente descritos, uma vez que já foram pormenorizados na etapa de descrição dos resultados. No entanto, as questões que demandarem um maior detalhamento para ganhar sentido no cruzamento de dados e serem balizados pela revisão de literatura, podem ser novamente descritos.

Diante disso, para organizar a análise das informações, será sistematizada a avaliação a partir dos objetivos específicos, visando seu alinhamento com o objetivo geral. Nesse sentido, será realizada a triangulação dos dados coletados nos questionários, grupo focal e entrevistas. A parte qualitativa advinda da análise de conteúdo e a quantitativa da estatística descritiva serão cruzadas na medida em que se relacionam, conforme previsto na metodologia.

## 6.1 ANALISAR A INFRAESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INTERSETORIAL E PEDAGÓGICA DO PROJETO EM AVALIAÇÃO

Os dados correspondentes a esse objetivo específico são advindos dos três instrumentos de coleta. Portanto, tanto os adolescentes, coordenadores e oficinairos puderam descrever parte da estrutura organizacional, intersetorial e pedagógica do projeto. Donabedian (2003), ao detalhar os elementos que compõem a estrutura de um programa, indica que costumam compor o sistema: recrutamento profissional, educação, treinamento e certificação, número de equipamentos, organização e licenciamento de estabelecimentos de saúde, testes, produtos, financiamento, atendimento, acesso a serviços de saúde, proteção legal dos interesses dos consumidores e provedores, dentre outras características.

Com isso, para se atingir a descrição específica da estrutura do projeto Rumo Certo, serão pontuados os diversos aspectos relacionados a esse item, iniciando pelo acesso dos adolescentes ao projeto.

A forma de entrada do adolescente no projeto se inicia quando este entra no fluxo do sistema de justiça ao cometer um ato infracional. Ao ter essa atitude, o adolescente deve ser “responsabilizado por determinação judicial a cumprir medidas socioeducativas, que contribuem de maneira pedagógica para o acesso a direitos e para a mudança de valores pessoais e sociais dos adolescentes” (BRASIL, 2015). Conforme indica o Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível que ele seja direcionado para uma medida de meio aberto ou de meio fechado, que se refere à internação. Nos casos em que são considerados de menor gravidade, é possível que o encaminhamento seja para a medida em meio aberto que se desdobram em liberdade assistida e a prestação do serviço comunitário (BRASIL, 2015).

A instituição que acompanha esses adolescentes no cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cuja característica é:

Prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara de Infância e Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente ou Juiz Singular. Também cabe ao CREAS fazer o acompanhamento do adolescente, contribuindo no trabalho de responsabilização do ato infracional praticado (BRASIL, 2015).

Com isso, paralelo aos serviços prestados pelo CREAS, surgiu o projeto para compor uma formação pedagógica para os adolescentes que foram responsabilizados pelos seus atos. Segundo a assessora da promotora, o adolescente “cumpre acumulado as duas. Geralmente a

liberdade assistida acumulada com o projeto”, ou seja, ainda que esteja cumprindo a medida socioeducativa prevista pelo ECA, ele também participa do projeto. A assessora da promotora coloca ainda que: “Sempre quando é aplicada a medida aqui, é incluído o Rumo Certo, até pro adolescente poder ter essa percepção que não é só uma medida aplicada, a promotora sempre apoiou”.

Dessa forma, o adolescente, quando chega à promotoria junto com o familiar ou responsável, recebe as orientações necessárias da medida e um ofício que entregará ao CREAS, onde cumprirá tanto a medida prevista pelo ECA quanto a participar das 32 horas do projeto. Conforme exposto pela assessora da promotora, a Promotoria da cidade de Camboriú vem apoiando essa participação conjunta que já ocorre em torno de dois anos e cinco meses.

Com isso, após acessar o projeto, o adolescente se depara com uma estrutura organizacional, intersetorial e pedagógica de 16 encontros, que inclui o acompanhamento nas atividades de uma assistente social e um psicólogo, fora os oficinairos que variam de encontro para encontro. A cada atividade a prefeitura “dá o lanche, dá o transporte”, de acordo com o representante do CREAS, com a finalidade de se deslocarem para as atividades quando é fora do CREAS e também se alimentarem ao final de cada encontro.

Os aspectos pedagógicos descritos na análise de conteúdo referente à estrutura, como por exemplo, as temáticas das oficinas puderam proporcionar aos adolescentes diferentes atividades, oportunizando conhecerem novas possibilidades para suas vidas. Essa prática alinha-se com a Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que corresponde ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, “concebeu-se um sistema estatal de resposta à infração legal que, em consideração à condição peculiar de desenvolvimento do adolescente, priorizasse a via pedagógica em detrimento da lógica meramente retributiva” (BRASIL, 2019). O Governo Federal destaca ainda que essas medidas não tem a função de apenas retribuir a violação cometida, mas do desenvolvimento psicossocial dos adolescentes (BRASIL, 2019).

Essas ações pedagógicas que abrem diferentes acessos coadunam com os fatores de proteção identificados pelo Ministério da Saúde, uma vez que esses fatores correspondem ao desenvolvimento de habilidades sociais, boa saúde física, oportunidade do uso construtivo do lazer, experiências culturais positivas e oportunidades de envolvimento com a vida da escola (BRASIL, 2013). A fala dos envolvidos no projeto corresponde à abertura para esses tipos de acesso por conta da inserção escolar e ao mercado de trabalho, às atividades culturais, esportivas, o desenvolvimento interpessoal, a partir das habilidades praticadas, seja em sala de aula, seja nos espaços de convivência. Um dos adolescentes relata que, após ter entrado no

projeto, começou a pensar na possibilidade de fazer cursos: “Eu não pensava em fazer um curso, eu não pensava em fazer. E depois que eu entrei tipo, eu tenho uma meta de querer fazer um curso, de querer uma faculdade”. O representante do CREAS também chama atenção de que alguns dos adolescentes iniciaram trabalho: “Estão trabalhando, tão bem bonitinhos, vestimenta, indo trabalhar, tão bem”. As orientações prestadas pelo CAPS demonstraram também ter fomentado a reflexão sobre o cuidado da saúde e com seu meio social, no que se refere às substâncias psicoativas, pois disseram que:

*Abordou ali mais ou menos sobre, tipo assim, o convívio, como é que a gente vive induzindo por grupinhos, o grupinho que leva a gente pra lá. “Ah, experimenta isso aqui”. Ele falou várias coisas, várias coisas ele falou. Eu não me lembro de muita coisa. Alguma coisa eu lembro.*

O ECA orienta que, para o desenvolvimento saudável de crianças e dos adolescentes, é imprescindível que seus direitos sejam respeitados, como o acesso à saúde, à educação de qualidade, à segurança e à boa convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Diferente disso, quando os fatores de risco são preponderantes, o sujeito, nesse caso o adolescente, tem maior possibilidade do uso inadequado de álcool e outras drogas em virtude de que esse tipo de uso se refere a uma saída para lidar com seu sofrimento psicológico (OMS, 2014).

Os fatores de risco podem ser definidos como vivência de situações de violência, atraso escolar, condições socioeconômicas desfavoráveis, falta de cuidado parental, discórdia excessiva da família, discriminação e marginalidade. (BRASIL, 2013). Tais fatores encontram-se no guarda-chuva, que é a vulnerabilidade psicossocial. A vulnerabilidade é definida: “Conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos” (AYRES et al. 2003). A abordagem psicossocial leva em consideração “intersubjetividade implicada em cenários socioculturais” (SILVA; ZANGARI, 2017), acreditando ser um sujeito de direitos, num movimento entre os serviços e programas.

Esses recursos que são disponibilizados ou não, podem estar ligados a dimensões individuais e/ou coletivas, conforme a definição de Ayres et al. (2003). Segundo o representante do CREAS, tais recursos parecem ser mais escassos aos participantes, pois em sua opinião: “Eles não têm o eixo que nós temos, ou que nós tínhamos quando éramos crianças, com pai e mãe”. O oficinairo da Pastoral também traz uma posição nesse sentido, ao dizer que “de um modo geral, já tiveram passagens em processos de ato infracional, há algum preconceito da sociedade e isto reflete no comportamento individual. Daí a conveniência da oficina, que tem

por objetivo traçar parâmetros de convivência na comunidade em que vivem”.

Observa-se nas falas a condição de vulnerabilidade psicossocial desses adolescentes nos aspectos que englobam a dimensão individual, dentre elas: relações familiares, sociais, de saúde mental e na dimensão social, no que se refere ao menos às normas sociais. O próprio ato infracional muitas vezes é o desdobramento dessas situações de vulnerabilidade. Tais atos incluem o envolvimento com o tráfico, furtos, roubos gerados por espaços, cujo aparelhamento do Estado muitas vezes não se faz presente. A falta de políticas preventivas, por exemplo, acarreta em situações de vulnerabilidade psicossocial, podendo ter como consequência o ato infracional do adolescente, visto que um dos fatores que levam à reincidência da violação da lei é o uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2016).

Outra percepção do psicólogo do CREAS sobre os adolescentes coaduna com essa visão em que a carência de recursos nas dimensões individuais e coletivas proporciona uma vulnerabilidade psicossocial maior para o cometimento desses atos: “Eu sinto em alguns que precisam só de certas condições, eles vêm de lares destruídos. Geralmente a presença paterna é nula, nós temos uma mãe uma heroína assim, eles têm falta de tudo”. De fato, a constituição da personalidade no grupo familiar é decisiva para o desenvolvimento do ser humano rumo a um futuro. Isso apresenta uma relação direta na forma com que um adolescente vai se relacionar com o mundo: “Negada ou confirmada pelas mediações fundamentais, a criança irá vivenciar-se capaz ou incapaz de ser alguém, irá demarcar suas possibilidades e impossibilidades no mundo” (CASTRO, 1998). Os limites psicológicos virão da forma com que esse adolescente irá se constituir por meio da mediação desse grupo. As regras sociais serão apenas o desdobramento de toda constituição desses limites psicológicos:

Aprender limites é aprender a poder ser e não simplesmente a dever ser; é aprender a olhar para a realidade, a levar em conta a objetividade e mover-se com recurso a ela, a fim de realizar sua personalidade. Aprender regras sociais ou de comportamento é só um perfil do aprendizado dos limites (CASTRO, 1998).

As regras sociais, por conseguinte, são desdobramentos dos limites psicológicos constituídos no cerne do seu grupo de origem. Sua autonomia e condições de decidir sobre sua vida, orientando-se pela realidade objetiva, vão depender da forma com que foi constituída sua personalidade. Indubitavelmente, o conjunto de fatores individuais, sociais e contextuais terá papel decisivo para esses desdobramentos.

Nesse sentido, assim como a constituição familiar, um Sistema de Garantias dos direitos da criança e do adolescente, componentes da dimensão coletiva (AYRES et al., 2006), são

fundamentais para o amadurecimento do adolescente. Esse sistema é definido pela Resolução 113/CONANDA/2006 como (BRASIL, 2006):

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Tal organização, portanto, é articulada entre os diferentes setores sociais e que possibilitam a criação de políticas públicas próprias à qualidade de vida de crianças e adolescentes. Com isso, é necessário que se promova a intersetorialidade, uma vez que concerne na articulação dos diferentes setores num objetivo comum, diferentemente das políticas setoriais que pensam e atuam de forma fragmentada dificultando, nesse caso, o enfrentamento à violência e criminalidade. Nessa linha, a união desses diferentes setores no projeto Rumo Certo pode favorecer potencialidades dessas ações, em virtude do vínculo tanto intersetorial quanto na relação direta com o adolescente.

O fato da Polícia Civil ter lançado a proposta intersetorial vem ao encontro, justamente, de uma política de Segurança Cidadã que apresenta, em sua perspectiva, uma visão multicausal da violência e que exige ações intersetoriais e preventivas para seu enfrentamento (FREIRE, 2009). Nesse viés, a estrutura do projeto comporta os mais diversos setores de proteção e promoção dos direitos à criança e ao adolescente, buscando alinhar práticas com as diretrizes constitucionais.

Observa-se que na descrição dos resultados, no que se refere à estrutura intersetorial, alguns dos atores envolvidos consideram importante essa construção coletiva. A oficina da FUCAM destacou que: “A interação com as instituições para juntas tentar resgatar de forma positiva estes adolescentes. É um passo muito importante para a sociedade de Camboriú”.

A posição do Ministério Público também reflete isso:

*Quanto mais pessoas se unirem num propósito, vai ser mais benéfico pra eles, pro município, né? Quanto mais pessoas engajadas... nessa última reunião eles citaram uma. Agora eu lembrei sobre trazer as empresas também do município para comporem e se tornarem parceiros do Rumo Certo, pra facilitar o jovem aprendiz. Na minha percepção, quanto mais pessoas se envolverem, melhor vai ser pros adolescentes.*

Além dos setores sociais, as empresas demonstraram ser importantes para compor essa rede, na medida em que podem também contribuir com a inserção do adolescente ao mercado de trabalho. Ainda que se tenha essa necessidade, não se observou um engajamento naquele

momento desse setor.

Sobre a estrutura organizacional do projeto, um ponto que chamou atenção foi o fato de que, inicialmente, pressupunha uma articulação mais integrada entre CREAS, Ministério Público e Polícia Civil na coordenação do projeto. Essa hipótese balizou a estruturação metodológica da pesquisa, pelo fato desses setores, na formação inicial do projeto, apresentarem uma divisão de tarefas mais distribuída. No entanto, no ciclo avaliado, o CREAS demonstrou ter assumido ainda mais a frente das atividades do que antes fizera. Decorrente disso, o Ministério Público e a Polícia Civil demonstraram desconhecer alguns pontos como as inserções dos adolescentes após o projeto.

Verificou-se essa nova organização, desde quando o pesquisador ligou para agendar a entrevista com o Ministério Público, que não compreendeu o motivo de serem entrevistados por desconhecer parte do projeto. Após uma explicação mais ampla do início do projeto até o dia que foi feito contato telefônico, compreendeu-se melhor e agendou-se um dia.

Algumas atividades que eram atribuídas, mesmo que informalmente, por essa instituição não foram mais realizadas, como por exemplo, o agendamento das reuniões de início de cada ciclo. Constitucionalmente, “é atribuição do Promotor de Justiça fiscalizar e cobrar do poder público os serviços estruturados para o cumprimento adequado da medida socioeducativa” (SANTA CATARINA, 2019). Embora objetivamente a instituição não tenha a obrigação de se implicar especificamente no projeto, observa-se que faz diferença seu envolvimento para garantir um à participação da rede. A fala da assessora da promotoria vai nessa direção:

*Tanto que na última reunião não aconteceu por falta de pessoas. Cada um tinha um compromisso. Talvez seja pela falta de convocação oficial né? Foi feito por meio do grupo, eu me dispus a ir, mas talvez uma comunicação oficial seria mais válida, né? As pessoas dão mais importância a um ofício do que simplesmente num grupo de whatsapp.*

Um dos motivos de ter levado a essa diferença de articulação pode estar relacionado às transições de Promotores de Justiça na cidade. A última promotora que chegou, mesmo buscando se envolver com o projeto, saiu de licença maternidade. No entanto, a orientação para o encaminhamento dos adolescentes ao projeto com a chancela da instituição foi inquestionável, demonstrado na entrevista com a assessora: “Inclusive a doutora quando foi na primeira no início do ciclo, adotou o projeto, gostou muito, tanto que as outras promotoras também, né?”.

A Polícia Civil permaneceu no apoio e agendamento das reuniões, ainda que informalmente. Deu continuidade às reuniões com o CREAS no intuito de apoiar sua

coordenação, principalmente na relação intersetorial. Quando questionado sobre a mudança de vida dos adolescentes, o representante da Polícia Civil respondeu: “Não consigo observar porque eu participei de uma única oficina aí, eu não tenho esse parâmetro, eu não tenho um horizonte maior assim”.

Nessas reuniões, é debatido o ciclo anterior, as dificuldades, facilidades, potencialidades e é também realizado o planejamento para os próximos encontros. Ela se torna muito importante, pois, mesmo que alguns participantes se ausentem, elas dão as diretrizes de como serão os próximos encontros. A reunião tem uma duração em torno de duas horas e costuma ocorrer no espaço do CREAS. Os voluntários que faltam à reunião são comunicados via telefone ou aplicativo whatsapp para saber se darão continuidade naquele próximo ciclo, que tipo de atividade realizará e qual dia, para que sejam organizadas as ações. O projeto já tem como regra a frequência de duas vezes na semana (costuma ser quarta- e sexta-feira) iniciando às 14 horas e finalizando as 16:00.

## 6.2 ANALISAR OS OBJETIVOS DO PROJETO RUMO CERTO E SUA INTERAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE CADA OFICINA

Conforme visto na descrição da estrutura organizacional, intersetorial e pedagógica, o projeto conta com a participação de diversos setores que se encontram numa reunião inicial. Nessa reunião, debatem o ciclo anterior e o próximo num período de duas horas. Alguns dos voluntários nas oficinas encontram-se apenas naquela reunião, e as instituições que apoiam de forma mais efetiva, o CREAS, tem encontros com maior frequência, ainda que não sejam sistematizados.

A falta de alguns dosicineiros nessas reuniões iniciais, a ausência de uma capacitação específica para tal prática, além de não ser um projeto sistematizado, manualizado, tudo isso faz com que seja necessário analisar se os objetivos propostos pelas instituições apresentam semelhanças em suas intenções, tanto na prática dos encontros, na forma com que concebem o projeto. Esse alinhamento tem consequências tanto para os adolescentes participantes quanto para a própria rede que compõe o serviço.

Os objetivos gerais do projeto referem-se ao sentido de sua existência, à resposta a uma demanda social, cuja centralidade repousa no benefício da “sociedade de Camboriú”, conforme palavras da oficinaira da FUCAM. A questão é se essas diferentes visões de mundo encontram-se justapostas para uma mesma direção, uma vez que cada instituição tem um método de abordar o problema da violência e criminalidade.

Para orientar a análise dos objetivos gerais do projeto e específicos de cada oficina, Schneider e Flach (2016) propõem que os objetivos de determinada intervenção têm a intenção de realizar alterações em determinado fenômeno. Eles podem ser divididos em objetivos gerais e específicos. Os gerais abarcam os específicos, ou seja, eles precisam necessariamente estar interligados. Não se pode indicar um objetivo específico que não corresponda a um geral. O específico busca detalhar o geral, trazendo um refinamento, uma forma de como será tangenciada esse guarda-chuva.

Com isso, os projetos precisam conectar sua prática aos objetivos previstos. O projeto foi escrito no ano de 2016, com início em maio de 2017. No entanto, no presente ano em que foi feito a coleta de dados, não se observou qualquer referência a ele, ou seja, suas ações seguiram sem uma discussão sobre o que era previsto inicialmente e, nas entrevistas não foram mencionados essa sistematização. As reuniões iniciais de duas horas não comportam também um tempo para que se discutam seus objetivos, pelo fato de serem mais exaustivos na análise do anterior e no planejamento do próximo.

Entretanto, identificou-se uma semelhança em alguns discursos tanto da rede quanto dos adolescentes. Muitos dosicineiros e coordenadores citaram a palavra “oportunidade” como um dos objetivos gerais do projeto. A ACAJ trouxe isso de forma clara: “Dar oportunidade aos adolescentes, oportunidades essas que lhes foi privada ou não tiveram acesso”. O Instituto Gerar também: “Dar uma oportunidade para eles se sentirem importantes estimula eles a terem uma expectativa boa de futuro”. Da mesma forma, os coordenadores também consideraram, como por exemplo, o psicólogo do CREAS: “Porque na verdade, justamente quando a gente pensou no objetivo, de fato essa ressocialização a partir de diferentes oportunidades”. Outro objetivo levantado na coleta foi a inserção social. Pode ser observado tanto nas falas do Ministério Público quanto da ONG Pastoral, quando o primeiro afirmou “inserir na sociedade por meio das oficinas, apresentar possibilidades além do que se apresenta em suas vidas, reintegrar na sociedade”, e a segunda, “reinserção no convívio social salutar”.

Os adolescentes apresentaram percepções sobre os objetivos, próximas às que foram identificadas nas falas dosicineiros e coordenadores. Ao serem questionados sobre os objetivos do projeto, falaram também sobre as “novas oportunidades” trazidas pelo projeto, como “arrumar um trampo, né”, “oportunidade de emprego, na vida, no trabalho”, “até em vista com a sociedade”, completaram.

Uma das falas pareceu destoar do resto do grupo, que foi a do representante do CREAS, que considerou o projeto uma ideia utópica, onde a rede considera que vai mudar a vida dos adolescentes de uma hora para outra. Observa-se que tal percepção não se alinha com as outras

citadas. Conforme já citado, a medida socioeducativa se apresenta com um caráter muito mais pedagógico do que apenas retributivo, ou seja, ainda que vise responsabilizar os adolescentes pelo ato, prioriza-se sua formação pedagógica em busca do seu melhor desenvolvimento” (BRASIL, 2019).

Outra fala destoante que se põe em contradição com o objetivo geral do projeto Rumo Certo foi do representante do CRAS, quando expressou uma posição punitiva em relação aos adolescentes que cometem delitos, declarando que participar de atividades esportivas, ter acesso a lanches e algumas outras benesses seriam recompensas não merecidas por estes jovens. Esta opinião entra em choque com o que se considera os objetivos de uma prevenção indicada, como é caso deste projeto.

A prevenção indicada, conforme explica Becoña-Iglesias (2002, p.73), “é aquela que se dirige a um subgrupo concreto da comunidade, que já são consumidores de substâncias psicoativas ou que têm problemas de comportamento. Destina-se, portanto, a indivíduos de alto risco”. Segundo este mesmo autor, as atividades preventivas têm variados objetivos, entre eles, educar jovens a manter uma relação madura com o uso de drogas, com as violências e com seu próprio projeto de vida; potencializar os fatores de proteção e diminuir os de risco para comportamentos antissociais; modificar as condições do entorno sociocultural e proporcionar alternativas de vida saudável (BECOÑA-IGLESIAS, 2002).

Sendo assim, apesar de não terem sido unânimes às falas, identificou-se uma perspectiva hegemônica entre os vários oficinairos e instituições, na direção de que devem ser promovidas novas possibilidades na direção de um futuro com qualidade de vida, reduzindo assim suas condições de condição de vulnerabilidade psicossocial, posição condizente com a perspectiva de uma prevenção indicada.

Da mesma forma, ainda que não sejam sistematizados os objetivos gerais do projeto, esses demonstram apresentar ligações com os específicos das oficinas. Verifica-se essa conexão no conteúdo apresentado nas oficinas e objetivos específicos descritos nos questionários, cujas características demonstraram fomentar o aprendizado dos adolescentes, apresentando novos espaços, novos cursos, ao preparar para entrevista de emprego, ministrando temas como ética, cidadania, projeto de vida, na prática musical e do judô. Tanto os oficinairos quanto os adolescentes falaram sobre as oportunidades concretas oferecidas aos adolescentes, no que diz respeito a trabalho e cursos.

Essas oportunidades demandadas relacionam-se aos acessos a serviços que, por um lado, a rede considera importante, por outro, os próprios adolescentes identificam a necessidade de as obterem. Ayres et al. (2006) apontam, de fato, que numa esfera coletiva um território que

tenha políticas públicas acessíveis, atividades intersetoriais, acesso a cultura, lazer e esportes, responsabilidade do setor público e privado é reduzida a vulnerabilidade psicossocial.

Por consequências dessas oportunidades, a própria inserção social, citada pelos envolvidos, ganha maior força em virtude do desenvolvimento humano que tais acessos podem oferecer. Os próprios conhecimentos transmitidos nas oficinas contribuem também para os recursos individuais que minimizam as situações de vulnerabilidade psicossocial (AYRES et al., 2013). Quando são limitados os diversos recursos existe uma propensão maior ao adolescente cometer o ato infracional ou ter o uso problemático de álcool e outras drogas (BRASIL, 2013).

Ao responderem sobre os objetivos do projeto, os adolescentes puderam contar também seus projetos de vida. Quando citaram no grupo focal que um dos objetivos do projeto se centrava na inserção ao mercado de trabalho, falaram também do desejo que tinham em conquistar uma vaga. Da mesma forma ocorreu ao expressarem sobre os cursos apresentados nas oficinas. Vislumbraram, a partir disso, a possibilidade de ingressar no corpo de bombeiros, em iniciar um curso no IFC e até mesmo acessar a universidade, matéria essa que se mostrou algo mais distante para alguns deles.

Dessa forma, ainda que sua personalidade muitas vezes se constitua num grupo familiar conflituoso, vivenciando diversas situações de vulnerabilidade psicossocial, o sujeito, nesse caso o adolescente, se constata como um ser em liberdade que pode fazer algo diferente do que fizeram dele (SCHNEIDER, 2002). Essas novas experiências concretas vão delineando diferentes possibilidades de escolhas, bem como seu lugar no mundo. Freire (1996) alinha-se a esse ponto de vista ao afirmar que “não haveria existência humana sem a abertura de nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência”. Com isso, através da mediação dos oficinairos ao apresentarem caminhos variados, sua concepção de futuro pode tomar novos direcionamentos.

Assim, apesar dos objetivos gerais enumerados entre a rede e os adolescentes apresentarem um alinhamento e as oficinas, em sua maioria, buscarem fomentar a reflexão prática nessa direção, não existe uma cultura de sistematização e encadeamento dos mesmos. Os conhecimentos não são equilibrados de acordo com uma necessidade prévia, mesmo por que nunca foram estabelecidos indicadores para isso. O tema pode vir a surgir na reunião inicial de planejamento, entretanto não estruturados ao ponto de delinear objetivos claros visando à organização dessas informações para a construção dos próximos ciclos. A ampla troca de experiência parece fundamental nesse processo, visto que traz demandas concretas do território. Segundo Daniela Schneider (ABRAMD UNEB, 2014), é essencial para uma proposta

preventiva levar em consideração a cultura, os valores daquela comunidade para que essa aconteça por dentro de sua realidade e não centrada apenas em produções teóricas.

No entanto, é importante que suas ações sejam pautadas numa sustentação teórica para que tenham direcionamentos claros, conforme aponta Schneider e Flach (2016). Se os objetivos fossem avaliados com parâmetros científicos, possivelmente a proposta ganharia uma nova perspectiva prática, uma vez que poderiam ser reavaliadas as oficinas em questão. Nesse sentido, o projeto de vida dos adolescentes poderia ser mais bem contemplado por conta do tecimento teórico-prática.

### 6.3 ANALISAR A SATISFAÇÃO DE PROCESSO DO “RUMO CERTO” PARA OS VÁRIOS ATORES ENVOLVIDOS (COORDENADORES, OFICINEIROS, ADOLESCENTES), INDICANDO A ACEITABILIDADE DO MESMO

Após a descrição da estrutura e parte dos processos que envolvem o projeto Rumo Certo, esse estágio da pesquisa trará mais detalhes sobre esse segundo item, bem como analisará a satisfação dos envolvidos. A satisfação, conforme já definido, se dá na relação estabelecida entre as expectativas do usuário sobre determinado serviço e a forma que, de fato, ele é prestado (ESPERIDIÃO; TRAD, 2006). Cada serviço, programa, projeto, apresentam particularidades, a depender da forma com que é estruturado, planejado e desenhado logicamente. Nesse sentido, o projeto Rumo Certo buscou proporcionar aos adolescentes capacitações ao mundo do trabalho, esporte, lazer, cultura, oportunizando o acesso à rede de proteção na direção da promoção dos seus direitos.

Assim sendo, a partir de diferentes oficinas, foi ofertado esse serviço por instituições com missão, visão, crenças teórico-metodológicas diversificadas. A cada atividade, um oficinairo se apresentava com um tema e um método de trabalho distinto. Pelo fato dos oficinairos serem voluntários, dificultou realizarem um planejamento mais estruturado por conta do tempo. Eles cediam duas horas do seu trabalho a cada dois meses para encontrar adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, muitas vezes estigmatizados pelo cometimento do ato infracional. O cenário, ainda que se mostrasse desfavorável, apresentou relevantes construções, que serão mais bem detalhadas no cruzamento dos dados coletados.

Procurou-se indagar os oficinairos com relação à satisfação de partes da estrutura oferecida pelo projeto, uma vez que, conforme destaca Donabedian (2003), esse item apresenta uma relação direta com o processo. Dessa maneira, o questionário abordou de maneira separada as instalações físicas, como a localização, espaço para atividades coletivas, iluminação da sala,

ventilação, acesso a banheiros, limpeza e conforto, além da alimentação e outra parte com os recursos didáticos: acessibilidade a computador, qualidade do conteúdo do material didático, quantidade do material didático apresentado e recursos audiovisuais.

Dentro da escala apresentada, se referenciou: 4 para ótimo, 3 para bom, 2 para regular e 1 para ruim. Os gráficos foram categorizados pela média por unidade e outro pela média geral definida por instituição. O que se pôde observar é que na percepção dos oficinairos, de forma geral, nenhum dos itens avaliados chegou ao nível ruim. O item mais bem avaliado de todos foi a alimentação, 3,9, atingindo quase a média máxima. O oficinairo do CRAS criticou o fato dos adolescentes receberem a alimentação. Demonstrou certa insatisfação considerando uma benesse ofertada a adolescentes, que em sua opinião, deveriam ser apenas punidos pelos seus atos:

*Essas oportunidades de “lanchinhos” e “escolinhas” de futebol deveriam ser ofertadas aos melhores alunos das escolas da Rede Pública, por exemplo, como prêmio por boa conduta e aplicação no aproveitamento escolar. Porém, estes ficam a ver navios, somente terão alguma oportunidade após cometer algum delito.*

No gráfico, a média apresentada por sua instituição, no que se refere às instalações físicas e alimentação, foi 3,57, ou seja, entre bom e ótimo. Seu descontentamento não se mostra, dessa maneira, ligado à qualidade do lanche, mas ao fato de adolescentes que violaram a lei receberem ainda uma compensação.

Os itens que chegaram a ter médias mais baixas foram o “conforto” e a “localização”, com 3,4 e 3,5, respectivamente. Ainda assim, ficaram entre bom e ótimo. A maioria dos questionários na parte de perguntas abertas não apontou nenhuma crítica específica a esses itens. Pôde-se observar uma apenas que foi o oficinairo do CRAS afirmando que a localização das atividades se encontra num espaço longe da casa dos adolescentes, elevando os custos de transporte.

*A maioria das oficinas sendo realizadas muito distantes do domicílio dos participantes, pois o CREAS fica do outro lado do município, enquanto o CRAS está no ninho, no olho do furacão da maioria das ocorrências. Tudo isso gera despesas desnecessárias com transporte, além de maior tempo dispensado em transporte.*

Na sua crítica à localização das oficinas, comparou com o lugar que trabalha, a sede do CRAS. Embora não tenha sido explícito, indicou que atua num espaço de violência e criminalidade, em que mora a maioria dos adolescentes do projeto, enquanto o CREAS, instituição que atende essa demanda, se posiciona longe desses territórios. Ainda que se precise

compreender com maior profundidade o acesso desses adolescentes e familiares a esse equipamento estatal, é importante destacar que Ayres et al (2006) indica que os recursos não devem apenas estar disponíveis, mas principalmente acessíveis para que se reduza a vulnerabilidade dos sujeitos.

Milton Santos (2005) chama atenção que, para se conhecer os sujeitos, é preciso compreender o “território usado”, espaços esses que circulam seus moradores, onde se encontram os objetos que se relacionam e se situa suas ações. O autor constata ainda que é nele que se posiciona o sentido da existência individual. Com isso, o reconhecimento territorial proporciona uma conexão maior entre os atores sociais e seus sujeitos, possibilitando um refinamento entre o serviço ofertado e as expectativas do sujeito.

Ao se avaliar o gráfico que corresponde à média por instituição, verifica-se que cinco das onze avaliaram as instalações físicas e lanche como “ótimo”: Polícia Civil, ACAJ, Bombeiros, Gerar, IFC. Outras duas atingiram muito próximo do máximo, que foi a FUCAM e a Musicor, 3,88. A mais baixa foi à média da Pastoral, que ficou entre “regular” e “bom”, 2,88. Essa oficina ocorreu no próprio espaço do CREAS com o tema “ética e cidadania”. No entanto, o oficinairo nas perguntas abertas não especificou o que não o satisfizesse.

Os recursos didáticos apresentaram resultados parecidos, uma vez que na relação dos itens avaliados, ficaram entre 3,1 e 3,6, permanecendo na margem entre “bom” e “ótimo”. Não realizaram nenhum comentário frente a esses itens, além dessa quantificação. Os adolescentes e coordenadores não teceram comentários especificamente sobre esses itens também.

Quando a média é segmentada por instituição, observa-se que o IFC não apresentou respostas, pois não se aplicou nenhum dos itens por conta da oficina ocorrer no espaço externo da sua instituição. A média das outras oficinas girou entre 2,5 e 4. O CRAS, que apresentou o resultado mais baixo, utilizou-se dos recursos didáticos, pois descreveu que em sua atividade foram utilizados slides, contando pelo menos com um computador e o recurso audiovisual. Apresentou uma nota entre “regular” e “bom”, no entanto, não apontou nada que poderia melhorar.

Nessa direção, observa-se que todos os quinze itens avaliados, entre instalações físicas, alimentação e recursos didáticos, o grau de satisfação ficou de 3,1 a 4. Diante disso, é possível afirmar que na média, o grau de satisfação dos oficinairos, quando os itens são avaliados um a um, é de “bom” a “ótimo”.

Essa avaliação altera um pouco quando as instituições relacionam o conjunto dos itens para sua própria oficina. Assim, quando a avaliação do grau de satisfação é dividida por instituição a média fica entre 2,5 e 4, ou seja, entre “regular” e “ótimo”. Dos onze questionários,

um não teve respostas, mas três apontaram entre “regular” e “bom”. Os outros sete permaneceram na média de “bom” a “ótimo”.

Os dados quantitativos diretamente ligados à satisfação com o processo do projeto são: o interesse dos adolescentes, nível de interatividade, satisfação na sua atuação como oficinairo, satisfação com os resultados atingidos com a sua oficina e satisfação geral com o projeto Rumo Certo. Eles também foram divididos pela média de cada um dos itens aferidos e pela média geral definida pela instituição. Assim, os dados serão cruzados com os qualitativos, na medida em que seja possível articular.

Quando a média é avaliada por item, observa-se que os números se situaram entre 2,6 até 3,4, ou seja, entre “regular” e “ótimo”. O elemento que se apresentou com menor média foi o nível de interatividade dos adolescentes, e o maior, a satisfação geral do projeto. O interesse dos adolescentes ficou com 2,9, ou seja, se posicionou entre “regular” e “bom”. Os outros itens, satisfação na sua atuação como oficinairo e satisfação com os resultados atingidos com sua oficina, tiveram a mesma média, 3,3.

Os gráficos referentes à divisão por instituição tiveram como média mais baixa 2,6, e a mais alta, 4. Dois oficinairos ao responderem tiveram a média mais baixa, a Polícia Civil e a FUCAM, situando sua satisfação nos itens avaliados entre “regular” e “bom”. A mais alta ficou com o IFC, seguido pela ACAJ, com 3,6. Das onze instituições, cinco ficaram entre “regular” e “bom”, uma “bom” e as outras cinco entre “bom” e “ótimo”.

Ao relacionar a avaliação quantitativa de cada item com a qualitativa, observa-se que a mais baixa se refere ao nível de interatividade. Essa foi, de fato, um apontamento de muitos oficinairos nos questionários e citada também pelos coordenadores, além dos próprios adolescentes ao indicar o desinteresse em algumas das oficinas. A FUCAM, que apresentou uma média de 2,6, indicou que “praticamente não interagem para saber se houve entendimento”. Da parte dos adolescentes, não ocorreu nenhum comentário específico referente à oficina da FUCAM.

Uma das oficinas que apresentou média 2,6 foi a Polícia Civil. O oficinairo relatou que poucos participantes interagiram. Por outro lado, um dos adolescentes apontou que essa oficina foi “falaceira”, querendo dizer que foram ministrados muito conteúdo teórico. O próprio oficinairo, que também se encontra na condição de apoiador do projeto, ou seja, um dos coordenadores, na entrevista chamou atenção de que quando as oficinas são mais intelectualizadas, chamam menos atenção dos adolescentes. Contou que num outro ciclo um dos policiais foi realizar uma oficina de Muay Thai, que por natureza já é mais dinâmica, relatou um pouco de sua história de vida e isso gerou mais envolvimento. Passou, desta forma,

a mensagem da oficina de maneira mais lúdica, apresentando melhor resultado.

Essa percepção do psicólogo policial civil, ainda que não tenha posto em prática algo mais dinâmico, traduzido por um dos adolescentes como “falaceira”, vem ao encontro do que Paulo Freire propõe. O autor afirma no seu livro “Pedagogia da Autonomia”, como deve proceder um bom professor e seu método de ensino:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica, assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, reconhecer (FREIRE, 1996).

O professor, nesse caso o oficineiro, deve mais que uma dinâmica refinada, necessita despertar a curiosidade dos alunos, envolvê-los nos conteúdos de modo que isso promova o desejo de aprender, a satisfação: “Satisfeita uma curiosidade, a capacidade de inquietar-me e buscar continua em pé” (FREIRE, 1996). Assim, quando conhecimento se conecta ao interesse do adolescente, ele permanece desejoso nesse processo de aprendizagem. A intelectualização, dessa forma, conforme indica o oficineiro da Polícia Civil, se distancia da vida concreta dos adolescentes e, como consequência, de sua satisfação no ato de aprender.

À vista desse processo de aprendizagem, traduzido pelo pedagogo Paulo Freire, foi possível identificar que algumas das oficinas mais se aproximaram da proposta do autor. Uma delas, em que o oficineiro chegou à média máxima de satisfação, “ótimo”, na parte quantitativa e, na qualitativa, falas na mesma direção, foi o IFC. O oficineiro afirmou que os adolescentes foram receptivos, demonstraram interesse na oficina, constatando ainda conseguiu atingir seus objetivos. Buscou aproximar o IFC dos adolescentes, acolhendo-os nos seus espaços e mostrar a eles que é possível ingressarem na instituição.

Em sua atividade, pode percorrer os espaços do IFC junto aos adolescentes que foram conhecendo os cursos oferecidos, num movimento prático, longe da intelectualização, conforme discutido acima. Demonstraram interesse ao relatar que foram ver animais, como se produzia o queijo, que lá disponibilizam cursos como os do EJA.

Observa-se que o reconhecimento dos espaços apresentados, com suas características específicas, despertou a curiosidade e o interesse, indicada por Freire (1996) como fundamental ao processo de aprendizagem. Uma das formas que demonstram isso foi a ida do adolescente para falar com o diretor do IFC, por conta própria num outro dia, no intuito de solicitar uma

bolsa de estudo na área de agropecuária.

O exemplo da oficina do IFC traduz parte do que Paulo Freire aponta, no que diz respeito ao método mais adequado para o aprendizado. O engajamento dos adolescentes possibilita que permaneçam motivados a participar das atividades e, assim, promova a satisfação.

Saunders, Evans e Joshi (2005) apontam que podem ser verificados indicadores de satisfação na forma com que as pessoas interagiram, se foram receptivos, se usaram ou não os materiais disponibilizados. O que se pode identificar é que tanto na percepção dos adolescentes quanto do oficinheiro que esses itens puderam ser contemplados de maneira satisfatória. Ainda que não se tenha tido materiais didáticos específicos, a visita à instituição com a apresentação dos seus cursos e lugares, expõem os conteúdos, os quais foram trabalhados.

No entanto, o método não se restringe apenas a essa resposta na oficina, uma vez que esse envolvimento suscita a maior sintonia dos adolescentes com seus projetos de vida, como indica o interesse do adolescente em conquistar uma bolsa de estudo. A citação de Paulo Freire (1996), quando sugere que ao satisfazer uma curiosidade o sujeito mantém a capacidade de permanecer em pé, pode ser compreendida também na sua caminhada rumo ao seu projeto de vida, e não apenas reservada àquelas horas de atividade. É estímulo do educador à capacidade do adolescente a decidir de maneira autônoma sobre seu futuro, passos esses fundamentais para a construção de sua liberdade (FREIRE, 1996). Nesse sentido, observa-se a satisfação dos adolescentes quando vislumbram perspectivas não pensadas antes, quando decidem sobre seu futuro, quando elegem um caminho a partir do aprendizado que adquiriram.

Isso pode ser observado em outros momentos, por exemplo, na oficina do Instituto Gerar, em que puderam debater sobre sua inserção no mercado de trabalho. Observou-se motivação tanto pela oficina, quanto pela possibilidade de conquistarem uma vaga de trabalho. Quando questionados acerca da importância do mercado de trabalho para eles, um dos adolescentes afirmou: “100%, 100% por que é um negócio que ele leva a gente pras empresas, né? Que vai gerar, vai arrumar serviço pra quem não, pra quem tem o primeiro emprego, né? Pra poder correr atrás do primeiro emprego”. Essa oficina foi uma das que afirmaram satisfação na atividade.

Os oficinheiros, por outro lado, também demonstraram satisfação no processo, principalmente no momento em que ao observaram o desinteresse dos adolescentes, alteraram o método de condução na oficina, trazendo assuntos que correspondiam à sua realidade. Identificaram que isso gerou vínculo, que o trabalho se tornou muito mais rico, afirmando ainda que se sentiram realizados.

Nota-se que o oficinheiro do Gerar, ao ir à direção de “trazer o aluno até a intimidade do

movimento de seu pensamento” (FREIRE, 1996), conseguiu envolvê-los na atividade e conseguiram atingir os objetivos da oficina.

A oficina do CAPS, ainda que fosse mais reflexiva, uma vez que visava orientar os adolescentes sobre as drogas nos diversos ambientes, apresentou-se no grupo focal de forma positiva. A abordagem ocorreu a partir do desenho do Popeye, fomentando a reflexão sobre a substância que o personagem utilizava para conquistar a pessoa amada, no caso a Olivia Palito. Um dos adolescentes destacou que foi a que mais interagiu. Disseram também que “teve coisas que a pessoa não sabia e a gente acabou aprendendo”. Completaram trazendo elementos concretos, como a influência do meio social pode levá-los ao uso problemático de drogas.

Nesse sentido, objetivo da oficina mostrou ser atingido, uma vez que propôs trazer reflexões como, por exemplo, a influência do meio sobre sua personalidade, que foram traduzidas por “induzido pelos grupinhos”. O Ministério da Saúde, quando informa os fatores de risco e proteção, coloca de fato que as redes de sociabilidade frágeis aumentam o risco do uso inadequado de drogas (BRASIL, 2013). Esse envolvimento demonstra que os adolescentes foram receptivos ao conteúdo disponibilizado, condição que indica satisfação, segundo Saunders, Evans e Joshi (2005).

De forma geral, ainda que nem todas as oficinas tenham despertado interesse, os adolescentes comentaram que osicineiros apresentaram uma postura de respeito, que se esforçavam para falar sua linguagem e adequavam as oficinas para motivá-los a participar.

Dentro dos indicadores de satisfação propostos por Saunders, Evans e Joshi (2005), onde se encontra a interação entre professore e alunos, no caso dosicineiros e adolescentes, verifica-se que apesar do menor das médias na escala quantitativa, os participantes consideraram essa relação de forma positiva. É observado nosicineiro, em algumas das falas, como já indicado acima. O próprioicineiro do CRAS, que teceu críticas em diversos pontos, qualificou como positiva a interação dos adolescentes em sua oficina. Destacou que se surpreendeu com os resultados, até mesmo com os mais agitados. Concluiu ter saído da oficina muito satisfeito e que seus objetivos no encontro foram atingidos. Esse item, a satisfação nos resultados atingidos pela oficina, apresentou média 3,3, situando-se entre “bom” e “ótimo”. Observou-se no quadro 2, osicineiros, em sua maioria, responderam que conseguiram atingir seus objetivos. As outras respostas foram na direção de não conseguir avaliar tal questão.

Quanto à satisfação geral com o projeto Rumo Certo, a qual apresentou a maior de todas as médias, 3,4, de “bom” a “ótimo”, as respostas situaram-se nessa mesma direção. Muitos colocaram estar satisfeitos com a participação no projeto. O CAPS e Certa afirmaram: “É gratificante participar deste projeto com adolescentes, pois podemos compartilhar experiências

e realizar orientações em relação ao uso de SPA e suas consequências, promovendo assim informações pertinentes”. Na mesma direção, se posicionou o Gerar ao relatarem se sentir realizados pela participação que podem contribuir com a vida dos adolescentes. A ONG Musicor, ainda que tenha informado que em sua maioria os adolescentes não interagiram e, de fato, muitos deles afirmaram não apresentarem interesse na oficina, o oficinairo disse que “minha satisfação com o projeto é ótima, por que além de ensinar aprendi muito, e a conviver estes momentos com pessoas com educação e comportamento diferente do que se é acostumado”.

O representante do CREAS também informou que, mesmo tendo desconfiado da proposta inicialmente, admira a existência de um projeto como o Rumo Certo. Na mesma direção, a representante do Ministério Público se posiciona de forma favorável indicando que o projeto integra as pessoas. Disse também que a promotora titular apoiou o projeto desde o início, assim como as outras promotoras que passaram pelos outros ciclos do projeto. A outra instituição que apoia o CREAS na coordenação, a Polícia Civil, infere que o projeto é importante pela integração dos parceiros e que o fato das oficinas estarem acontecendo é um indicativo que as coisas têm sido positivas.

Os adolescentes, na visão do representante do CREAS, consideram-se satisfeitos, pois quando perguntado, afirma que “80%, sim”, 20% vêm só pra não se incomodar com a justiça”. Os próprios adolescentes ao serem questionados sobre sua implicação com o projeto, destacam que promoveram a reflexão, “muda o pensamento assim”. O outro complementa dizendo que “eu também a mesma coisa. Sei lá, eu penso, repenso de novo, tudo muda, né? Tem coisas que na verdade a gente não sabia, daí a gente começou a aprender”.

O contrapondo dessas falas, mostrando-se insatisfeito, foi a do oficinairo do CREAS, a qual já foi citada e que fez duras críticas à concepção de uma proposta pedagógica para adolescentes em conflito com a lei. Observa-se que, além de acreditar em falhas específicas do projeto, como a integração da rede, a capacitação dos oficinairos, o gasto no deslocamento, há também uma visão de cumprimento da medida que se difere aos demais envolvidos. Essa percepção propõe a lógica do cumprimento da medida socioeducativa, em meio aberto, de maneira eminentemente retributiva, ou seja, priorizando a retribuição a violação da lei em detrimento à prática pedagógica.

Conforme visto anteriormente, o Ministério de Desenvolvimento Social (2019) se posiciona de maneira contrária, ao considerar que a responsabilização do adolescente, ainda que seja retributiva também, deve ser majoritariamente pedagógica, respeitando preceitos do

Estatuto da Criança e do Adolescente. O próprio Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) tem como:

Objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p. 9).

Nesse sentido, mesmo que o projeto tenha diversas questões a serem delimitadas pelos seus coordenadores e equipes envolvidas, de acordo com as políticas e diretrizes nacionais, não se perde a necessidade de se consolidar sua função pedagógica em vista do fortalecimento de vínculos comunitários, familiares, potencializando o acesso a direitos.

Nesse sentido, apesar da mensuração da satisfação ser algo complexo, observa-se que, de forma geral, o projeto apresentou indicativos de satisfação entre a maioria dos seus envolvidos. Esperidião e Trad (2006), conforme já visto, consideram que a satisfação se revela pela relação da expectativa do usuário do serviço e a prestação efetiva do mesmo. Alguns dos elementos norteadores da satisfação, segundo os autores, são: estrutura, conforto, alimentação, relações interpessoais. Outros elementos levantados por Saunders, Evans e Joshi (2005), são: têm interesse nas atividades propostas, se os professores conseguiram realizar seu planejamento e que tipo de comportamento os adolescentes apresentaram.

Somado aos indicativos de satisfação, nesses elementos citados pelos autores, ou seja, na estrutura e no processo do projeto, o tempo em que se encontra em atividade é de dois anos e cinco meses. Esperidião e Trad (2006, p 1272) acrescentam que a satisfação “constitui-se em um componente da aceitabilidade social; esta aceitabilidade representa a aceitação e aprovação de um serviço de saúde por parte de uma população”. Tal serviço, nesse sentido, constituído, majoritariamente por voluntários, que não sofrem nenhuma sanção caso não participarem, demonstram disposição a seguirem com a proposta, indicando que o serviço é aprovado e aceito pelos envolvidos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Rumo Certo, que nasceu de uma iniciativa da Polícia Civil, não limitou suas características a uma proposta eminentemente de segurança, justamente por sua concepção essencialmente intersetorial, que surgiu de uma sustentação teórica que observa o fenômeno da violência como “multicausal, por isso demanda uma estratégia multissetorial de prevenção e controle” (FREIRE, 2009, p. 109). Essa concepção de violência sustenta-se no paradigma da Segurança Cidadã, a qual é concebida pelas Nações Unidas como:

Um tipo de proteção circunscrito às ameaças provenientes de atos violentos ou criminosos (...) e ampliam seu foco de atenção em direção ao bem-estar das pessoas e aos direitos humanos, reposicionando a cidadania como o principal objeto da proteção estatal (PNUD, 2005).

Nesse sentido, a participação de diversos setores para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei comunga com o objetivo de atuar na complexidade que envolve a violência e a criminalidade, ou seja, na direção de uma prevenção indicada. À vista desses pressupostos, o projeto empreendeu esforços para pensar ações de forma articulada com o território, reconhecendo sua realidade, observando suas demandas.

Camboriú chegou a ser proporcionalmente o município mais violento de Santa Catarina, com grave problema de tráfico de drogas e facções criminosas. Os adolescentes em conflito com a lei apresentavam-se como uma problemática implicada nesse cenário comunitário, na medida em que, por um lado, o crime organizado vinha recrutando esses jovens para atuarem em suas facções e, por outro, muitos não cumpriam as medidas em meio aberto. Dessa forma, numa das reuniões territoriais o psicólogo policial civil articulou a estruturação de uma proposta para esse público.

Construiu-se, assim, um trabalho intersetorial que não fosse apenas retributivo, punitivista, mas com caráter preventivista e com uma dimensão pedagógica que visasse promover a cidadania, o redesenho do projeto de vida desses jovens, conforme provoca o paradigma da Segurança Cidadã. Exigiu-se, dessa forma, o diálogo constante entre as instituições envolvidas, principalmente dentro da própria Polícia. Como observado na fundamentação teórica, envolver a polícia numa atuação diferente da repressiva é no mínimo desafiador, uma vez que nos últimos cinquenta anos a Ditadura Militar influenciou fortemente a percepção do que se compreende por proteção policial no país. Freire (2009, p 111) ainda destaca que “a evolução dos paradigmas em segurança seguiu um ritmo distinto, de maturação

mais lenta, do que aquele observado em outras políticas da área social”. Com isso, a forma com que os agentes de segurança tendem a conceber soluções para a segurança repousam eminentemente em punir os atos que se desviam da lei. Com esse cenário organizado, as academias de polícia tornam-se reprodutores dessa concepção ainda hegemônica da punição. Ainda que ela seja necessária, o novo paradigma amplia os encaminhamentos possíveis para os problemas sociais, conforme já apontado. No entanto, tais pressupostos ainda se situam distantes das formações policiais, cujo tom está muito mais alinhado a uma perspectiva da Segurança Nacional e Pública do que a Cidadã.

Por outro lado, o SUAS, Sistema Único de Assistência Social, implementado no ano de 2005, com suas diretrizes estabelecidas no ano de 2004, por meio da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), tem suas atividades por mais tempo consolidadas. Uma de suas premissas repousa na construção de ações de prevenção, proteção e promoção de famílias, buscando garantir condições para que a sua sustentabilidade. Tais pressupostos condicionam a política de assistência na direção de compreender as demandas das famílias e as auxiliarem em suas diversas necessidades (BRASIL, 2005).

É nesse contexto que surpreende o fato de ter vindo de profissional de instituição do SUAS a posição declarada mais punitivista e repressiva, e não dos profissionais da polícia, que demonstram postura mais condizente com os objetivos do projeto em pauta.

A contradição que se observa, de um lado a polícia propondo atividades preventivas e o profissional do CRAS ações punitivas, podem estar centradas nas mais diversas possibilidades, incluindo a falta de capacitação desse profissional para a atuação. No entanto, ainda que sua visão de mundo apresente uma concepção punitiva da medida socioeducativa, ele aponta algumas questões que são necessárias também serem refletidas, uma vez que aponta uma desorganização no projeto, atividades que estão sendo realizadas por obrigação dos participantes e que não apresentam resultados efetivos, a crença de que os adolescentes vão mudar de repente ao participarem do projeto.

Nesse sentido, a avaliação da satisfação dos envolvidos no projeto intersetorial se tornou significativa, ao passo que poderia compor uma nova forma da polícia atuar frente aos atos infracionais de adolescente e de se relacionar e se organizar com o “território usado”, na terminologia técnica utilizada por Milton Santos. Poderia talvez compor uma nova política pública, em virtude de que dentro desse novo paradigma as estratégias sugerem “implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência. Fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade” (FREIRE, 2009, p.109).

Além de se buscar construir uma proposta pedagógica para enfrentar a violência, criminalidade e o uso problemático das drogas, essa intervenção buscou evitar o modelo tradicional em prevenção baseado em palestras, pautadas numa lógica chamada “pedagogia do terror”, que não fazem mais do que assustar os adolescentes das consequências envolvidas nesses temas, gerando medo, que é um fator que aumenta a vulnerabilidade psicológica e não que visa o empoderamento e reflexão crítica do adolescente sobre seus atos, reforçando a lógica punitivista. Na busca de outro modelo, o Rumo Certo buscou apresentar a eles diversas atividades atrativas que motivasse a participação naquela oficina e ainda com a possibilidade de despertar o interesse de novas perspectivas de vida, possibilidades reais de inserção em atividades escolares, de esportes ou de trabalho.

Dessa forma, a pesquisa pode dimensionar um pouco de como o projeto se estruturou no ciclo avaliado, trazendo ainda algumas informações dos anteriores. Observou-se uma alternância da equipe do CREAS, do Ministério Público e alguns oficinairos ao longo do período de existência do projeto. Essas mudanças fizeram com a equipe técnica carecesse de um acúmulo de experiência e faltassem informações sistematizadas desde o seu início.

Ainda assim, observou-se nos objetivos gerais do projeto, bem como na sua relação com os específicos, uma correspondência importante. Notou-se uma busca constante em apresentar aos adolescentes diferentes oportunidades, a busca de capacitá-los ao mercado de trabalho, inseri-los em cursos e escolas. Os próprios adolescentes identificaram isso em seus comentários também, dizendo que o projeto servia para prepará-los para o mercado de trabalho, para ajudá-los a traçar novos caminhos. Vislumbraram em tudo isso, a chance de estabelecer um novo projeto de vida, o qual por muitas vezes pareceu estar impreciso.

Portanto, as diferentes percepções de mundo dos oficinairos e dos coordenadores encontraram na possibilidade de se gerar oportunidades aos adolescentes um ponto em comum. Da mesma forma, eles compreenderam que o projeto poderia ser esse novo canal de acesso aos serviços e até mesmo um reencontro com sociedade, visto que também se percebiam rotulados. Denunciavam, com isso, o julgamento social que vai muito além do poder judiciário. Os oficinairos e coordenadores também apontavam para esse caminho, uma vez que falaram que o projeto poderia contribuir para a inserção social.

Essas condições de falta de acesso aos serviços e a estigmatização da sociedade ganham grande peso no processo de vulnerabilidade psicossocial, segundo Aries et al. (2006). Diante desse contexto, é possível que a reincidência ocorra. Reverter esse quadro exige esforços dos setores, atuando de maneira conjunta e permanente. As marcas constituídas por uma vida de experiências difíceis não se desfazem rapidamente.

O projeto, nessa direção, necessita também do seu aperfeiçoamento constante, ainda que tenha a virtuosa intenção de promover a cidadania dos adolescentes. Observou-se, ao longo da avaliação, que configura um mínimo de sistematização. As atividades acontecem duas vezes na semana, já se tem o protocolo da Promotora encaminhar os adolescentes ao projeto, as reuniões iniciais costumam ocorrer e os parceiros variam pouco. Os objetivos também apresentam um alinhamento mínimo.

No entanto, não se realizam capacitações para refinar tais objetivos e debater com maior profundidade as experiências vividas pelos seus integrantes. Além disso, o método de trabalho é muito diverso. Ainda que tenha sido observado pelos adolescentes o respeito no tratamento dosicineiros para com eles, a linguagem e a abordagem variaram bastante.

Resultado disso foi uma satisfação variada em cada uma das oficinas. Nas mais teóricas, os adolescentes demonstraram menos interesse e as que tinham práticas e gerava identificação com eles se apresentaram mais satisfatórias. A identificação se observou principalmente nas direcionadas ao mercado de trabalho, que promoviam cursos e aquelas sobre o uso de substâncias psicoativas. Os própriosicineiros observaram isso, em virtude de exporem que os participantes não apresentavam interesse e, ao conversar com os adolescentes, muitas vezes, isso se confirmava.

O projeto preventivo Rumo Certo, na percepção dos coordenadores,icineiros e adolescentes, apresentou indicativos satisfatórios de forma geral. Identificaram-se tais elementos, tanto na escala de satisfação e nas perguntas abertas, para osicineiros, nas entrevistas com os coordenadores e também no grupo focal com os adolescentes. Foi possível verificar que, mesmo com as dificuldades que se apresentaram ao longo do projeto, tanto para osicineiros ao ministrar a oficina, o transporte, acreditavam no seu sentido de existência e isso se apresentava maior que os impasses que surgiam.

Ademais, o estudo proporcionou uma compreensão do projeto que se tornou possível indicar alguns pontos que poderiam orientar ações futuras do Rumo Certo, como também de outros projetos preventivos intersetoriais. Para que tais direcionamentos possam ficar mais didáticos, serão pontuadas algumas sugestões:

- a) Capacitação metodológica dosicineiros: Importante envolver tanto os coordenadores quanto osicineiros no que se refere ao trabalho metodológico das oficinas. Um dos apontamentos observados na discussão dos resultados da presente dissertação foi que a obra do educador Paulo Freire poderia contribuir de forma significativa com essa formação, uma vez que quando alguns dosicineiros seguiram,

ainda que intuitivamente, tais diretrizes, tiveram um maior engajamento dos adolescentes e eles mesmos apresentaram maior interesse em dar continuidade nas oficinas;

- b) Sistematização das informações: Importante que o projeto tenha registrado e sistematizado toda sua história, posto que facilita novas decisões. Os dados a serem organizados poderiam ser o número de adolescentes participantes, quantos encaminhamentos, quantas inserções no mercado de trabalho, em cursos, ou outro tipo de encaminhamento para a rede. Também se torna importante ter o registro de cada uma das oficinas, como se fosse um relatório onde cada um dosicineiros pudesse contar a atividade realizadas, suas impressões gerais. Com isso, os coordenadores poderiam ter uma compreensão melhor do projeto e ir definindo seus rumos;
- c) Articulação entre as oficinas: Dentro desse contexto, onde as informações poderiam ser mais bem organizadas, facilitaria também a articulação dos coordenadores entre todas as oficinas, trazendo uma identidade maior às práticas. Tanto os oficineiros, coordenadores e mesmo os adolescentes poderão observar uma continuidade entre as ações, ainda que elas tenham suas peculiaridades. Se, por exemplo, o projeto manter um direcionamento ao mercado de trabalho, ainda que as oficinas apresentem as características de cada instituição, ocorrendo uma comunicação e articulação entre elas, cada um dos voluntários poderá ter em seu horizonte algo que se relacione com as outras;
- d) Conexão entre os objetivos gerais do projeto e os específicos das oficinas: Esse item se relaciona diretamente com os outros, visto que se os objetivos do projeto forem claros para todos os envolvidos, as oficinas poderão apresentar um encadeamento muito mais natural e sintonizado. Seria fundamental que na capacitação incluísse esse debate. Se as informações estivessem sistematizadas, conforme apontado anteriormente, se os oficineiros tivessem maior ciência do que era tratado nas outras oficinas, poderiam contribuir substancialmente para se compreender o sentido geral do projeto. Como consequência disso, as oficinas que executam, poderia ganhar em qualidade, uma vez que os próprios adolescentes podem se situar de fato qual o objetivo do projeto;
- e) Clareza nas atribuições institucionais: Outro ponto importante de se deixar claro são as atribuições que cada uma das instituições tem, tanto no projeto, como em sua prática constitucional. Em muitos momentos pareceu que as atribuições se sobrepuseram ou, muitas vezes, uma instituição julgava ser obrigação da outra realizar determinada

atividade. A própria coordenação do CREAS, junto com o apoio do Ministério Público e da Polícia Civil poderia ser melhor apresentado para as instituições, trazendo maior solidez para as práticas;

- f) Importância do Ministério Público: Esse órgão fiscalizador da medida socioeducativa tem papel fundamental no que diz respeito ao engajamento dos parceiros em todo o processo. Ainda que o CREAS faça a maior articulação e encaminhe as ações, o Ministério Público se apresenta como a Instituição que possibilita de fato supervisionar os direcionamentos dados ao projeto. Sua força institucional impulsiona a participação dos diversos parceiros, seja na chamada das reuniões, seja na participação dos próprios encontros e desdobramentos do projeto;
- g) Foco em cursos e mercado de trabalho: Observou-se com os adolescentes que, além do método de ensino ser importante para transmitir o conhecimento, o direcionamento para questões práticas de suas vidas alimentavam o desejo de participação. Dentre essas questões apresentadas, o mercado de trabalho, a inserção em cursos, demonstravam tanto ser uma necessidade imediata a eles como também uma vontade de fazer algo que pudessem ter afinidade. Somado a isso, são adolescentes que vivem em comunidades em situação de vulnerabilidade psicossocial, ensejando ainda mais a utilidade desse tipo de inserção;
- h) Reuniões iniciais: Esses encontros que vão dar alguns direcionamentos para o ciclo, após a capacitação acontecer, poderiam incluir o reforço dos objetivos do projeto, a necessidade de sistematizar as informações, o tipo de metodologia a ser seguido, para que ainda seja pontuado constantemente tais questões;
- i) História de vida dos adolescentes: Uma das questões que chamam atenção nessa avaliação é a importância de se trazer a história de vida dos adolescentes para os encontros. Não necessariamente falar sobre o que cada um viveu, mas resgatar a forma com que vivem e observam sua realidade, perceber a forma com que se comunicam, seus gostos musicais, esportivos, seus interesses pessoais. Quando os oficinairos seguiam esse caminho os adolescentes demonstraram maior engajamento. É possível observar que o trabalho do educador Paulo Freire, de fato, é um norteador metodológico, pois prioriza esse tipo de intervenção;
- j) Avaliação de processo e resultado: Embora seja difícil ser realizada uma constante avaliação de processo e resultado, é importante deixar registrado que tais procedimentos trazem maior qualidade ao projeto, na medida em que de forma mais imediata e constante, possam ser realizadas as mais diversas intervenções no projeto.

Ao avaliar tais itens, os coordenadores podem sair da lógica empírica para a produção científica dos processos de trabalhos realizados. Para isso ocorrer, o fomento de parceria com as faculdades, universidades poderão ser de grande valia para que sejam viabilizados tais estudos.

### **Limitações do Estudo**

Este estudo teve algumas limitações. Uma delas, foi a de que o pesquisador foi inicialmente o proponente do projeto, sendo conhecido pelas instituições e oficinairos que responderam à pesquisa, sendo que este fato pode ter produzido algum tipo de viés nas respostas.

Outra limitação foi a dificuldade de se conseguir a resposta de todos os oficinairos. Com o quadro completo, o debate poderia ser mais rico na discussão dos resultados.

Algumas informações que se buscou adquirir, como à frequência dos adolescentes nas atividades, fazendo uma correlação da participação deles no grupo focal e em todas as atividades não estavam presentes e não puderam ser correlacionadas.

O fato do grupo focal ter sido agendado no dia da décima sexta oficina, ao invés de ter sido finalizado o projeto, fez com que se perdesse a avaliação de uma das oficinas previstas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMD UNEB. **4º dia DANIELA SCHNEIDER**. 9 abr. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IplqHROZrSA>. Acesso em: 31 jan. 2020.
- ARIZA, C.; VILLALBÍ, J.R.; SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, F.; NEBOT, M. La evaluación del proceso en relación con la evaluación de la efectividad: experiencias de programas en el medio escolar. **Gaceta Sanitaria**, v. 25, n. 1, p. 32-39, 2011.
- ARREAZA, A.L.V.; MORAES, J.C. Contribuição teórico-conceitual para a pesquisa avaliativa no contexto de vigilância da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2627-2638, 2010.
- AYRES, J.R.C.M.; FRANÇA JÚNIOR, I.; CALAZANS, G.J.; SALETTI FILHO, H.C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 117-139, 2003.
- AYRES, J.R.; PAIVA, V.; FRANÇA JÚNIOR, I.; GRAVATO, N. LACERDA, R.; DELLA NEGRA, M.; MARQUES, H.H.; GALANO, E.; LECSSAN, P.; SEGURADO, A.C.; SILVA, M.H. Vulnerability, human rights, and comprehensive health care needs of young people living with HIV/AIDS. **American Journal of Public Health**, v. 96, n. 6, p. 1001-1006, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECOÑA-IGLESIAS, E. **Bases científicas de la prevención de las drogodependencias**. Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas, 2002.
- BERTOLINO, P. et al. **A personalidade**. Florianópolis: Nuca Ed. Independentes, 1996.
- BOURGUIGNON, J.A. **Concepção de rede intersetorial**. 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/CON1988.pdf). Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 22 jun. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm). Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei 12.435 de 6 de julho de 2011**. 2011b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). Acesso em: 24 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Medidas Socioeducativas**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-de-protecao-social-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida-la-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade-psc>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF**. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa- SINASE**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/atendimento-socioeducativo>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Ministério Público. **Infância e juventude**. Disponível em: <https://www.mp.sc.br/areas-de-atuacao/infancia-e-juventude>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenação Nacional de DST e AIDS**. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088 MS/GM de 23 de dezembro de 2011**. 2011a. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34 – Saúde Mental**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, 2010b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de orientações técnicas**: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Brasília, 2016.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento social e combate à fome**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2014.

BRASIL. **Programa capacita jovens para o mercado de trabalho**. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do

Adolescente. Brasília, 2006. Disponível em:  
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime. **Norma Técnica de Patronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs**. Brasília, 2010a.

BRASIL. **Senado aprova o Sistema Único de Segurança Pública**. 2018. Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/16/senado-aprova-o-sistema-unico-de-seguranca-publica>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRITTO, L.M.T; BEIRAS, A.; OLIVEIRA, J.D.G. Psicologia jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais **Quaderns de Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 25-36, 2012.

CARVALHO, V.A.; SILVA M.R.F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

CASTRO, D.J. **A importância dos limites no desenvolvimento infantil**. In: II Colóquio de Psicologia Fenomenológica - Existencialista, Florianópolis, 1998.

COIMBRA, C.M.B. **Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência**. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução do CFP nº 010/05**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

CRESWELL, J.W.; CLARK, V.L.P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CORDEIRO, A.M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J.M.; GUIMARÃES, C.A.; GERS-RIO. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CÓRDOVA, L.F.N. et al. **Os 25 anos da “Delegacia da Mulher” de Florianópolis: impasses e perspectivas para a “base da pantera**. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

DONABEDIAN, A. **An introduction to quality assurance in health care**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ESPERIDIAO, M.; TRAD, L.A.B. Avaliação de satisfação de usuários: considerações teórico-conceituais. **Caderno de Saúde Pública**, v. 22, n. 6, p. 1267-1276, 2006.

FIGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 16, n. 2, p. 124-131, 2014.

FILHO, A.; VALÉRIO, A.L.R. **Módulo para capacitação de profissionais do Projeto Consultório de Rua**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

FILHO, M.L.B. **Polícia judiciária evoluiu com direitos fundamentais**. 2015. Disponível

em: <http://sindepol.com.br/site/artigos/policia-judiciaria-evoluiu-com-direitos-fundamentais.html>. Acesso em: 14 jul. 2015.

FOGAÇA, F.F.S. **Avaliação de habilidades sociais de dolescentes em conflito com a lei em interações com familiares e amigos**: uma análise de metacontingências. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FREIRE, M.D. Paradigmas de segurança pública no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 5, p. 100-114, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARTZ, Z.M.A. **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

HOLLANDA, E.; SIQUEIRA, S.A.V.; ANDRADE, G.R.B.; MOLINARO, A.; VAITSMAN, J. Satisfação e responsividade em serviços de atenção à saúde da Fundação Oswaldo Cruz. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3343-3352, 2012.

INSTITUTO PE. VILSON GROH. **Relatório Social 2016**. Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014. São Paulo, 2014.

IPEA. Política nacional de segurança pública orientada para a efetividade e o papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2017.

JORGE, H.V.N. **Informações sobre o projeto Polícia Civil Comunitária**. 2011. Disponível em: <http://www.higorjorge.com.br/342/informacoes-sobre-o-projeto-policia-civil-comunitaria>. Acesso em: 03 fev. 2020.

KINOSHITA, R.T. **Crise e urgência**. 2017. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2271908/mod\\_resource/content/1/AulaTykanori-CriseeUrgencia.mp4](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2271908/mod_resource/content/1/AulaTykanori-CriseeUrgencia.mp4). Acesso em: 12 out. 2017.

KUJAWA, I. Políticas públicas de justiça e de segurança: limites e possibilidades de emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo-RS. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LAGO, V.M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P.A.; ROVINSKI, S.L.R.; BANDEIRA, D.R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 483-491, 2009.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MURTA, S.G.; LEANDRO-FRANÇA, C.; SANTOS, K.B.; POLEJACK, L. **Prevenção e promoção em saúde mental**: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

NERY FILHO, A.; MACRAE, E.; TAVARES, L.A.; RÊGO, M.; NUÑEZ, M.A. **As drogas na contemporaneidade**: perspectivas clínicas e culturais. Salvador: EDUFBA/CETAD, 2012.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas**. São Paulo: Roca, 2006.

OMS (Organização Mundial da Saúde). Núcleo de Estudos da Violência. **Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014**. São Paulo: OMS, 2014.

POLÍCIA CIVIL - SANTA CATARINA. **Polícia civil é a idealizadora do Projeto “Rumo Certo” na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.pc.sc.gov.br/informacoes/noticias/39329-policia-civil-e-a-idealizadora-do-projeto-rumo-certo-na-ressocializacao-de-adolescentes-em-conflito-com-a-lei>. Acesso em: 02 dez. 2017.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Guia do plano integral e participativo em convivência e segurança cidadã**. Brasília: PNUD, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Semas firma parceria com academia da polícia civil em favor dos jovens**. 2010. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=2401>. Acesso em: 12 jan. 2017.

REISHOFFER, J.C.; BICALHO P.P.G. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 425-444, 2009.

RODRIGUES, C.F.S.; LIMA, F.J.C.; BARBOSA, F.T. Importância do uso adequado da estatística básica nas pesquisas clínicas. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 67, n. 6, p. 619-625, 2017.

ROVINSKI, S.L.R. Psicologia jurídica no Brasil e na América Latina: dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica. **III Semiário de Psicologia Jurídica do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2007.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009**. Florianópolis, 2009. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/453\\_2009\\_Lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/453_2009_Lei_complementar.html). Acesso em: 31. jan. 2020.

SANTA CATARINA. **Resolução nº 004/DGPC/SSP/2015**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/93256326/doesc-03-06-2015-pg-6> Acesso em: 12

jan. 2017.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

SAPIENZA, G.; PEDROMÔNICO, M.R.M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 209-216, 2005.

SARTRE, J. **Esboço para uma teoria das emoções**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAUNDERS, R.P.; EVANS, M.H.; JOSHI, P. Developing a process evaluation plan for assessing health promotion program implementation: a how-to guide. **Health Promotion Practice**, v. 6, p. 134-147, 2005.

SCHNEIDER, D.; FLACH, P.M.V. **Como construir um projeto de intervenção?** Portal de formação a distância sujeitos, contextos e drogas, 2016. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170427-095100-001.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

SCHNEIDER, D.R. Nascimento existencial: o salto qualitativo da infância para a adolescência. In: **Anais do III Congresso Nacional de Reorientação Curricular**. Blumenau: Edifurb, v. 1, p. 126-133, 2002.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXXI, p. 59-80, 2016.

SILVA J.N.; ZANGARI, W. **A psicologia social e a questão do hífen**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

SILVA, R.; BRANDÃO, D. **Os quatro elementos da avaliação**. São Paulo: Instituto Fonte, 2003.

SILVEIRA, M.A.S.; MARUSCHI, M.C.; BAZON, M.R. Risco e proteção para o engajamento de adolescentes em práticas de atos infracionais. **Journal of Human Growth and Development**, v. 22, n. 3, p. 348-357, 2012.

SORIA-VERDE, M.A. La psicología policial. In: SORIA-VERDE, M.A. **Manual de psicología jurídica e investigación criminal**. Madrid: Psicología Pirámide, 2010.

SOFT, B.C. Slides material apresentado para o Grupo do SINASE Camboriú. 10 out. 2016.

TRIVINOS, A.W.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL RELACIONADO A AVALIAÇÃO DAS OFICINAS PELOS ADOLESCENTES AOS COMPONENTES E INDICADORES**

Você já tinha participado de algum projeto parecido com o Rumo Certo?  
Como era? Há diferenças com o projeto Rumo Certas?

1. Quais oficinas do projeto vocês consideraram mais interessantes? Por quê?
2. Quais oficinas do projeto vocês consideraram menos interessantes? Por quê?
3. O que você achou do à Linguagem e conteúdo de cada uma das oficinas:
4. Como vocês perceberam a atuação dosicineiros? Dificuldades ou facilidades do trabalho deles?
5. O projeto auxiliou em mudanças no dia a dia em sua vida? Se sim, quais?
6. Vocês conseguem identificar mudanças na forma de compreender cada uma das instituições envolvidas no projeto?
7. O aprendizado das atividades do projeto poderiam ser usado em outros momentos da vida? Como?
8. Para vocês quais são os objetivos do projeto

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AVALIAÇÃO DAS OFICINAS PELOS COORDENADORES E OFICINEIROS**

### **Oficina:**

### **Instituição:**

- a) Qual o objetivo do projeto rumo certo?
- b) Qual o objetivo de existir diferentes oficinas no projeto?
- c) Qual foi sua opinião sobre esse ciclo que ocorreu?
- d) Quais foram as maiores dificuldades e as maiores facilidades ao longo do desenvolvimento das oficinas nesse projeto?
- e) Qual sua opinião a atuação sobre trabalhar num neste projeto junto com diferentes setores?
- f) Quais foram os principais desafios para a efetivação da atuação intersetorialidade neste projeto?
- g) Quais foram as principais vantagens para a intersetorialidade neste projeto?
- h) Você (s) observaram mudanças na vida dos adolescentes neste período de projeto? Quais foram as mudanças? Se ocorreram a que você atribui essas mudanças?
- i) Qual, por fim, sua opinião geral sobre o projeto Rumo Certo? Por que?
- j) Qual sua opinião sobre o projeto desenvolvido no Projeto Rumo Certo? Por que?

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA MONITORAMENTO DE ESTRUTURA E PROCESSO

Oficineiro responsável (nome): \_\_\_\_\_

Data da oficina ( / /): \_\_\_\_\_

Esta oficina foi executada em aproximadamente: \_\_\_\_\_ horas\_minutos Número de adolescentes participando desta oficina: \_\_\_\_\_

Nome da oficina

Instituição Responsável:

Participou da reunião inicial com as outras instituições para início do ciclo:

sim  não

<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>					
	<b>ÓTIMO</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>RUIM</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>
Acessibilidade a computador					
Qualidade do conteúdo do material didático					
Quantidade do material didático apresentado					
Recursos audiovisuais					
<b>Avaliação das instalações físicas do local de curso e da logística</b>					
Localização					
Espaço para atividades coletivas					
Alimentação					
Iluminação da sala					
Ventilação					
Acesso aos banheiros					
Limpeza					
Conforto					

Descreva as atividades realizadas:

As atividades saíram como planejadas?

Houve mudanças e adaptações?

Você tinha alguma informação sobre os adolescentes que participaram da oficina que você ministra no Projeto Rumo Certo?

Pra você quais são os objetivos do Projeto Rumo Certo?

Pra você quais são os objetivos relacionados a sua oficina especifica no Projeto Rumo Certo?

Os objetivos da oficina foram atingidos? Explique.

Avalie sobre a interação entre você e os adolescentes:

	<b>ÓTIMO</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>RUIM</b>
<b>Interesse dos estudantes</b>				
<b>Nível de interatividade</b>				
<b>Satisfação na sua atuação como oficinairo</b>				
<b>Satisfação com os resultados atingidos com sua oficina</b>				
<b>Satisfação geral com o projeto Rumo Certo</b>				

Comente as respostas dadas acima:

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA MESTRADO PROFISSIONAL EM  
SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(Em acordo com a Resolução CNS 466/2012)

Prezado (a) Participante. \_\_\_\_\_ você está sendo convidado (a): **AVALIAÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL INTERSETORIAL VOLTADO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL**. Sua participação não terá nenhum tipo de benefício financeiro, nada lhe será pago ou lhe será cobrado para participar desta pesquisa. Sua participação é voluntária. A coleta será realizada no seu local de trabalho, entretanto, se esta pesquisa gerar despesas você será ressarcido pelos pesquisadores mediante a comprovação das despesas, o pagamento será à vista e em dinheiro. Entretanto, estima-se que esta pesquisa não gere despesas, uma vez que será realizada no seu próprio local de trabalho. Este projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC). Esta pesquisa é o trabalho de conclusão de curso do mestrado profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do pesquisador Antônio Carlos José Britto como orientadora a profa. Dra. Daniela Ribeiro Schneider. O objetivo desse projeto é avaliar como está ocorrendo a intervenção do projeto social intersetorial com adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial. Justificativa- por ser um projeto com características muito particulares que não se encontra em outros lugares, torna-se importante compreender se ele produz satisfação aos participantes e, assim, se eles mesmos consideram que trouxe efeitos positivos para sua vida. Procedimento – A sua participação na pesquisa consistirá em responder a entrevista sobre ações e intervenções em saúde mental você estará o tempo todo acompanhado pelo pesquisador e sua participação na pesquisa consiste em responder uma entrevista semi- estruturada de 7 perguntas para os coordenadores do projeto. As entrevistas serão gravadas em áudio, para o que se solicita seu consentimento. Os temas pesquisados são referentes: a estrutura que o projeto oferece e se ele produz satisfação aos envolvidos. Será acordado com a gestão e trabalhador o horário mais conveniente, que não comprometa o fluxo do trabalho. Os dados obtidos serão de uso exclusivo

da pesquisa, e permanecerão sob o cuidado exclusivo das pesquisadoras por até cinco anos após o término da pesquisa, quando serão apagados/incinerados. Como garantia de sigilo e manutenção de seu anonimato, os dados utilizados nas publicações advinda desta pesquisa omitirão quaisquer informações que possam levar a sua identificação. Sua identidade será mantida em sigilo, nenhuma informação que indique a sua participação será liberada ou divulgada. Nenhum procedimento invasivo ou doloroso será realizado, os únicos desconfortos poderão ser fadiga ou cansaço resultante de esforço mental ao responder a entrevista, porém caso se sinta cansado, por gentileza solicitar fazer uma pausa para continuar depois. Sinta-se a vontade para que, em qualquer momento possa interromper a coleta sem que precise justificar. Dessa forma, esta pesquisa apresenta riscos como o cansaço ou aborrecimento, o desconforto emocional pelo constrangimento ou alteração de auto-estima, mediante as perguntas realizadas ou mesmo pela entrevista ser gravada por áudio. Tais questionamentos podem gerar também algum tipo de alteração em sua visão de mundo. Outro risco possível, é o da quebra de sigilo, pois ainda que se tome todos os cuidados para mantê-lo, há a possibilidade de alguma pessoa ter acesso a informação prestada ou mesmo vir a público, podendo trazer consequências pessoais e profissionais ao entrevistado. Ocorrendo desconforto emocional comunicar para o pesquisador que irá orientá-lo(a) na procura de serviços da rede de atenção psicossocial do seu município. Caso a pesquisa lhe traga qualquer tipo de danos moral ou físico quando comprovadamente forem decorrentes da participação na pesquisa estará garantida indenização, conforme decisão judicial prevista pelo código civil brasileiro. Os possíveis benefícios para os participantes e equipes do Projeto virão da reflexão crítica ao responder as perguntas, bem como das possíveis publicações com foco nas ações em projetos preventivos. Outro resultado poderá ser a contribuição na tomada de decisão tanto no que se refere aos comportamentos pessoais, assim como referentes a continuidade e qualidade do projeto em estudo ou sua capilarização a outras regiões do Estado. No entanto, não se vislumbra nenhum benefício direto ao participante ao responder as perguntas. Espera-se que os resultados possam beneficiar os adolescentes participantes modificando trajetórias de vulnerabilidade psicossocial, bem como contribuir para os serviços da rede intersetorial em segurança da região de Camboriú. Você será esclarecido (a) se desejar sobre quaisquer dúvidas que possam surgir a qualquer momento sobre a pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem penalização. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Programa de pós-graduação, Mestrado profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, outra será fornecida a você. Quaisquer dúvidas entre em contato pelos emails dos pesquisadores: [toninhobritto@gmail.com](mailto:toninhobritto@gmail.com) ou

[danischneiderpsi@gmail.com](mailto:danischneiderpsi@gmail.com), ou ainda pelo fone do PSICLIN/UFSC: 48-37218607.

**CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina**, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, número 222, sala 401, Trindade - Florianópolis/SC, CEP 88040-400, no telefone (48) 3721-6094. - **E-mail:** [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br).

Pesquisador Responsável – **Daniela Ribeiro Schneider** pelo e-mail: (48) 3721-8607 e-mail [danischneiderpsi@gmail.com](mailto:danischneiderpsi@gmail.com) Departamento de Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário. Trindade. CEP 88.040-970. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. Fone: +55 (48) 3721-8607

Pesquisador principal- Psicólogo Antônio Carlos José Britto pelo telefone (48) 999758638, e-mail: [toninhobritto@gmail.com](mailto:toninhobritto@gmail.com)

Pesquisador principal:

Pesquisadora Responsável:

\_\_\_\_\_

Antônio Carlos José Britto

\_\_\_\_\_

Daniela Ribeiro Schneider

Camboriú, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

**Participante:**

\_\_\_\_\_

Nome completo do participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do participante

Documento de identificação \_\_\_\_\_

Camboriú, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA MESTRADO PROFISSIONAL EM  
SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Em acordo com a Resolução CNS 466/2012)

Prezado (a) Participante, \_\_\_\_\_ você está sendo convidado (a): **AVALIAÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL INTERSETORIAL VOLTADO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL**. Sua participação não terá nenhum tipo de benefício financeiro, nada lhe será pago ou lhe será cobrado para participar desta pesquisa. Sua participação é voluntária. A coleta será realizada no seu local de trabalho, entretanto, se esta pesquisa gerar despesas você será ressarcido pelos pesquisadores mediante a comprovação das despesas, o pagamento será à vista e em dinheiro. Entretanto, estima-se que esta pesquisa não gere despesas, uma vez que será realizada no seu próprio local de trabalho. Este projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC). Esta pesquisa é o trabalho de conclusão de curso do mestrado profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do pesquisador Antônio Carlos José Britto como orientadora a profa. Dra. Daniela Ribeiro Schneider. O objetivo desse projeto é avaliar como está ocorrendo a intervenção do projeto social intersetorial com adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial. Justificativa- por ser um projeto com características muito particulares que não se encontra em outros lugares, torna-se importante compreender se ele produz satisfação aos participantes e, assim, se eles mesmos consideram que trouxe efeitos positivos para sua vida. Procedimento – A sua participação na pesquisa consistirá em responder um questionário sobre ações e intervenções em saúde mental você estará o tempo todo acompanhado pelo pesquisador e sua participação na pesquisa consiste em responder 1) questionário com 5 itens para os oficinairos. Os temas pesquisados são referentes: a estrutura que o projeto oferece e se ele produz satisfação aos envolvidos. Estimam-se em média 20 minutos para responder os questionários. Será acordado com a gestão e trabalhador o horário mais conveniente, que não comprometa o fluxo do trabalho. Os dados obtidos serão de uso exclusivo da pesquisa, e permanecerão sob o cuidado exclusivo das pesquisadoras por até cinco anos após o término da

pesquisa, quando serão apagados/incinerados. Como garantia de sigilo e manutenção de seu anonimato, os dados utilizados nas publicações advinda desta pesquisa omitirão quaisquer informações que possam levar a sua identificação. Sua identidade será mantida em sigilo, nenhuma informação que indique a sua participação será liberada ou divulgada. Nenhum procedimento invasivo ou doloroso será realizado, os únicos desconfortos poderão ser fadiga ou cansaço resultante de esforço mental ao responder o questionário, porém caso se sinta cansado, por gentileza solicitar fazer uma pausa para continuar depois. Sinta-se a vontade para que, em qualquer momento possa interromper a coleta sem que precise justificicar. De s a forma, esta pesquisa apresenta riscos como o cansaço ou aborrecimento, o desconforto emocional pelo constrangimento ou alteração de autoestima, mediante as perguntas realizadas no questionário. Tais questionamentos podem gerar também algum tipo de alteração em sua visão de mundo. Outro risco possível, é o da quebra de sigilo, pois ainda que se tome todos os cuidados para mante-lo, há a possibilidade de alguma pessoa ter acesso a informação prestada ou mesmo vir a público, podendo trazer consequências pessoais e profissionais ao oficinairo que responderá as perguntas do questionário. Ocorrendo desconforto emocional comunicar para o pesquisador que irá orientá-lo (a) na procura de serviços da rede de atenção psicossocial do seu município. Caso a pesquisa lhe traga qualquer tipo de danos moral ou físico quando comprovadamente forem decorrentes da participação na pesquisa estará garantida indenização, conforme decisão judicial prevista pelo código civil brasileiro. Os possíveis benefícios para os participantes e equipes do Projeto virão da reflexão crítica ao responder as perguntas, bem como das possíveis publicações com foco nas ações em projetos preventivos. Outro resultado poderá ser a contribuição na tomada de decisão tanto no que se refere aos comportamentos pessoais, assim como referentes a continuidade e qualidade do projeto em estudo ou sua capilarização a outras regiões do Estado. No entanto, não se vislumbra nenhum benefício direto ao participante ao responder as perguntas. Espera-se que os resultados possam beneficiar os adolescentes participantes modificando trajetórias de vulnerabilidade psicossocial, bem como contribuir para os serviços da rede intersetorial em segurança da região de Camboriú. Você será esclarecido (a) se desejar sobre quaisquer dúvidas que possam surgir a qualquer momento sobre a pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem penalização. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Programa de pós-graduação, Mestrado profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, outra será fornecida a você. Quaisquer dúvidas entre em contato pelos emails dos pesquisadores: [toninhobritto@gmail.com](mailto:toninhobritto@gmail.com) ou [danischneiderpsi@gmail.com](mailto:danischneiderpsi@gmail.com), ou ainda pelo fone do PSICLIN/UFSC: 48-37218607.

**CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina**, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, número 222, sala 401, Trindade - Florianópolis/SC, CEP 88040-400, no telefone (48) 3721-6094. - **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br.

Pesquisador Responsável – **Daniela Ribeiro Schneider** pelo e-mail: (48) 3721-8607 e-mail danischneiderpsi@gmail.com Departamento de Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário. Trindade. CEP 88.040-970. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. Fone: +55 (48) 3721-8607

Pesquisador principal- Psicólogo Antônio Carlos José Britto pelo telefone (48) 999758638, e- mail: [toninhobritto@gmail.com](mailto:toninhobritto@gmail.com)

Pesquisador principal:

Pesquisadora Responsável:

\_\_\_\_\_

Antônio Carlos José Britto

\_\_\_\_\_

Daniela Ribeiro Schneider

Camboriú, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

**Participante:**

\_\_\_\_\_

Nome completo do participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do participante

Documento de identificação \_\_\_\_\_

Camboriú, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA MESTRADO PROFISSIONAL EM  
SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

APÊNDICE - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Em acordo com a Resolução CNS 466/2012)

Prezado (a) participante. \_\_\_\_\_

convidamos você, após autorização de seus pais ou responsável legal a participar da pesquisa:

**AVALIAÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL INTERSETORIAL VOLTADO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL.**

Depois de todas as dúvidas esclarecidas tanto a você quanto ao seu responsável, e tendo seu aceite, podemos iniciar a pesquisa. É importante destacar que não se proporcionará nenhum benefício financeiro e sua participação será integralmente voluntária. Caso aceite participar e mesmo assim queira desistir, não terá qualquer problema, nem precisará explicar o motivo da desistência. Destaca-se ainda que a pesquisa não tem nenhuma relação com o cumprimento da medida socioeducativa nem apresentará nenhuma consequência em sua participação no projeto Rumo Certo, ou seja, esse período em que você estará participando não contará em horas para sua medida, nem terá influência sobre o que você já cumpriu ou mesmo que por alguma circunstância ainda tenha que cumprir. Da mesma forma, se você não desejar participar, não sofrerá nenhuma punição. O grupo que é proposto a você participar acontecerá na sala do CREAS de Camboriú, onde ocorrem oficinas do projeto. Se esta pesquisa gerar despesas você será ressarcido pelos pesquisadores mediante a comprovação das despesas, sendo o pagamento à vista e em dinheiro. Entretanto, estima-se que esta pesquisa não gere despesa. Este projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC) e faz parte do trabalho de conclusão de curso do mestrado do pesquisador Antônio Carlos José Britto como orientadora a profa. Dra. Daniela Ribeiro Schneider. O objetivo desse projeto é avaliar como ocorreu o projeto Rumo Certo, o qual você participou. Para se compreender isso, será feito um grupo focal, cuja característica é um debate entre você e seus colegas sobre temas relacionados as atividades do projeto. Reforça-se aqui

que você só responderá as questões que se sentir-se a vontade de fazê-lo e que em nenhum momento você precise se sentir na obrigação de expressar alguma informação senão quiser. O grupo focal será gravado em áudio, para o que se solicita seu consentimento. Os temas pesquisados são referentes: a estrutura que o projeto oferece e se ele produz ou não satisfação e se trouxe efeitos positivos para sua vida. Estimam-se em média 120 minutos para que todos possam participar. Os dados obtidos serão de uso exclusivo da pesquisa, e permanecerão sob o cuidado exclusivo das pesquisadoras por até cinco anos após o término da pesquisa, quando serão apagados/incinerados. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários. Nenhum procedimento invasivo ou doloroso será realizado, os únicos desconfortos poderão ser fadiga ou cansaço resultante de esforço mental ao responder o questionário, porém caso se sinta cansado, por gentileza solicitar fazer uma pausa para continuar depois. Sinta-se a vontade para que, em qualquer momento possa interromper a coleta sem que precise justificatar. Dessa forma, esta pesquisa apresenta riscos como o cansaço ou aborrecimento, o desconforto emocional pelo constrangimento ou alteração de auto-estima, mediante as perguntas realizadas no questionário. Tais questionamentos podem gerar também algum tipo de alteração em sua visão de mundo. Outro risco possível é o da quebra de sigilo, pois ainda que se tome todos os cuidados para mante-lo, há a possibilidade de alguma pessoa ter acesso a informação prestada ou mesmo vir a público. Ocorrendo desconforto emocional comunicar para o pesquisador que irá orientá-lo(a) na procura de serviços da rede de atenção psicossocial do seu município, como o próprio atendimento do CREAS, CAPSI ou mesmo posto de saúde da região Caso a pesquisa lhe traga qualquer tipo de danos moral ou físico quando comprovadamente forem decorrentes da participação na pesquisa estará garantida indenização, conforme decisão judicial prevista pelo código civil brasileiro. Você será esclarecido (a) se desejar sobre quaisquer dúvidas que possam surgir a qualquer momento sobre a pesquisa. Solicita-se que rubrique a primeira folha e assine a segunda. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Programa de pós-graduação, Mestrado profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, outra será fornecida a você. Quaisquer dúvidas entre em contato pelos emails dos pesquisadores: [toninhobritto@gmail.com](mailto:toninhobritto@gmail.com) ou [danischneiderpsi@gmail.com](mailto:danischneiderpsi@gmail.com), ou ainda pelo fone do PSICLIN/UFSC: 48-37218607.

**CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina**, Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, número 222, sala 401, Trindade - Florianópolis/SC, CEP 88040-400, no telefone (48) 3721-6094. - **E-mail:** [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br).

Pesquisador Responsável – **Daniela Ribeiro Schneider** pelo e-mail: (48) 3721-8607 e-mail [danischneiderpsi@gmail.com](mailto:danischneiderpsi@gmail.com) Departamento de Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário. Trindade. CEP 88.040-970. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. Fone: +55 (48) 3721-8607

Pesquisador principal- Psicólogo Antônio Carlos José Britto pelo telefone (48) 999758638, e- mail: [toninhobritto@gmail.com](mailto:toninhobritto@gmail.com)

Pesquisador principal:

Pesquisadora Responsável:

\_\_\_\_\_  
Antônio Carlos José Britto

\_\_\_\_\_  
Daniela Ribeiro Schneider

Camboriú, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

**Participante:**

\_\_\_\_\_  
Nome completo do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Documento de identificação \_\_\_\_\_

Camboriú, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019\_.